O EDIFÍCIO MUSEAL COMO OBJETO DE CONHECIMENTO



COLEÇÃO
ARQUITETURA DE MUSEUS
Volume 3

ibram instituto brasileiro de museus

O EDIFÍCIO MUSEAL
COMO OBJETO DE
CONHECIMENTO

Ministério da Cultura
Instituto Brasileiro de Museus

ibram instituto brasileiro de museus

Brasília - DF
2025

VOLUME 3

Copyright © 2025 — Instituto Brasileiro de Museus
Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida desde que citada a fonte.

I59 Instituto Brasileiro de Museus.
O edifício museal como objeto do conhecimento [recurso eletrônico] / [editado por] Instituto Brasileiro de Museus, Coordenação de Espaços Museais e Arquitetura. -- Brasília, DF: Ibram, 2025.
92 p. : il. -- (Coleção Arquitetura de Museus; 3).

PDF
ISBN 978-65-88734-33-9 (coleção)
ISBN 978-65-88734-32-2

1.Edifício museal. 2. Arquitetura de museus. I. Instituto Brasileiro de Museus. II. Coordenação de Espaços Museais e Arquitetura. III. Título.

CDD 720

Ficha elaborada por Suelen Garcia Soares Vaz – CRB-1ª Região – 2530

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS
Departamento de Processos Museais - Dpmus
Coordenação de Arquitetura e Acessibilidade em Espaços Museais - Caem
SBN, quadra 2, lote 8, bloco N, Edifício CNC III,
Brasília – DF – CEP 70040-020
www.museus.gov.br

Presidente da República
Luís Inácio Lula da Silva

Ministra da Cultura
Margareth Menezes

Presidenta do Instituto Brasileiro de Museus
Fernanda Santana Rabello de Castro

Diretora do Departamento de Processos Museais
Ana Carolina Gelmini de Faria

Diretor do Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus
Joel Santana da Gama

Diretora do Departamento de Planejamento e Gestão Interna
Maria Angélica Gonsalves Correa

Coordenador-Geral de Sistemas de Informação Museal
Dalton Lopes Martins

Procuradora-Chefe
Ludmila Rolim Gomes de Faria

Auditor-Chefe
Frank Van Rikard Santos da Silva

Chefe de Gabinete
Adna de Abreu Rodrigues Teixeira

Chefe da Assessoria de Relações Institucionais
Michel Rocha Correia

Organização e Coordenação
Coordenadora de Arquitetura e Acessibilidade em Espaços Museais
Rafaela Alves Felício
Chefe da Divisão de Arquitetura de Museus e Expografia
Dianna Izaías Amaral

Pesquisa, Redação e Revisão
Rafaela Alves Felício
Dianna Izaias Amaral
Juliana Kneipp Giareta
Ana Karolliny Ribeiro Oliveira
Mileny Mendes dos Santos
Nina D'Orsi

Projeto Gráfico e Diagramação
Mileny Mendes dos Santos
Sandra Regina Rodrigues Bolwerk
Dianna Izaías Amaral

Crédito das imagens
Acervo Ibram

Agradecimentos
Aos colegas dos Museus vinculados ao Ibram
Simone Mitsumori
Crisalis Fonseca Araújo
Mileny Mendes dos Santos
Marcos Calebe Passos Borges Barcellos
Alexandre César Avelino Feitosa
Marcello Roberto L. de Assis Republicano

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 5

INTRODUÇÃO 6

EDIFÍCIO MUSEAL COMO OBJETO DE CONHECIMENTO 7

FICHA DE ARQUITETURA DE MUSEUS: UMA FERRAMENTA 10

SISTEMATIZAÇÃO DAS FICHAS DOS MUSEUS IBRAM 17

ANÁLISE RELACIONAL DE PARÂMETROS 22

CONSIDERAÇÕES FINAIS 31

BIBLIOGRAFIA 32

FICHAS DOS MUSEUS IBRAM 33

APRESENTAÇÃO

O Instituto Brasileiro de Museus tem como missão a garantia à população brasileira do direito às memórias por meio do fortalecimento dos museus, da gestão dos museus vinculados ao Ibram e da valorização do campo museal e seus agentes. Para viabilizar o cumprimento dessa missão, essa atuação fundamenta-se na salvaguarda da memória e da identidade social, bem como na valorização dos museus como espaços de investigação científica, fruição estética e expressão simbólica.

Alinhado a essas diretrizes e, a partir da sua própria experiência, o Instituto apresenta a publicação *O Edifício Museal como objeto de conhecimento*, que tem por enfoque compartilhar a formulação de uma Ficha de Arquitetura de museus, instrumento que sistematiza informações históricas, culturais e técnicas de edifícios museais, contribuindo para sua documentação, valorização e preservação.

A partir da experiência de aplicação da Ficha aos museus vinculados ao Ibram, esta publicação busca incentivar a documentação por meio da sistematização e do compartilhamento de dados coletados pelas instituições museológicas, promovendo o fortalecimento da gestão do patrimônio edificado. Essa abordagem visa ampliar a compreensão sobre os museus a partir de sua arquitetura, evidenciando sua relevância histórica, social e cultural.

Espera-se que este instrumento possa colaborar com as práticas institucionais dos museus, permitindo que, por meio da Ficha de Arquitetura de museus, a trajetória e a importância dos edifícios sejam registradas e reconhecidas como parte integrante de seus acervos.

Fernanda Santana Rabello de Castro
Presidenta do Instituto Brasileiro de Museus

INTRODUÇÃO

A Arquitetura de museus é uma área de conhecimento que fornece elementos valiosos de investigação e pesquisa por meio da maior peça de acervo de um museu: seu edifício. A sua compreensão desempenha um papel essencial na transmissão de conhecimentos, promovendo qualificação do uso do espaço museal.

A publicação *O Edifício Museal como Objeto de Conhecimento*, visa, a partir da experiência da Ficha dos Museus Ibram, registrar o processo metodológico aplicado, na expectativa de servir como um guia prático para a documentação e análise de museus a partir de suas edificações.

Assim, o objetivo da publicação é duplo. Primeiro, propor um método de sistematização de dados históricos, culturais, arquitetônicos e expográficos de museus em uma Ficha de Arquitetura. Isso não apenas facilita o acesso à informação, mas também consolida o papel do edifício de museu como objeto de estudo, conhecimento e conexão com a sociedade. Segundo, oferecer uma nova perspectiva sobre o edifício do museu, reconhecendo-o como um local privilegiado para a disseminação do conhecimento e fomentando o engajamento da sociedade com o patrimônio cultural.

As possíveis aplicações dessa publicação são variadas. A organização e concentração de informações dispersas pode facilitar o acesso e a pesquisa, tornando-se uma fonte valiosa para pesquisadores e interessados. Além disso, pode funcionar como material de divulgação, promovendo o museu e suas atividades. Por fim, ao cruzar diferentes parâmetros, a publicação pode gerar novos olhares e interpretações sobre o espaço museológico, enriquecendo a compreensão do papel dos museus na sociedade contemporânea.

EDIFÍCIO MUSEAL COMO OBJETO DE CONHECIMENTO

O estudo da Arquitetura de museus é fundamental na compreensão do espaço físico do museu como parte integrante das instituições museológicas. Essa relação não se dá apenas pela interação inevitável entre a ação humana e o ambiente, mas também pelo desenvolvimento das funções e finalidades dos museus, fundamentadas no conhecimento sobre o espaço onde essas atividades são realizadas. Conforme o *Guia de Projetos de Arquitetura de museus* (Ibram, 2023, p.7)

> A conceituação dos espaços museológicos é essencial na compreensão das suas dimensões, institucional e arquitetônica e onde elas se interseccionam, sendo o estudo da Arquitetura de museus necessário para a materialização ou compreensão desses espaços, do acervo, da exposição, dos programas educativos e dos diversos públicos.

Um museu desempenha funções específicas, com práticas e objetivos próprios, e essas características se manifestam em seu espaço físico. Conceituar a Arquitetura de museus envolve analisar a conexão entre o acervo e o edifício, considerando a configuração dos espaços, as exposições, os programas oferecidos e os diferentes públicos que frequentam o local.

Além de espaço de convivência, o museu é marco de referência para as cidades e suas comunidades diversas. O edifício, enquanto equipamento cultural, urbano e comunitário, não apenas promove valores éticos e políticos alinhados a missão da instituição, mas também pode se destacar como uma referência estética.

As transformações espaciais vivenciadas pelos edifícios de museus ao longo do tempo demonstram o lugar privilegiado que a arquitetura ocupa na compreensão do museu como um espaço interrelacional. Além do compromisso da preservação, a arquitetura comunica, discute e propõe diversos meios de sua apropriação pelos diversos públicos, enriquecendo sua função cultural e social.

O Art. 5º da Lei Nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus considera que:

> Art. 5º Os bens culturais dos museus, em suas diversas manifestações, podem ser declarados como de interesse público, no todo ou em parte.
>
> § 1º Consideram-se bens culturais passíveis de musealização os bens móveis e imóveis de interesse público, de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência ao ambiente natural, à identidade, à cultura e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.
>
> § 2º Será declarado como de interesse público o acervo dos museus cuja proteção e valorização, pesquisa e acesso à sociedade representar um valor cultural de destacada importância para a Nação, respeitada a diversidade cultural, regional, étnica e linguística do País. (Brasil, 2009)

Assim, os edifícios de museus são, por si só, bens passíveis de musealização, integrando o próprio acervo de memória e patrimônio cultural. Sua compreensão através do estudo da Arquitetura de museus permite abordagens diversas: seu destaque como ícone da arquitetura ou marco urbano, pela particularidade do sistema e forma construtiva, pelo seu valor como patrimônio cultural e pela sua relevância cultural, histórica e artística.

Segundo os dados do relatório Museus em Números (Ibram, 2011), dos 3.025 museus mapeados, 17,1% estão localizados em edifícios projetados especificamente para uso museal, enquanto 82,9% passaram por adaptações para exercer a função de museu. Outro dado importante da pesquisa indica que 28,8% das unidades museológicas estão localizadas em edifícios considerados patrimônio histórico em nível federal, estadual ou municipal.

Essas edificações buscam conciliar a reutilização de seus espaços enquanto museus e a preservação de suas características arquitetônicas. Por outro lado, os novos edifícios de museus podem valer da singularidade arquitetônica e assumir função de ícones ou marcos urbanos. Seus projetos também consideram a incorporação de novas demandas, como lojas e cafeterias, e a experimentação de novas práticas expositivas.

O estudo em questão apresenta um modelo criado para contemplar as diferentes tipologias dos museus Ibram e suas características individuais. A Ficha de Arquitetura de museus busca não apenas registrar as mudanças espaciais e de uso das edificações, mas também oferecer um ponto de partida para o público interessado, promovendo o contato inicial com as especificidades dos museus.

Ao proporcionar uma visão geral, funciona como um convite às pesquisas mais aprofundadas, estimulando o interesse em aspectos relacionados à Arquitetura de museus. Essa abordagem reforça a importância de documentar e refletir sobre a relação entre os museus e seus edifícios, ampliando a compreensão do papel que essas construções desempenham na preservação do patrimônio museológico.

FICHA DE ARQUITETURA DE MUSEUS: UMA FERRAMENTA

O que é a ficha?

A Ficha de Arquitetura foi um documento técnico concebido com objetivo de sintetizar e sistematizar informações relevantes sobre o museu, abrangendo uma variedade de aspectos fundamentais, tais como: históricos, culturais, técnicos, expográficos e arquitetônicos. Ela se destaca como representação visual e textual da compreensão do espaço físico do museu, promovendo a inter-relação dos dados nela contidos.

Além disso, a Ficha é um instrumento dinâmico e passível de atualização contínua. A ideia é que o modelo utilizado permita que os museus Ibram adaptem as informações conforme suas necessidades, possibilitando sua revisão e atualização ao longo dos anos. Mas principalmente, que o estudo aqui apresentado sirva como referência para o campo museal.

No caso de novos museus, por exemplo, a Ficha pode ser aplicada desde a fase de concepção do projeto, registrando as diretrizes iniciais, as etapas de aprovação, a integração da expografia com os espaços e demais aspectos relevantes para a compreensão e documentação da formação da instituição.

Processo metodológico aplicado

A elaboração da ficha teve início com a definição dos parâmetros, ou dados de estudo, etapa fundamental para garantir a organização e a consistência das informações.

Nesse processo foi essencial selecionar, dentre os conceitos previamente estabelecidos, aqueles mais relevantes para compor a estrutura do documento. Os parâmetros utilizados foram:

Localização
Identificação do estado, cidade e logradouro, permitindo situar o museu geograficamente e compreender seu contexto urbano.

Conjunto Arquitetônico
Descrição do conjunto de edifícios e espaços que compõem o museu, incluindo áreas anexas ou complementares relevantes para suas funções.

Área Construída
Quantificação da área total construída do conjunto arquitetônico, visando análises técnicas e dimensionamento dos espaços.

Estilo Arquitetônico
Caracterização do estilo arquitetônico predominante nos edifícios, revelando influências artísticas, tecnológicas e sociais do período.

Volumetria
Descrição da composição volumétrica e organização espacial dos edifícios que integram o conjunto arquitetônico.

Sistema Construtivo
Caracterização das principais técnicas e materiais empregados no processo de construção da edificação.

Contexto Histórico
Identificação das origens e do surgimento do conjunto arquitetônico e do museu enquanto instituição. Permite compreender como influências políticas, econômicas, artísticas e tecnológicas impactaram o edifício e seu entorno.

Transformações Espaciais
Registro das intervenções significativas no edifício ao longo do tempo, incluindo mudanças de uso, reformas, acréscimos e restauração.

Setorização
Distribuição espacial dos ambientes do museu conforme suas funções. Permite a compreensão de como os diferentes espaços estão distribuídos e conectados, ajudando a entender sua funcionalidade e a interação entre os ambientes.

Espaços Expositivos
Descrição física dos espaços expositivos e das estratégias utilizadas para organizar a percepção dos visitantes, podendo considerar tanto as características arquitetônicas quanto as soluções expográficas.

Fatos Marcantes
Acontecimentos históricos de destaque relacionados ao conjunto arquitetônico e ao museu, de maneira a compor uma linha do tempo. Facilita a compreensão das origens do conjunto arquitetônico, da criação do museu e momentos chave de sua história e relevância.

Documentação Gráfica
Adição de informações visuais como fotografias, desenhos técnicos, mapas, fluxogramas, material promocional e etc. Desempenham um papel essencial na comunicação e interpretação das características físicas e históricas do museu.

O preenchimento das categorias poderia ser feito de forma sintética ou detalhada, dependendo dos objetivos do museu, das fontes de informação disponíveis, do tempo ofertado para a pesquisa e da estrutura planejada para a apresentação dos dados. No presente caso, a opção pela síntese foi preceituada para que a informação sobre cada museu vinculado ao Ibram fosse disponibilizada de maneira homogênea e padronizada, o que influenciou diretamente a diagramação do documento.

É importante que o processo de elaboração da diagramação da Ficha priorize a facilidade de leitura dos dados e, quando aplicável, a adequação do formato gráfico, a depender de onde será inserida, se em publicações ou em sites. No trabalho realizado, os elementos foram desenvolvidos a fim de conferir uma identidade visual ao documento, incluindo padrões de cores, linhas, texturas, tipografias e símbolos. Além disso, foi fundamental considerar a hierarquia das informações, que impacta diretamente a disposição e a apresentação dos dados no layout.

No estudo dos museus Ibram, a Ficha se dividiu em duas páginas, com uso da mesma diagramação, com as Informações de Identificação do conjunto e Características do Edifício Principal na lateral esquerda do documento, separada das demais informações por uma linha do tempo, que perpassa as duas páginas, e as demais informações que são compostas por textos mais amplos ocupando cerca de 2/3 da página. Uma vez definida a diagramação, é necessário determinar a quantidade e o tipo de imagens a serem incluídas, assim como o espaço disponível para o texto de cada parâmetro.

Alguns exemplos de imagens que uma ficha de Arquitetura de museus pode conter são: croquis, esquemas, diagramas, fluxogramas, fotos, perspectivas de maquetes eletrônicas, vistas aéreas e desenhos técnicos (como plantas baixas, cortes, fachadas, implantações, detalhes construtivos, etc.).

Possibilidades de aplicação

Uma Ficha de Arquitetura de Museu oferece diversas aplicações valiosas para a organização e disseminação de informações. Ela pode ser utilizada para organizar e sistematizar dados relacionados à arquitetura das edificações e suas interações históricas e socioculturais ao longo do desenvolvimento da instituição. Outra possibilidade é a de disponibilizar informações de forma acessível ao público, contribuindo para o conhecimento e a educação sobre o patrimônio arquitetônico edificado. As fichas podem servir a pesquisas sobre a Arquitetura de museus, facilitando o estudo acadêmico e profissional na área.

Ela também desempenha um papel fundamental na divulgação do museu, promovendo sua visibilidade e valorização pela sociedade, ao ser integrada a um banco de dados, por exemplo, fazendo parte de uma rede de museus e criando conexões entre diferentes instituições. Como instrumento de publicações e periódico, a Ficha tem o potencial de informar e inspirar debates sobre a Arquitetura de museus. Por fim, mas não menos relevante, ela pode contribuir para a criação de um novo tipo de acervo, reunindo elementos cadastrais como plantas, fotos do edifício e seu histórico, proporcionando uma documentação rica e detalhada sobre a arquitetura de cada museu.

Para os museus vinculados ao Ibram, o modelo de ficha foi concebido com o objetivo de padronizar a apresentação das informações, estabelecendo parâmetros comuns e assegurando uma unidade visual entre elas.

IDENTIFICAÇÃO DO CONJUNTO

localização
Identificação do estado, cidade e logradouro onde o museu está situado, permitindo situá-lo geograficamente e compreender seu contexto urbano.

Conjunto Arquitetônico
Descrição do conjunto de edifícios e espaços que compõem o museu, incluindo áreas anexas ou complementares relevantes para suas funções.

Área construída do conjunto
Quantificação da área total construída do conjunto arquitetônico, visando análises técnicas e dimensionamento dos espaços.

NOME DO MUSEU

IMAGEM DO MUSEU

Período
Acontecimento

Contexto Histórico

Identificação das origens e do percurso histórico, cultural e social relacionado ao surgimento do conjunto arquitetônico e do museu enquanto instituição. Permite compreender como influências políticas, econômicas, artísticas e tecnológicas impactaram o edifício e seu entorno.

VISTA AÉREA

Nome do Museu: 1.Legenda

Transformações espaciais

Registro das intervenções significativas no edifício ao longo do tempo, incluindo mudanças de uso, reformas, acréscimos e projetos de restauração. Essencial para documentar a evolução dos espaços internos e externos do edifício e sua adaptação a diferentes funções ao longo do tempo.

FOTO HISTÓRICA DO MUSEU

Descrição da imagem

FOTO DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO

Descrição da imagem

1 / 2

Imagem da primeira prancha da Ficha de Arquitetura dos museus Ibram com a distribuição dos parâmetros no layout proposto.

CARACTERÍSTICAS DO EDIFÍCIO PRINCIPAL

Estilo Arquitetônico
Caracterização do estilo arquitetônico predominante nos edifícios, essencial para situá-los em um período específico, revelando influências artísticas, tecnológicas e sociais da época.

Volumetria
Descrição da composição volumétrica e organização espacial do edifício, possibilitando a reflexão sobre forma e função no estudo da arquitetura.

Sistema Construtivo
Caracterização das principais técnicas e materiais empregados no processo de construção da edificação.

NOME DO MUSEU

IMAGEM DO MUSEU

Período
Acontecimento

Setorização

Caracterização da distribuição espacial dos ambientes do museu conforme suas funções. Permite a compreensão de como os diferentes espaços internos e externos do edifício estão distribuídos e conectados, ajudando a entender sua funcionalidade e a interação entre os ambientes.

FACHADA

Descrição da imagem

SETORIZAÇÃO

Descrição da imagem

FOTO DO ESPAÇO EXPOSITIVO

Descrição da imagem

FOTO DO ESPAÇO EXPOSITIVO

Descrição da imagem

Espaços Expositivos

Descrição física dos espaços expositivos e das estratégias utilizadas para organizar a percepção dos visitantes, podendo considerar tanto as características arquitetônicas quanto as soluções expográficas.

2 / 2

Imagem da segunda prancha da Ficha de Arquitetura dos museus Ibram com a distribuição dos parâmetros no layout proposto.

SISTEMATIZAÇÃO DAS FICHAS DOS MUSEUS IBRAM

Definição dos parâmetros

A escolha dos parâmetros para as Fichas de Arquitetura dos Museus Ibram levou em consideração uma série de motivações específicas, alinhadas com a diversidade e as características únicas dessas instituições. A ampla distribuição dos museus pelo território nacional exigiu um modelo flexível que pudesse ser aplicado a diferentes contextos regionais e culturais. Conforme previamente mencionado, a opção foi pela padronização dos espaços destinados às informações, com a escolha de um formato gráfico uniforme.

Um ponto relevante é que a maioria dos museus vinculados ao Ibram são edificações adaptadas, o que implica a necessidade de considerar as modificações e transformações espaciais realizadas. Nesse caso, os edifícios tiveram diversas alterações ao longo do tempo, e mais recentemente, para atender às necessidades museológicas.

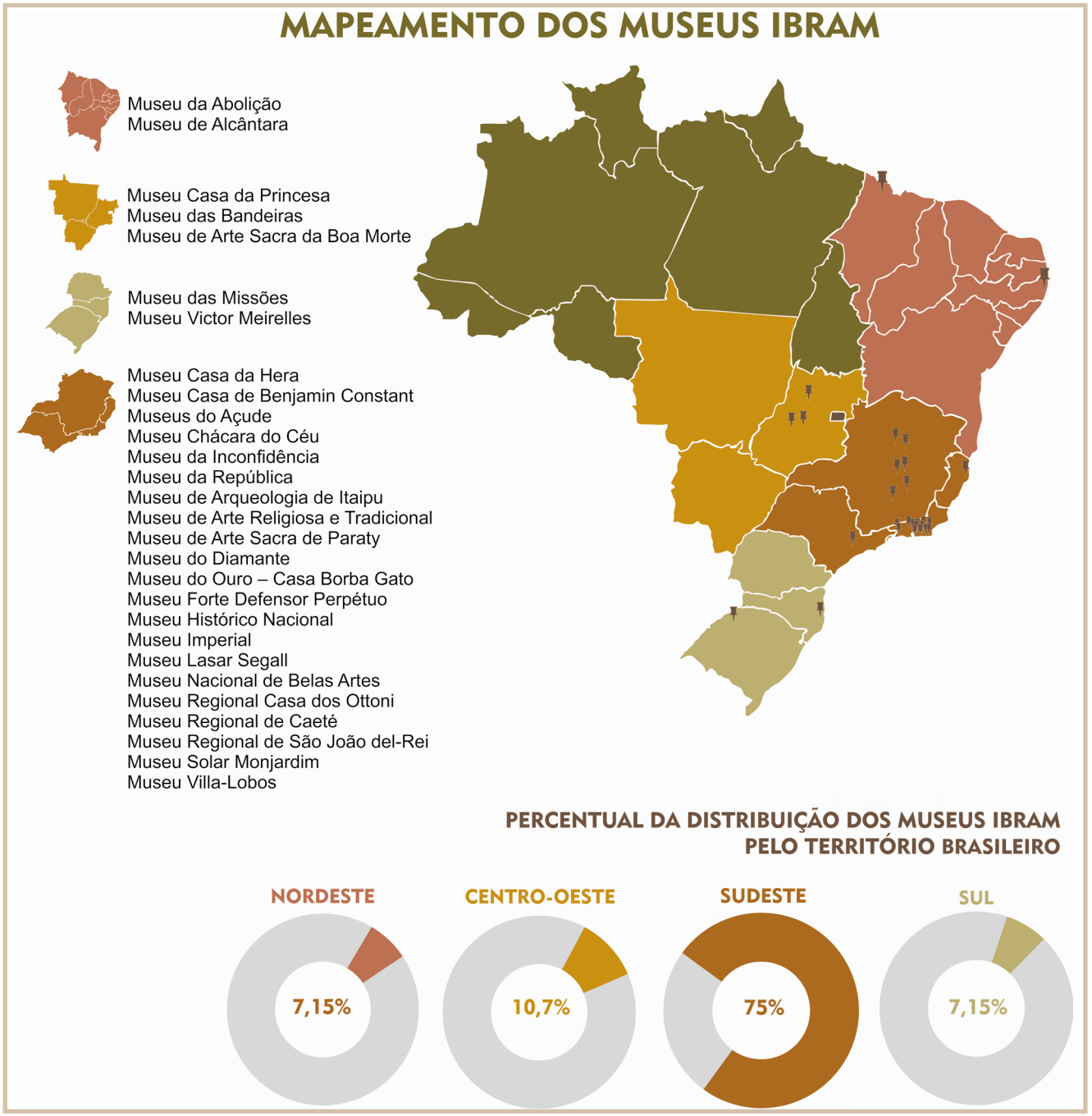


Gráfico com a distribuição dos museus Ibram em território nacional e sua porcentagem por região.

Além disso, seus edifícios apresentam uma grande variedade de estilos arquitetônicos e sistemas construtivos, o que exigiu parâmetros capazes de abarcar essa diversidade, sem perder a especificidade de cada um. A presença de diferentes tipologias de museus, com funções e propostas expositivas distintas, também foi um fator determinante, pois cada tipo de museu demanda um enfoque particular na organização e apresentação das informações arquitetônicas.

Essas motivações foram fundamentais para a definição de parâmetros que permitissem uma abordagem ampla e, ao mesmo tempo, sensível às características individuais de cada instituição, promovendo um estudo e documentação eficazes e relevantes para todos.

Coleta de Informações

No estudo realizado nos museus vinculados ao Ibram, nem todas as informações necessárias estavam prontamente reunidas, o que levou à adoção de dois métodos de coleta: análise documental e aplicação de formulário. A análise documental foi feita a partir da leitura de dados existentes, como planos museológicos, planos de gestão de riscos e outros materiais técnicos.

A aplicação de formulário foi essencial para preencher as categorias nas quais apenas os museus dispunham da informação. Nesse processo, elaborou-se um questionário padrão, enviado simultaneamente às instituições museológicas e disponibilizado online por meio de um link. As perguntas foram formuladas de forma simples e objetiva, utilizando uma linguagem simplificada e dentro do alcance dos conhecimentos dos respondentes. Antes de sua aplicação, foi realizado um estudo piloto com um dos museus da amostra, para avaliar tanto a compreensão das perguntas quanto a clareza das respostas.

Dentro da estrutura da Ficha e com base nas categorias de informação definidas, foi necessário detalhar o tópico "documentação gráfica". Para isso, foram inseridos campos específicos no formulário para o envio de imagens. A fim de garantir a uniformidade, estabeleceu-se a quantidade de imagens a serem solicitadas: uma imagem histórica representativa do edifício principal do museu, uma imagem da fachada e duas fotos dos espaços expositivos.

Além dessas imagens, também foram pesquisadas informações complementares, como uma vista aérea do conjunto arquitetônico e seu entorno imediato, um desenho técnico de uma das fachadas e uma planta de setorização do pavimento de acesso ao museu. O processo de coleta foi bem-sucedido, com questionamentos pontuais e sem grandes dificuldades de preenchimento, evidenciando a clareza nas instruções e a atenção aos detalhes solicitados.

Preenchimento das fichas

Baseando-se na estrutura da Ficha e com as informações necessárias em mãos, a etapa seguinte consistiu no preenchimento do documento. O conteúdo textual foi apresentado de forma objetiva e clara, buscando transmitir as informações de maneira didática aos leitores. Diante da diversidade e quantidade de dados obtidos nas respostas dos museus Ibram, bem como da necessidade de uniformização das informações, foi necessário realizar ajustes para filtrar e sintetizar os dados.

Nesta etapa, foi observada necessidade de adequações devido ao espaço limitado para cada parâmetro. Por esse motivo, optou-se por apresentar apenas a edificação principal de cada unidade museológica. Além disso, considerando as diferentes escalas e áreas dos museus, a representação gráfica da setorização foi centrada no pavimento de acesso principal de cada edificação. Vale ressaltar que o instrumento proposto não se trata de um cadastro de arquitetura, mas de um recurso que evidencia a relevância do espaço museal como mediador das relações entre o museu, seus acervos e os públicos.

Ainda, as imagens que compõem as Fichas dos Museus Ibram, como a planta de setorização, a fachada e a vista aérea, passaram por tratamento gráfico para assegurar uma identidade visual coesa entre os documentos, além de facilitar a compreensão das informações.

Por fim, no caso específico da planta de setorização, a segurança da informação foi considerada um aspecto relevante, especialmente devido ao caráter público do documento. Com o objetivo de proteger os acervos, a estrutura do edifício e os visitantes, foi realizada uma avaliação criteriosa para determinar quais espaços poderiam ser divulgados e de que forma.

Para fins de representação, os ambientes foram organizados em três setores principais, correspondentes às funções essenciais do edifício museal: expositivo, administrativo e educativo. Essa decisão visa simplificar a leitura da imagem e, ao mesmo tempo, reforçar a segurança das informações relacionadas a áreas técnicas e às demandas do Museu.

Nesse sentido, a setorização apresentada é uma sugestão que pode (e deve) ser ajustada conforme as necessidades específicas de cada museu:

Setor expositivo

Destinada aos espaços de exposições de curta e longa duração;

Setor educativo:

Destinado aos espaços educativos, como salas educativas, bibliotecas, brinquedotecas e etc.;

Setor administrativo:

Destinado aos espaços administrativos, técnicos (reserva técnica, laboratórios de conservação etc.), de apoio (copa, sanitários e lavabos) e de serviços (lojas e cafeterias);

Áreas externas:

Espaços externos de relevância para o museu, incluindo pátios, áreas verdes etc.

ANÁLISE RELACIONAL DE PARÂMETROS

Este capítulo tem como objetivo apresentar, de forma sucinta, possíveis associações entre os parâmetros das Fichas dos Museus Ibram. Essa análise busca ir além da apresentação isolada de características de cada museu, para esboçar conexões entre diferentes informações. Em vez de formular conclusões definitivas, pretende-se identificar como os vínculos entre esses parâmetros podem ser estabelecidos e investigados, ampliando a compreensão sobre a Arquitetura de museus.

A partir dessa abordagem, é possível perceber de que maneira os aspectos arquitetônicos refletem e dialogam com os contextos históricos, culturais e institucionais das instituições museológicas. Essa perspectiva integrada permite uma leitura mais abrangente dos edifícios de museus, ressaltando seu papel como mediadores entre o patrimônio exposto, o público visitante e a narrativa histórica que representam. Assim, a Arquitetura de museus é compreendida não apenas como um elemento estrutural, mas como um componente essencial na comunicação institucional e na experiência do público.

Estilos arquitetônicos e sistemas construtivos

A classificação dos estilos arquitetônicos varia de acordo com a perspectiva acadêmica adotada, refletindo a complexidade do tema e a multiplicidade de abordagens possíveis. Neste estudo de caso, fundamenta-se a análise na obra de Nestor Goulart Reis Filho (2004), que analisa o quadro da arquitetura no Brasil, principalmente os processos de construção em relação aos modelos importados, destacando assim uma arquitetura brasileira própria.

No contexto brasileiro, a classificação dos estilos arquitetônicos não se limita às características espaciais e ornamentais típicas, por ter ampla influência dos acontecimentos políticos e sociais em que se inserem.

Além disso, fatores como a escassez de mão de obra especializada, a presença do trabalho escravizado e a necessidade de adaptação às condições locais influenciaram a execução das obras. A construção se ajustava ao conhecimento prático, as técnicas construtivas regionais e à disponibilidade de materiais como barro, pedra e madeira.

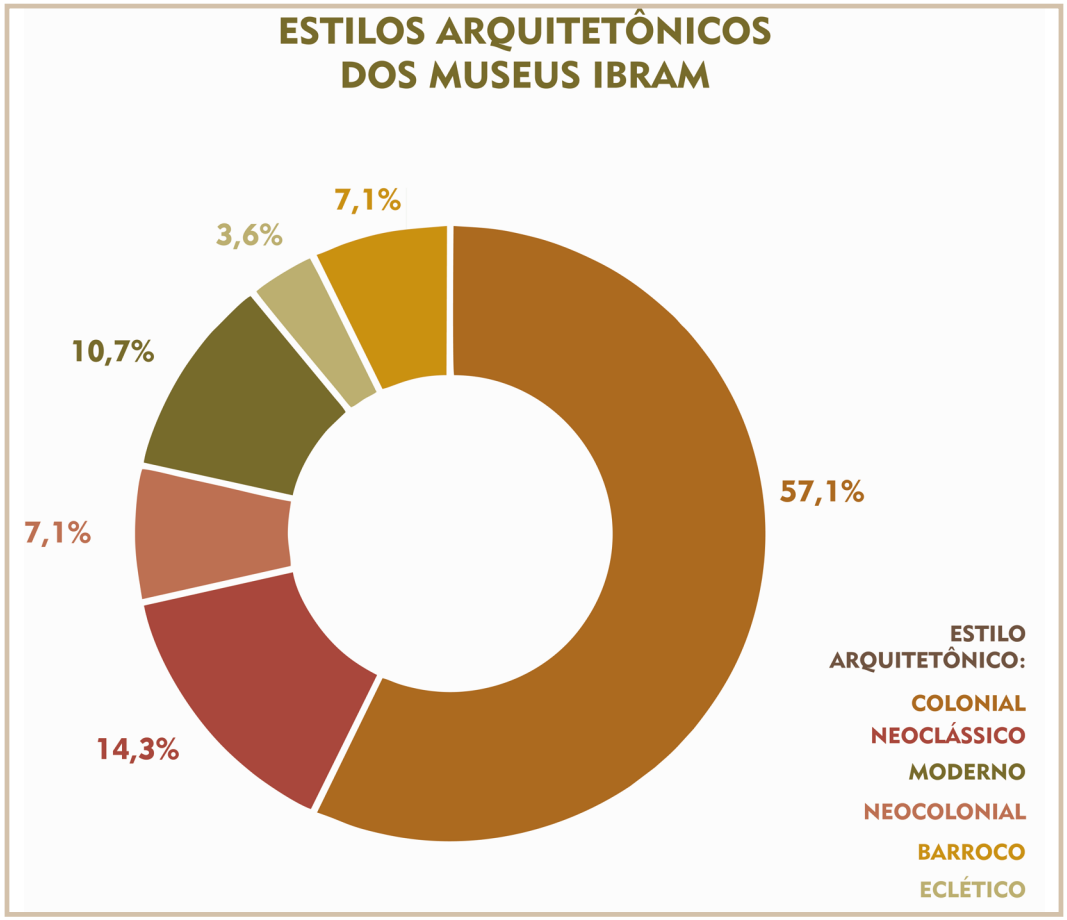


Gráfico com a porcentagem dos museus Ibram conforme a classificação dos estilos arquitetônicos.

Parte do panorama dos estilos arquitetônicos nos museus vinculados ao Ibram reflete a diversidade cultural, histórica e regional do Brasil. Essa diversidade não apenas evidencia a influência de diferentes períodos da história da arquitetura, mas também ressalta como as especificidades locais moldaram os edifícios ao longo do tempo.

A relação entre os estilos arquitetônicos e os sistemas construtivos dos museus objetos de estudo revela uma diversidade de técnicas empregadas ao longo do tempo, conforme aspectos históricos, geográficos e culturais de cada região. Um exemplo dessa variação pode ser observado nos museus instalados em edificações coloniais nos estados de Minas Gerais, Goiás e Espírito Santo, onde a alvenaria de terra frequentemente se combina com outros materiais e métodos construtivos, como o uso de pedra ou tijolo maciço. Essa fusão de técnicas ilustra a adaptação das técnicas originais às condições locais e à disponibilidade de recursos naturais, mas também se relaciona ao uso original de cada um desses edifícios, que quanto mais nobre, melhor a qualidade de matéria-prima.



Gráfico contendo a distribuição estadual dos museus Ibram e uma breve descrição dos sistemas construtivos predominantes em cada região do Brasil.

De modo geral, essa diversidade construtiva evidencia não apenas a evolução das técnicas de edificação ao longo do período colonial, mas também a influência de fatores ambientais e culturais na configuração de museus. A análise dos estilos e sistemas empregados em diferentes períodos além de identificar continuidades e rupturas na história da arquitetura brasileira, revela como cada edificação carrega em sua materialidade valores simbólicos que contribuem para a valorização do patrimônio cultural.

Ano de inauguração e tombamento

A análise comparativa entre as datas de inauguração dos museus Ibram e os respectivos processos de tombamento de seus conjuntos arquitetônicos possibilita uma reflexão sobre a relevância do uso museal dessas edificações e sua influência no reconhecimento e na proteção do patrimônio cultural. É essencial distinguir os conceitos de inauguração e criação de um museu: enquanto a inauguração refere-se à abertura da instituição ao público, a criação está associada ao ato formal e legal que oficializa sua existência. Para esta análise, adotou-se exclusivamente a data de inauguração dos museus do Ibram, uma vez que nem todas as instituições dispõem de documentação que ateste com precisão sua data de criação.

A proximidade temporal entre o tombamento e a inauguração de determinadas instituições da amostra, como o Museu do Ouro, o Museu do Diamante e o Museu das Bandeiras, permite uma reflexão aprofundada sobre o processo de institucionalização dos museus regionais no Brasil e sua relação com a Arquitetura de museus. A formação dessas instituições, sobretudo daquelas situadas em Minas Gerais, insere-se no contexto da política patrimonial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) durante as décadas de 1930 e 1940.

Essa política, além de promover a interiorização e a regionalização cultural, buscava integrar a proteção de bens móveis e imóveis por meio da utilização pública e museológica de edificações cuja história estivesse estreitamente vinculada à temática dos acervos selecionados (Amaral, 2014). O tombamento dessas edificações, portanto, foi fundamentado tanto na valorização estética de sua arquitetura quanto em sua identidade no contexto urbano e na simbologia que representavam para a comunidade.

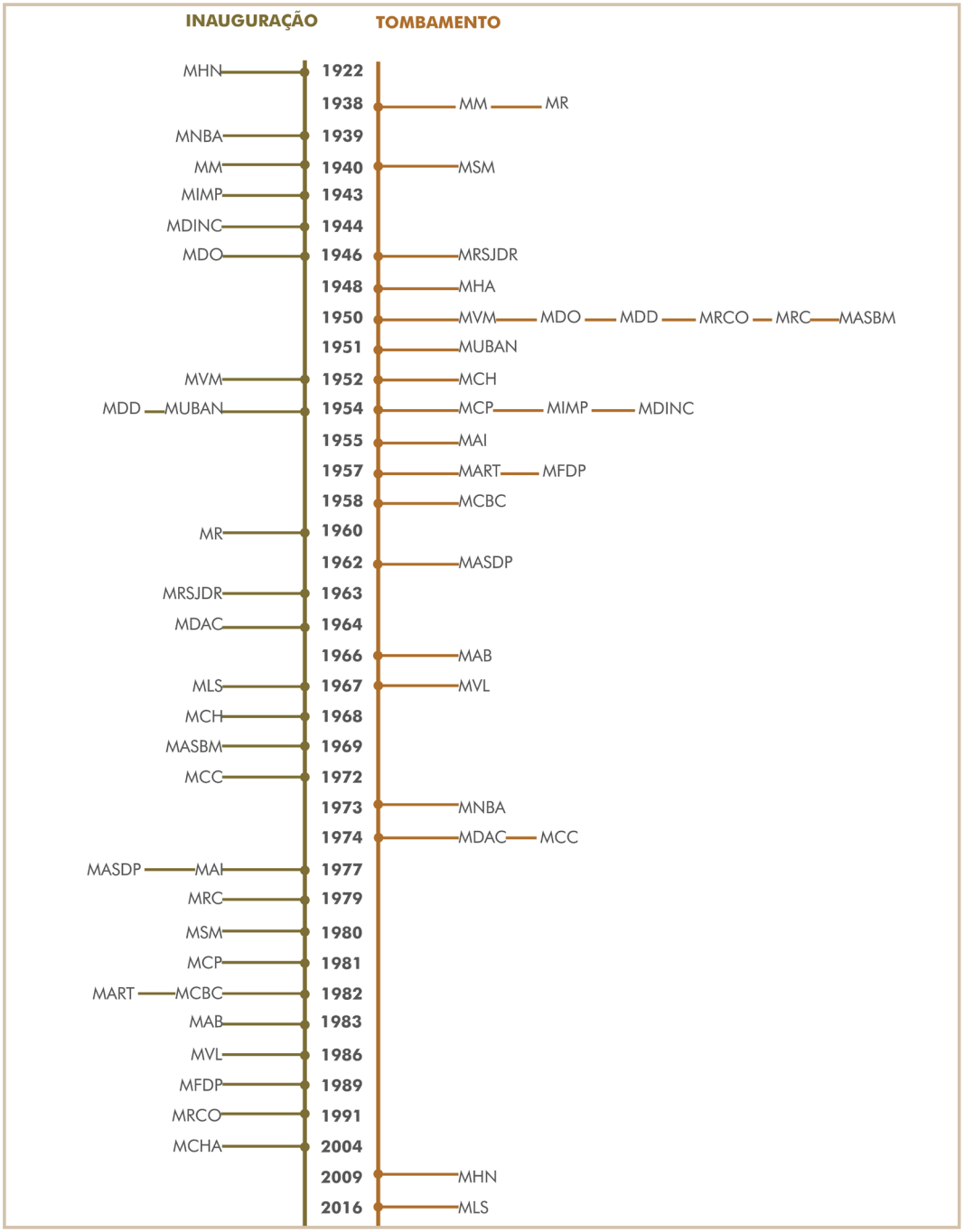


Gráfico contendo ano de inauguração e tombamento de cada museu Ibram.

A significativa diferença entre as datas de criação e de tombamento de museus como o Museu Histórico Nacional (MHN) e o Museu Nacional de Belas Artes (MNBA) permite um olhar diferenciado sobre a formação dos museus nacionais, considerando as políticas culturais e preservacionistas. Inaugurado em 1922, o MHN não apenas evidenciou a compreensão da preservação do patrimônio como elemento central na construção do Estado e na formação de uma identidade nacional, mas também reforçou o papel educacional dos museus ao sediar o primeiro curso de Museologia do Brasil. De forma análoga, a inauguração do MNBA, em 1939, estruturado a partir do acervo da antiga Academia Imperial de Belas Artes, reflete o compromisso com a valorização de obras consideradas representações excepcionais para a consolidação de uma memória nacional.

O fato de o tombamento dos conjuntos arquitetônicos dessas instituições ter ocorrido décadas após suas inaugurações — em 1972, no caso do MNBA, e apenas em 2004, no caso do MHN — sugere que a relevância simbólica e monumental desses edifícios, aliada à sua função museológica, garantiu por longo período sua preservação, mesmo sem respaldo legal formal. Essa circunstância evidencia a importância do reconhecimento institucional e do uso contínuo dessas edificações como museus na salvaguarda e valorização do patrimônio cultural brasileiro.

Função original e transformações espaciais

A relação entre os museus e seus edifícios permite a identificação de dois grandes grupos nos quais a maioria das instituições pode ser classificada: aqueles concebidos originalmente para a função museológica e aqueles resultantes da adaptação de edificações históricas projetadas para outros usos. A conversão de construções históricas em museus é uma prática recorrente desde o surgimento das primeiras instituições museológicas, pois, além de valorizar o potencial histórico e cultural dessas edificações, representa uma oportunidade de revitalização urbana por meio da ressignificação de seus espaços e de sua carga simbólica.

Com exceção do Museu das Missões, os edifícios dos museus vinculados ao Ibram foram originalmente idealizados para diferentes finalidades. Observa-se que a maioria dessas edificações foi inicialmente destinada ao uso residencial ou religioso, seguido por funções institucionais, tais como câmara e cadeia, escola e convento.

As informações contidas no parâmetro "Transformações Espaciais" evidenciam que, ao longo da existência das instituições, seus edifícios passaram por diversas alterações estruturais, que variam desde modificações pontuais até grandes restaurações e ampliações. Essas intervenções se justificam tanto pela necessidade de adaptação espacial e de infraestrutura para a conversão dos edifícios ao uso museológico quanto por outras demandas que visam modernizar essas instituições instaladas em edificações preexistentes. Contribui para aprofundar os debates sobre a Arquitetura de museus, especialmente no que se refere às diferentes origens e configurações dos espaços arquitetônicos dessas instituições.



Nuvens de palavras contendo as tipologias e usos originais dos museus Ibram.

Nos edifícios projetados especificamente para a função museal, a arquitetura assume um papel simbólico, buscando consolidar uma identidade visual marcante na paisagem, reforçar a participação social do museu e estabelecer uma conexão orgânica com a cidade. Essa concepção está expressa no Guia de Projetos de Arquitetura de museus (Ibram, 2023, p.10), que destaca:

> Observados do ponto de vista da arquitetura, os edifícios de museus projetados conferem visibilidade às pesquisas conceituais e formais, constituindo-se lugares de cruzamento prático entre as questões atuais da museologia, museografia e da própria arte, refletidas em tipologias diferentes de espaços e edificações em consonância com o programa concebido.

Por meio de um projeto arquitetônico bem fundamentado, é possível contemplar e integrar aspectos essenciais, como experimentação museológica, conservação do acervo, representatividade cultural, preservação do patrimônio, construção da memória coletiva, participação e inclusão comunitária, sustentabilidade, segurança e acessibilidade, garantindo, assim, a eficiência e a relevância dos museus na contemporaneidade.

Expografia (curta e longa duração)

As exposições representam uma das principais formas de materialização da atuação dos museus. De modo geral, a concepção expográfica está intrinsecamente vinculada ao espaço arquitetônico disponível. Elementos como mobiliário, suportes, acabamentos, painéis gráficos, iluminação, recursos audiovisuais, percurso expositivo e acessibilidade, entre outros, são planejados a partir de uma relação de reciprocidade com o ambiente que abriga a exposição.

Assim como o conteúdo programático dos museus passa por constantes transformações, as formas de exposição também evoluíram em resposta às novas demandas de conservação, comunicação e às tecnologias disponíveis. A análise dos espaços expositivos dos museus vinculados ao Ibram revela que, em termos de temporalidade, há uma predominância das exposições de longa duração em relação às de curta duração.

Nos museus que dispõem de espaços para exposições temporárias e possuem mais de um pavimento, como o Museu de Alcântara, o Museu Victor Meirelles e o Museu da República, esses espaços estão majoritariamente localizados no térreo. Tal disposição pode ser atribuída a fatores como versatilidade, infraestrutura, disponibilidade de equipamentos e proximidade ao acesso principal.

Ao examinar as exposições em museus-casa, como o Museu Casa da Hera, o Museu Casa de Benjamin Constant e o Museu Regional Casa dos Ottoni, observa-se uma relação intrínseca entre o edifício e a exposição de longa duração. Essa tipologia museológica busca conceber seus espaços expositivos a partir de uma perspectiva histórica, recriando o estilo de vida de determinada época.

Nesse contexto, nota-se que, ao longo dos anos, houve modificações na forma de exposição, refletindo ajustes interpretativos e curatoriais. Os acervos estão profundamente

conectados às edificações que os abrigam, contribuindo para a construção de uma cenografia que reforça a narrativa histórica do espaço.

Outro aspecto relevante identificado na análise do parâmetro "Espaços Expositivos" refere-se ao uso dos espaços externos. Alguns museus utilizam seus jardins para exposições temporárias, além de eventos e atividades culturais, conforme o planejamento anual da instituição. Em outros casos, os jardins desempenham uma função contemplativa, integrando-se ao conjunto arquitetônico como elementos que, historicamente, serviam para conectar diferentes áreas do edifício, além de contribuir para soluções de ventilação e iluminação dos ambientes.

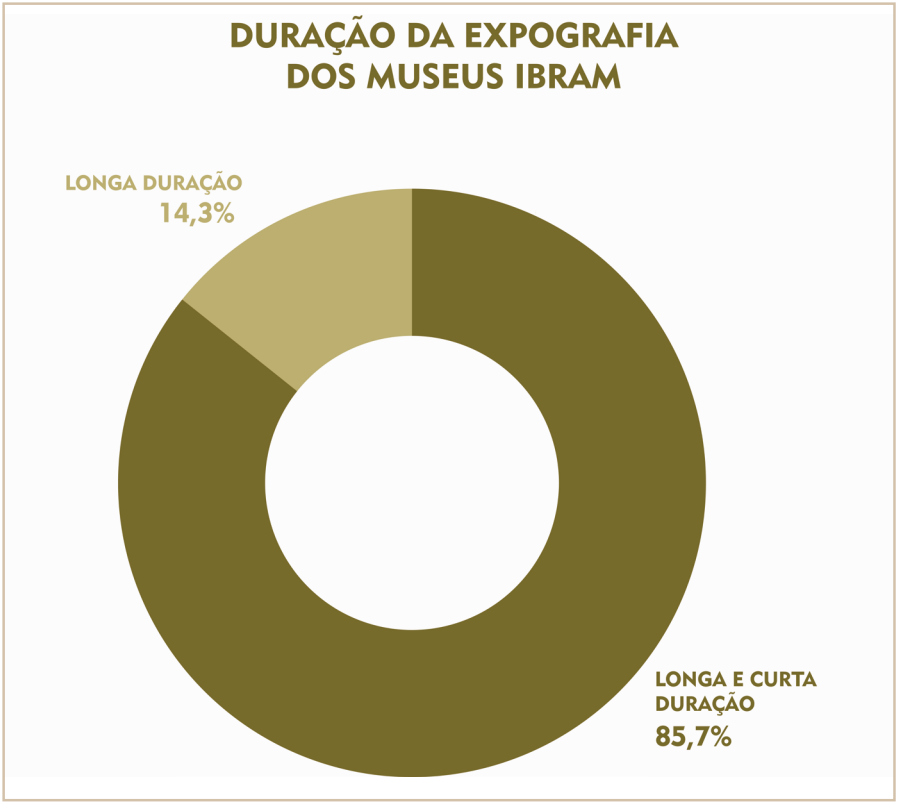


Gráfico em disco contendo a porcentagem de exposições de longa e de curta duração nos museus Ibram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta publicação propôs um processo de análise e documentação dos museus a partir de seus espaços físicos: a Ficha de Arquitetura de museus. Ao estabelecer parâmetros claros e organizados, essa abordagem possibilitou não apenas o registro sistemático das edificações, mas também o aprofundamento da pesquisa, a preservação e a disseminação do conhecimento sobre o patrimônio museológico.

Ao consolidar o edifício do museu como objeto de estudo e meio de conexão com a sociedade, esse processo representa um avanço significativo na sistematização das informações sobre os espaços museais. Além de documentar transformações espaciais e mudanças de uso, ele fomenta novas pesquisas e reflexões sobre a relação entre museus e suas estruturas físicas.

Além de sua aplicação na organização de dados e na valorização da arquitetura dos museus, pretende-se ampliar o acesso público à informação, incentivando o engajamento social na preservação do patrimônio cultural. Seu potencial como ferramenta acadêmica e de divulgação reforça seu papel estratégico na integração entre diferentes instituições e no desenvolvimento de novos estudos.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, D. **Novos Museus de Arte: entre o espetáculo e a reflexão.** 2014. 186 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Institui o estatuto dos museus e dá outras providências. Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm. Acesso em: 6 fev. 2025

DOS SANTOS, S. **Arquivos Universitários: a gestão eficaz e a preservação digital.** 2018. 426p. Dissertação (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.

Governo da Espanha, **Arquitectura de los museos**, Ministério da Cultura. Disponível em: https://www.cultura.gob.es/cultura/areas/museos/mc/arquitectura-museos/presentacion.html. Acesso em 26/09/2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Guia para Projetos de Arquitetura de Museus** (Coleção Arquitetura de Museus, 2). Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2023. 69 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Museus em Números**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011. 240 p. Vol.1.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil.** 10ª Edição. São Paulo. Editora Perspectiva S.A. 2004.

FICHAS DOS MUSEUS IBRAM

MUSEU DE ALCÂNTARA

MUSEU DA ABOLIÇÃO

MUSEU CASA DA PRINCESA

MUSEU DAS BANDEIRAS

MUSEU DE ARTE SACRA DA BOA MORTE

MUSEU DAS MISSÕES

MUSEU VICTOR MEIRELLES

MUSEU CASA DA HERA

MUSEU CASA DE BENJAMIN CONSTANT

MUSEU DO AÇUDE

MUSEU CHÁCARA DO CÉU

MUSEU DA INCONFIDÊNCIA

MUSEU DA REPÚBLICA

MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU

MUSEU DE ARTE RELIGIOSA E TRADICIONAL

MUSEU DE ARTE SACRA DE PARATY

MUSEU DO DIAMANTE

MUSEU DO OURO

MUSEU FORTE DEFENSOR PERPÉTUO

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

MUSEU IMPERIAL

MUSEU LASAR SEGALL

MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES

MUSEU REGIONAL CASA DOS OTTONI

MUSEU REGIONAL DE CAETÉ

MUSEU REGIONAL DE SÃO JOÃO DEL-REI

MUSEU SOLAR MONJARDIM

MUSEU VILLA-LOBOS

IDENTIFICAÇÃO
DO CONJUNTO

Localização

Praça da Matriz, 7 -
Alcântara, MA

Conjunto Arquitetônico

Composto por dois sobrados, n° 7 e n° 15, e por áreas verdes.

Área construída do conjunto

1.340,00 m²

1795
Início da construção dos sobrados

1889
Aquisição do Sobrado n°7 pela família Guimarães

1948
Tombamento federal do conjunto histórico da cidade de Alcântara, que inclui os sobrados do Museu

MUSEU DE ALCÂNTARA



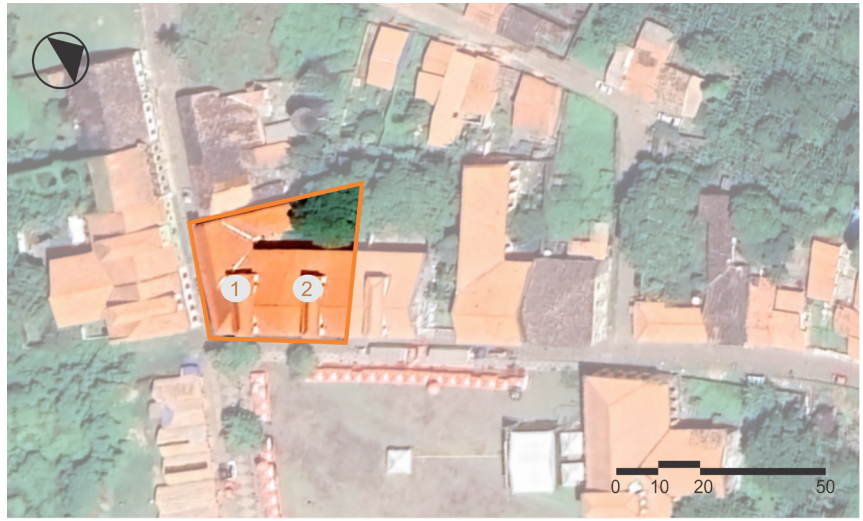
Voltar ao menu

Contexto Histórico

Construído entre o final do século XVII e início do século XVIII, o conjunto arquitetônico do Museu de Alcântara é composto por dois sobrados geminados. O conjunto está implantado junto a Praça da Matriz, em relevante ponto do tecido urbano, onde além da igreja de São Matias, hoje em ruínas, encontram-se a Casa de Câmara e Cadeia e o Pelourinho. Os sobrados foram construídos com finalidade residencial e possivelmente comercial, sendo a família do Barão de São Bento a primeira proprietária. Com a decadência econômica da região, houve o abandono gradual da cidade por parte da aristocracia, o que levou à desvalorização dos imóveis. Em 1889, os sobrados de n°7 e n°15 foram adquiridos pela família Guimarães, comerciantes sem títulos nobres. Em 1986, por meio de Decreto Presidencial, o sobrado n°7 foi declarado de utilidade pública para a instalação do Museu da Cidade. A restauração do acervo foi concluída em 2004, seguida pela montagem da exposição que marcou a inauguração do Museu Casa Histórica de Alcântara. Em 2008, o sobrado n°15 foi adquirido com o objetivo de ampliação do Museu. Desde 2022, a instituição passou a se identificar como Museu de Alcântara (MHA).



Registro Histórico



Museu de Alcântara: **1.** Sobrado n° 7 **2.** Sobrado n° 15

Transformações espaciais

Os sobrados n°7 e n°15 integram um conjunto de três prédios geminados com ordem tipológica definida com divisões padrões de quatro salas no térreo e no pavimento superior, fachadas voltadas para a rua tratadas nobremente, inclusive com mirantes e as voltadas para os quintais com grandes varandas. Na década de 80, o sobrado n° 07 foi desapropriado pela União e em 1991 iniciou-se o processo de restauro da edificação, devido ao seu péssimo estado de conservação. Posteriormente, foram reformadas as coberturas e incorporados azulejos nas paredes da varanda do andar superior. Em 2008 o sobrado n° 15 foi adquirido pela União e em 2022 incorporado ao Museu, viabilizado após execução de obras de restauro e requalificação.





Vista da praça em que se localiza o museu e fachada do Museu de Alcântara

CARACTERÍSTICAS DO EDIFÍCIO PRINCIPAL

Estilo Arquitetônico

Arquitetura colonial

Volumetria

Os sobrados geminados apresentam fachadas com linguagem arquitetônica semelhante, marcada pela distribuição ritmada dos elementos, simetria entre os andares, presença de mansardas e balcões no pavimento superior.
O sobrado nº 7 possui planta em formato de "C", enquanto o sobrado nº 15 apresenta planta retangular.

Sistema Construtivo

Os pisos são compostos por pedra Lioz, lajotas de barro e madeira. As paredes, em alvenaria de pedra, recebem acabamento com pintura à base de cal, característica desse estilo arquitetônico. A cobertura é estruturada em madeira e utiliza telhas cerâmicas do tipo capa e canal.

MUSEU DE ALCÂNTARA



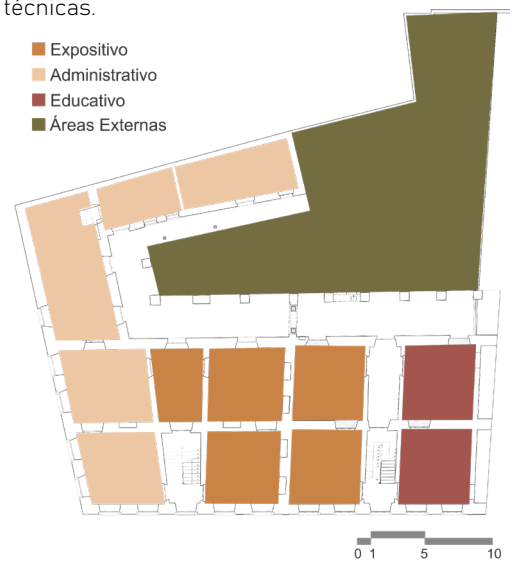
1986
Desapropriação do Sobrado nº7 para instalação do Museu

2004
Inauguração do Museu Casa Histórica de Alcântara

2020-2022
Realização de obra de restauro e requalificação

Setorização

Nos sobrados 07 e 15, a organização dos espaços é distribuída entre dois pavimentos. No térreo, concentram-se os ambientes voltados ao acolhimento do público como recepção, cafeteria com loja integrada, auditório, copa e cozinha, banheiros e depósito. Também há duas salas de exposição de longa duração, quatro de exposições de curta duração, uma sala para atividades educativas, brinquedoteca, varandas e um jardim/pátio interno, que também abriga uma exposição de longa duração. No segundo pavimento, estão localizadas oito salas dedicadas à exposição de longa duração, sala técnica, reserva técnica, sala de reuniões e sala de leitura. Os dois mirantes dos sobrados são utilizados como áreas técnicas.



Planta baixa - pavimento térreo do conjunto



Exposição anterior à requalificação



Fachada do Museu de Alcântara



Exposição anterior à requalificação

Espaços Expositivos

Os espaços expositivos do Museu encontram-se em processo de atualização e distribuem-se pelos dois pavimentos dos sobrados. No térreo, concentram-se as salas destinadas às exposições de curta duração, além de uma botica que integra a exposição de longa duração. No pavimento superior, estão localizadas as demais salas de exposição de longa duração, equipadas com recursos museográficos versáteis e tecnologias multimídia.

Voltar ao menu

IDENTIFICAÇÃO DO CONJUNTO

Localização

R. Benfica, 1150 - Recife, PE

Conjunto Arquitetônico

Composto pelo edifício principal Sobrado Grande da Madalena, Anexo, Loja/Café e por áreas verdes.

Área construída do conjunto

1.213,66 m²

MUSEU DA ABOLIÇÃO



Século XVII
Funcionamento como engenho de açúcar e Sobrado da Madalena

Século XIX
Reforma de adaptação ao neoclássico

1957
Criação, por Decreto-Lei, do Museu da Abolição

1966
Tombamento do edifício como patrimônio nacional

Voltar ao menu

Contexto Histórico

O sobrado que abriga o Museu da Abolição é um remanescente de engenho de açúcar e está intimamente ligado à formação residencial das famílias abastadas do bairro da Madalena, sendo considerado um dos mais significativos da região desde o século XVII. Ao longo do tempo, o imóvel teve diversos usos. Durante as invasões holandesas, foi transformado em estância fortificada. Na II Guerra Mundial, foi ocupado por uma unidade do Exército Brasileiro. Posteriormente, serviu como sede da Cooperativa de Transportes João Alfredo e, mais recentemente, foi utilizado pela Companhia Pernambucana Autoviária Ltda como garagem e oficina para ônibus. Embora o Museu da Abolição tenha sido criado em 1957, sua efetiva utilização com finalidade museal só se concretizou em 1983, com a inauguração da exposição "O processo abolicionista através dos textos oficiais". O edifício foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1966.



Registro Histórico



Museu da Abolição: 1.Sobrado Grande da Madalena 2.Anexo 3.Loja/Café

Transformações espaciais

No século XIX, o Sobrado pertenceu a João Joaquim da Cunha Rego Barros, que promoveu sua adaptação ao estilo neoclássico, então em voga. Entre as modificações realizadas, destacam-se o revestimento com azulejos, as esquadrias com bandeiras e as sacadas em ferro forjado. Com a criação do Museu, em 1957, o edifício, que se encontrava em péssimo estado de conservação, passou por uma série de intervenções. As obras tiveram início em 1968 e se estenderam até 1975. Nesse período, foram construídos, no terreno, uma guarita, um anexo, uma garagem coberta e implantado um novo projeto paisagístico, que incluía um teatro de arena. Entre 2020 e 2022, o conjunto arquitetônico passou por uma nova fase de requalificação, com a restauração do Sobrado, modernização das instalações, construção de uma loja/café e adequação do anexo existente.



Vista da fachada do Museu da Abolição

CARACTERÍSTICAS DO EDIFÍCIO PRINCIPAL

Estilo Arquitetônico

Arquitetura colonial

Volumetria

Edifício de dois pavimentos, com planta em base retangular. Suas fachadas apresentam uma composição simétrica e ritmada. O telhado, em várias águas, permanece oculto por uma platibanda decorativa, que, além de coroar o edifício, é ornamentada com estátuas.

Sistema Construtivo

Pisos variados em cerâmica, pedra e madeira. Suas paredes são construídas em alvenaria de tijolos maciços, caracterizadas por arcos plenos atualmente entaipados. As fachadas são revestidas com painéis de azulejos. A cobertura conta telhas cerâmicas do tipo capa e canal.

MUSEU DA ABOLIÇÃO



1968-1975
Execução de obras de restauro

1975
Instalação do DPHAN (atual IPHAN) no sobrado

1983
Inauguração do Museu

2020-2022
Realização de obra de restauro e requalificação do conjunto

Voltar ao menu

Setorização

No térreo estão localizados a recepção, a biblioteca, o arquivo, três salas destinadas a exposições de curta duração, a ludoteca, o auditório, a reserva técnica, a área técnica, o hall de entrada e os sanitários. Já o primeiro pavimento abriga o hall superior, seis salas para exposições de longa duração, os setores de administração e a sala destinada às atividades educativas.



Planta baixa - pavimento térreo do edifício principal



Exposição anterior à requalificação



Fachada do Museu da Abolição



Exposição anterior à requalificação

Espaços Expositivos

Os espaços expositivos do Museu estão em processo de atualização, com um novo projeto museográfico que abordará os efeitos do Pós-Abolição na formação da sociedade brasileira e seus reflexos na contemporaneidade. No pavimento térreo, será instalada a Sala Memorial, dedicada à história do Sobrado e à atuação do Museu, além de duas salas para exposições de curta duração. O primeiro pavimento abrigará as demais salas destinadas à exposição de longa duração. O projeto expográfico prioriza a flexibilidade, permitindo a renovação do discurso por meio da troca de objetos, narrativas, adesivações e produções audiovisuais, mantendo sempre que possível as estruturas básicas para facilitar a montagem de futuras exposições.

IDENTIFICAÇÃO DO CONJUNTO

Localização

Rua da Cadeia, 270 – Pilar de Goiás, GO

Conjunto Arquitetônico

Composto pelo edifício principal, conhecido como Casa Setecentista, e por amplas áreas verdes que integram o espaço do museu.

Área construída do conjunto

216,46 m²

MUSEU CASA DA PRINCESA



1954
Tombamento do edifício como patrimônio nacional

1979-1981
Primeiro restauro para inauguração do Museu

1981
Inauguração do Museu Casa Setecentista, depois rebatizado para Museu Casa da Princesa

Voltar ao menu

Contexto Histórico

Reconhecida por seu valor arquitetônico como um dos últimos exemplares de casas setecentistas do Brasil, a edificação, datada do século XVIII, foi tombada em nível federal em 1954. Ao longo do tempo, passou por diversas transformações em sua configuração espacial. Em 28 de junho de 1981, o imóvel foi oficialmente reaberto à sociedade pilarense com a função de museu, sob o nome de Museu Casa Setecentista, também conhecido como Museu Casa das Rótulas. Posteriormente, passou a ser chamado de "Casa da Princesa", consolidando-se como um dos principais equipamentos culturais da região. O edifício foi restaurado em 2016, com a modernização dos banheiros e das instalações prediais. Em 2018, foi implementada uma nova expografia, com o objetivo de garantir a preservação do acervo e ampliar o acesso da população ao museu.



Registros Histórico



1. Museu Casa da Princesa: Casa Setecentista

Transformações espaciais

O imóvel foi restaurado entre 1979 e 1980, sendo reaberto ao público em 1981. Em 2016, passou por uma nova intervenção, que contemplou a recuperação da cobertura, forros, pisos, instalações elétricas, sistema de drenagem e requalificação dos banheiros. A expografia do museu foi completamente renovada em 2018, com uma nova conceituação museológica, reorganização do circuito expositivo, implementação de novo mobiliário e desenvolvimento da comunicação visual da instituição.



Vista da fachada do Museu Casa da Princesa

CARACTERÍSTICAS DO EDIFÍCIO PRINCIPAL

Estilo Arquitetônico

Arquitetura colonial

Volumetria

Casa senhorial térrea, organizada em planta retangular, que se destaca pela presença de uma varanda ampla na fachada posterior, que proporciona integração entre os ambientes internos e o espaço externo.

Sistema Construtivo

Os pisos são compostos por madeira e lajeado. As paredes são de alvenaria de taipa de pilão e adobe, revestidas internamente com argamassa à base de areia e cal. A cobertura é sustentada por uma estrutura de madeira e coberta por telhas cerâmicas do tipo capa e canal, características da arquitetura regional.

MUSEU CASA DA PRINCESA

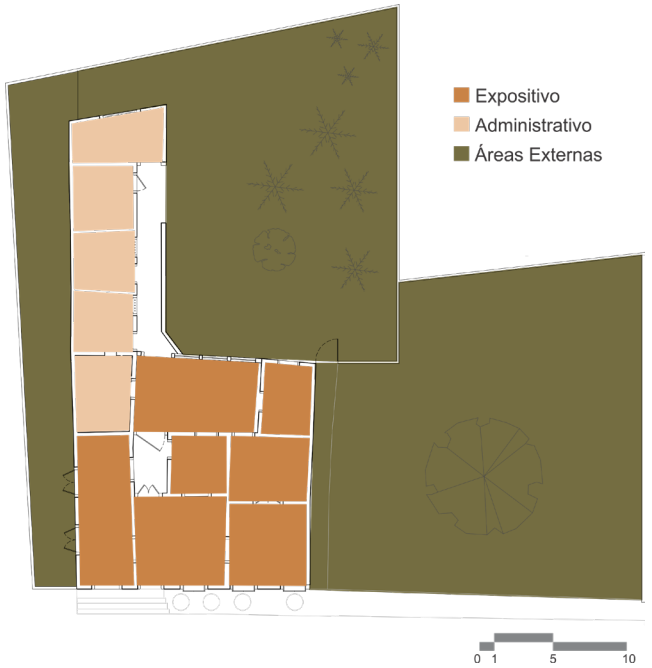


2016
Restauração arquitetônica com readequação dos banheiros

2018
Execução da nova museografia e nova comunicação visual do Museu

Setorização

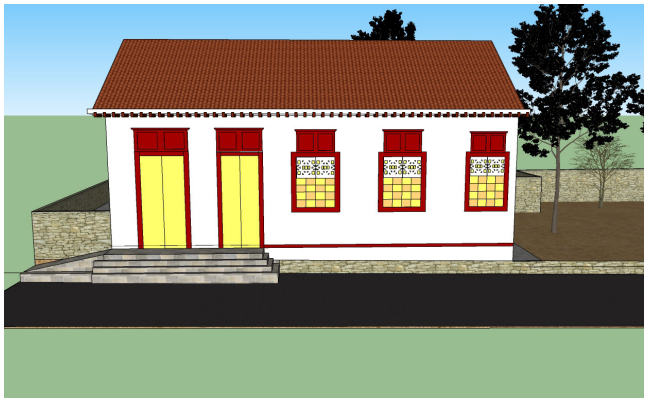
A casa possui doze cômodos, além de uma área verde composta pelo quintal e um terreno lateral. A parte frontal é destinada às salas de exposição de longa duração, enquanto a parte posterior abriga a área administrativa, que inclui duas salas de reserva técnica, o setor administrativo, a copa e os sanitários.



Planta baixa - pavimento térreo do conjunto



Espaço Expositivo



Fachada do Museu Casa da Princesa em 3D



Espaço Expositivo

Espaços Expositivos

Os espaços expositivos têm como temática central as memórias e histórias da cidade de Pilar de Goiás, valorizando o processo de formação do museu e do seu acervo. As sete salas expositivas são organizadas em núcleos temáticos que abrangem: linha do tempo, surgimento, expansão, permanência e trabalho, economia e tecnologia, devoção e cotidiano. O acervo reúne diversos objetos relacionados às temáticas: guerra, artes, pecuária, construção, vida cotidiana regional, além de fragmentos cerimoniais indígenas, entre outros.

Voltar ao menu

IDENTIFICAÇÃO
DO CONJUNTO

Localização

Praça Brasil Ramos Caiado,
Setor Central – Goiás , GO

Conjunto Arquitetônico

Composto pelo edifício principal — a antiga Casa de Câmara e Cadeia — e por um anexo localizado nos fundos do terreno, voltado para o pátio externo.

Área construída do conjunto

963,00 m²

MUSEU DAS BANDEIRAS



1766
Construção e funcionamento como Casa de Câmara e Cadeia

1949
Fechamento da Casa de Câmara e Cadeia para criação do Museu

1951
Tombamento do edifício como patrimônio nacional

1954
Inauguração do Museu das Bandeiras

Contexto Histórico

O edifício que hoje abriga o Museu das Bandeiras está sediado na antiga Câmara e Cadeia, construída em 1766, na então chamada Vila Boa de Goyaz. Reconhecido por seu valor arquitetônico e histórico, foi tombado em 1951 e inscrito no Livro de Belas Artes pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Sua destinação de uso como museu ocorreu em 1949, mas a abertura oficial ao público ocorreu apenas em 1954.





Registros Histórico



Museu das Bandeiras: **1.** Antiga Casa de Câmara e Cadeia **2.** Anexo

Transformações espaciais

O edifício funcionou como Câmara e Cadeia desde sua construção, em 1766, até meados do século XX. Em 1949, passou a ter novo uso como museu, embora sua abertura ao público só tenha ocorrido em 1954. Desde então, foram realizadas duas grandes intervenções de restauração. A primeira, entre 2006 e 2007, ocorreu no âmbito do Programa Monumenta e teve como foco a segurança e a acessibilidade, incluindo a requalificação do pátio e das instalações do anexo administrativo. A segunda ocorreu em 2014, com ênfase na modernização das instalações prediais e nos sistemas de segurança do edifício.



Vista da fachada do Museu das Bandeiras

Voltar ao menu

CARACTERÍSTICAS DO EDIFÍCIO PRINCIPAL

Estilo Arquitetônico

Arquitetura colonial

Volumetria

Sobrado de volume retangular encimado em seu eixo central por torre com sino. No pavimento térreo, apresenta vãos vedados por grades espessas de ferro batido e molduras simples, com exceção da porta principal, que assim como os vãos do pavimento superior, recebe moldura com acabamento superior em cornija.

Sistema Construtivo

Pisos em pedra-sabão e madeira. Paredes em alvenaria de taipa de pilão, entremeadas por pedra na área da antiga Cadeia e em pau a pique nas demais salas, com pintura à base de cal. Cobertura em estrutura de madeira e telhas cerâmicas tipo capa e canal.

MUSEU DAS BANDEIRAS



1980
Tombamento estadual do edifício

2001
Reconhecido como Patrimônio Cultural da Humanidade

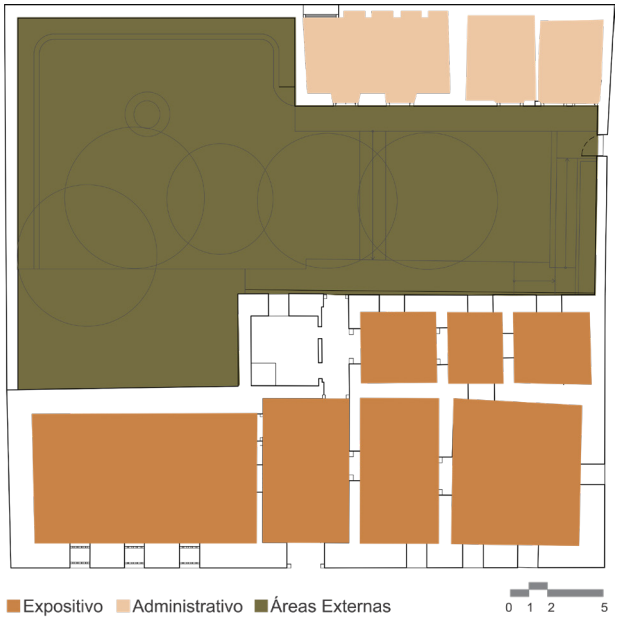
2006-2007
Restauração do museu para segurança e acessibilidade física

2014
Restauração do museu com foco nas instalações prediais

Voltar ao menu

Setorização

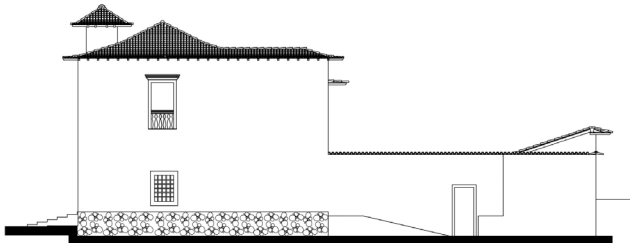
A setorização do museu se divide em dois pavimentos. No pavimento térreo encontram-se as salas expositivas. Também no térreo está o anexo com a sala multiuso, cozinha e banheiros, O ladeado pelo pátio que também é utilizado para exposições de curta duração. O primeiro pavimento conta com sala para o arquivo histórico, duas salas expositivas e área administrativa.



Planta baixa - pavimento térreo do conjunto



Espaço Expositivo



Fachada do Museu das Bandeiras



Espaço Expositivo

Espaços Expositivos

No pavimento térreo, encontram-se cinco salas expositivas, são elas: Sala Enxovia Forte (com características construtivas preservadas quando do uso de cadeia), Sala Indígena, Sala com Fragmentos das Igrejas, Sala da Econômica e Sala com Objetos de Arte Decorativa do Século XIX. O primeiro pavimento conta com uma sala para exposições de curta duração e a Sala dos Oratórios. O pátio externo, com fragmentos em pedra sabão, também é utilizado para exposições de curta duração.

IDENTIFICAÇÃO DO CONJUNTO

Localização

R. Moretti Foggia, 14 - Goiás, GO

Conjunto Arquitetônico

O conjunto é formado pelo edifício principal, que corresponde à antiga Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, um anexo e jardins localizados na área externa.

Área construída do conjunto

408,00 m²

MUSEU DE ARTE SACRA DA BOA MORTE



1762
Construção do edifício

1779
Conclusão da construção pela confraria dos Homens Pardos da Boa Morte, em homenagem a Nossa Senhora da Boa Morte

1950
Tombamento do edifício como patrimônio nacional

1969
Novo uso como Museu de Arte Sacra da Boa Morte

Voltar ao menu

Contexto Histórico

O Museu de Arte Sacra da Boa Morte está localizado no centro histórico da cidade de Goiás. Sua construção teve início em 1792, com o propósito inicial de abrigar uma igreja dedicada a Santo Antônio de Pádua. No entanto, devido à proibição da Coroa portuguesa que impedia militares de erguerem templos religiosos, a obra foi doada à Confraria dos Homens Pardos da Boa Morte. Coube à confraria concluir a construção em 1779, redirecionando a dedicação do templo para Nossa Senhora da Boa Morte. Tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1951, o edifício passou a funcionar como museu em 1969.



Registro Histórico



Museu Arte Sacra da Boa Morte: **1.** Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte **2.** Anexo

Transformações espaciais

Ao longo dos anos, o Museu de Arte Sacra da Boa Morte passou por diversas intervenções. Entre o final da década de 1970 e o início dos anos 1980, foi realizada uma grande reforma, que incluiu a construção de um banheiro, a instalação de um novo sistema elétrico e a revisão geral da cobertura. Entre 1994 e 1996, novas obras foram executadas, com reforço estrutural, substituição do piso de madeira, além da construção de mais um banheiro e de uma cozinha. Já entre 2014 e 2015, o edifício passou por serviços de drenagem, reforços estruturais, revisão das instalações elétricas, recuperação das esquadrias e substituição de reboco com repintura das alvenarias.



Vista da fachada do Museu de Arte Sacra da Boa Morte

CARACTERÍSTICAS DO EDIFÍCIO PRINCIPAL

Estilo Arquitetônico

Arquitetura barroca

Volumetria

O edifício apresenta planta em nave oitavada, com frontispício ornamentado por volutas e elementos florais. A fachada principal exibe características do estilo barroco, e a torre sineira se destaca por estar isolada da construção principal.

Sistema Construtivo

Piso em madeira, cerâmica e lajeado de pedra. Alvenaria de pedra, com exceção das paredes de pau-a-pique sobre os altares laterais e de adobe sobre os arcos do coro. Cobertura em estrutura de madeira e telhas cerâmicas tipo capa e canal.

MUSEU DE ARTE SACRA DA BOA MORTE



Final década 70–Início 80
Reforma do edifício com a construção de banheiro, novas instalações elétricas e revisão geral da cobertura

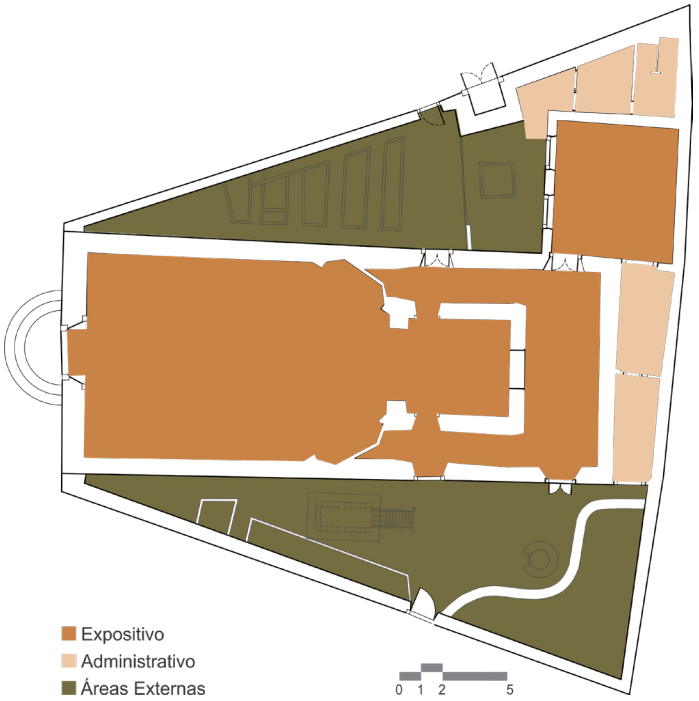
1994–1995
Reforma nas paredes, pisos e instalações elétricas e construção de banheiro e cozinha

2014 – 2016
Execução de serviços de drenagem, reforços estruturais, revisão das instalações elétricas, recuperação das esquadrias e substituição de reboco com repintura das alvenarias

Voltar ao menu

Setorização

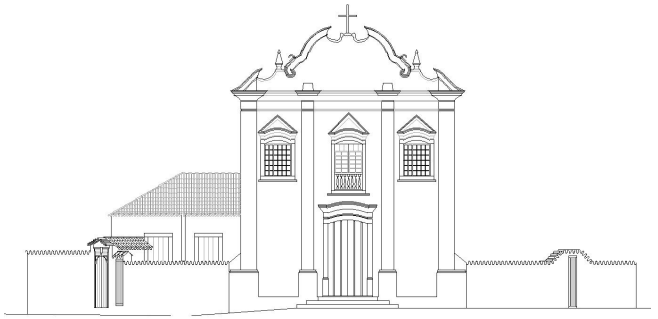
Atualmente, o Museu de Arte Sacra da Boa Morte está organizado em setores que incluem salas para exposições de longa e curta duração, reserva técnica, sala de reuniões, cozinha, dois banheiros e jardins na área externa.



Planta baixa - pavimento térreo do conjunto



Espaço Expositivo



Fachada do Museu de Arte Sacra da Boa Morte



Espaço Expositivo

Espaços Expositivos

Os espaços expositivos do Museu estão localizados no piso térreo, distribuídos entre a Sala de Apresentação, Sala de Pratarias, Corredor Veiga Valle, Nave da Igreja, Corredor dos Bispos e Sala de Exposição Temporária. O acervo conta com cerca de 1.041 peças, com destaque para arte sacra, objetos litúrgicos, prataria e indumentária. Merecem atenção especial as esculturas do santeiro José Joaquim da Veiga Valle.

IDENTIFICAÇÃO DO CONJUNTO

Localização

Rua São Luiz, s/n° - São Miguel das Missões, RS

Conjunto Arquitetônico

O conjunto é formado pelo Pavilhão Lúcio Costa e pela Casa do Zelador. No sítio arqueológico, encontram-se remanescentes históricos e arquitetônicos dos antigos povoados missionais.

Área construída do conjunto

717,00 m²

MUSEU DAS MISSÕES



1937
Visita de Lúcio Costa ao Rio Grande do Sul para analisar os remanescentes dos Sete Povos das Missões

1938
Tombamento federal do Sítio Arqueológico, incluindo o Museu

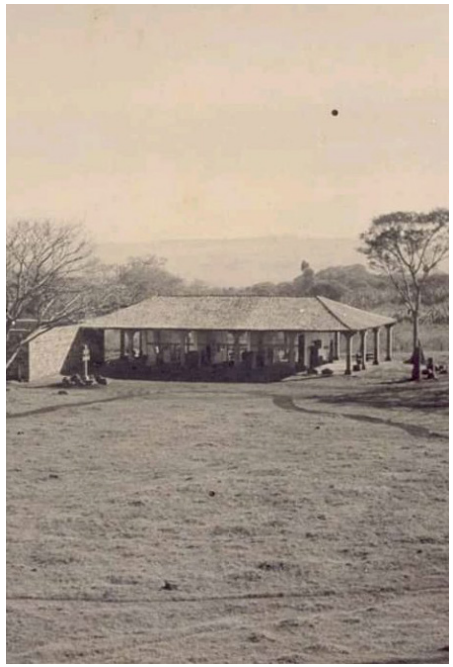
1938-1940
O arquiteto Lucas Mayerhofer dirigiu as obras de estabilização da igreja e a construção do prédio do Museu

1940
Criação oficial do museu

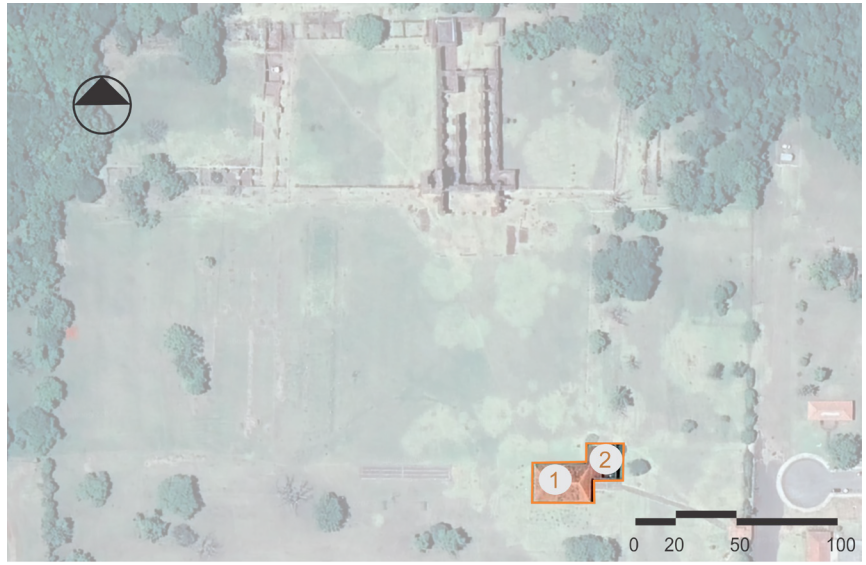
Voltar ao menu

Contexto Histórico

Projetado pelo arquiteto e urbanista Lúcio Costa, o Museu das Missões foi por muito tempo o único dedicado ao tema das missões jesuíticas. Sua criação tem origem a partir da visita do arquiteto às ruínas das reduções, que começaram a ser abandonadas em meados do século XVIII. Lúcio sustenta a argumentação pela fundação de um museu símbolo das missões jesuíticas no Brasil. A criação oficial do museu ocorre em 1940, integrando a política do governo federal de criação de museus organizados fora dos grandes centros urbanos e, no seu caso, com a finalidade de reunir remanescentes históricos e arquitetônicos dos povoados missionais dos séculos XVII e XVIII, e atualmente, de valorizar os descendentes dessa história, os índios Guarani.



Registro Histórico



Museu das Missões: **1.** Pavilhão Lúcio Costa **2.** Casa do Zelador

Transformações Espaciais

O Museu das Missões é composto por duas edificações: o Pavilhão Lúcio Costa, concebido para abrigar as obras de arte, e a Casa do Zelador, originalmente de uso residencial. Pouco após sua inauguração, as alas do Museu foram fechadas com painéis de vidro transparente para proteger o acervo. Em 1983, após o tombamento pela UNESCO, tem início uma série de reformas estruturais. No ano de 2004, há um processo de requalificação do Museu e, em 2006, a Casa do Zelador passa a ser utilizada como espaço expositivo, de administração e de atividades técnicas do Museu. Em abril de 2016, o museu sofre danos causados por um tornado, sendo recuperado com reforma da cobertura do Pavilhão, melhorias nas esquadrias, instalação de filtros UV na área expositiva e portas automáticas deslizantes.



Vista do conjunto do Museu das Missões

CARACTERÍSTICAS DO EDIFÍCIO PRINCIPAL

Estilo Arquitetônico

Arquitetura moderna

Volumetria

Composto por dois volumes retangulares articulados em "L". O Pavilhão Lúcio Costa possui alpendre perimetral e fachadas envidraçadas. A Casa do Zelador é formada por um volume opaco em formato retangular com pátio interno cercado por muro de pedras.

Sistema Construtivo

O Pavilhão Lúcio Costa possui panos de paredes brancas com fechamentos em vidro e cobertura com telhas cerâmicas. A Casa do Zelador possui piso em pedra, paredes em alvenaria de pedra e cobertura em estrutura de madeira e telhas cerâmicas tipo capa e canal.

MUSEU DAS MISSÕES



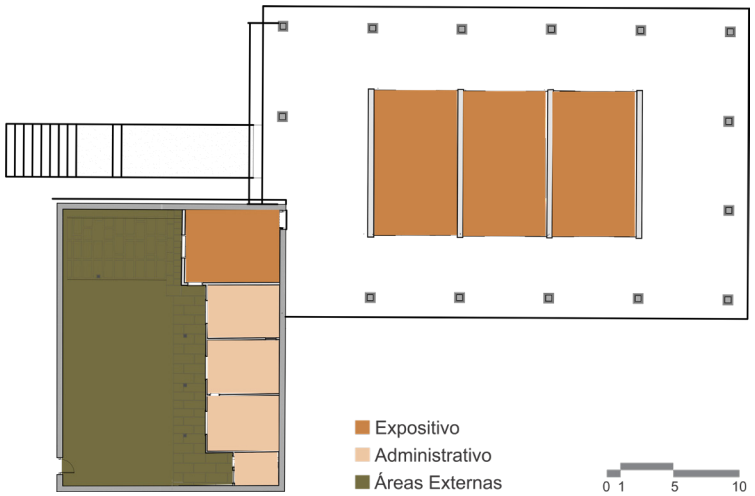
1983
Sítio arqueológico é declarado Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, pela Unesco

2016
O Museu das Missões foi atingido por um tornado causando danos em sua estrutura física e acervos

2019
Após restauro do acervo os núcleos expositivos foram reabertos

Setorização

O Pavilhão Lúcio Costa abriga a exposição de longa duração do museu, com três salas expositivas, e conecta-se à guarita de entrada do Sítio Arqueológico. Já a Casa do Zelador dispõe de sala de exposição, sala destinada à área técnica, Reserva Técnica, sala da administração, um banheiro/mini copa e um pátio interno.



Planta baixa - pavimento térreo do conjunto



Espaço Expositivo



Fachada do Museu das Missões em 3D



Acervo expositivo e ao fundo, as ruínas da antiga Igreja

Espaços Expositivos

O projeto de Lúcio Costa para o Sítio São Miguel Arcanjo é amplo e possui um forte caráter educativo. No que se refere ao museu, destaca-se sua função interpretativa, que une a arquitetura e a museografia: a edificação modernista, com fachadas envidraçadas e transparentes, cria uma integração que contrapõe as imagens expostas no museu às ruínas da antiga Igreja. O museu reúne em um só lugar esculturas de madeira policromada e fragmentos arquitetônicos das Reduções Jesuíticas dos Guarani.

Voltar ao menu

IDENTIFICAÇÃO
DO CONJUNTO

Localização

Rua Victor Meirelles, 59 - Florianópolis, SC

Conjunto Arquitetônico

Composto pelo edifício principal - a antiga residência da família de Victor Meirelles - e um anexo.

Área construída do conjunto

740,00 m²

MUSEU VICTOR MEIRELLES



1922
A Semana de Arte Moderna estabeleceu as bases para a criação do museu

1946
Aquisição da casa natal de Victor Meirelles para sua utilização como museu

1948
Plano de obras de conservação e adaptação para Museu

1950
Tombamento do edifício como patrimônio nacional

Voltar ao menu

Contexto Histórico

O Museu Victor Meirelles está situado no centro histórico de Florianópolis. A semana de Arte Moderna, em 1922, foi o cenário no qual se configurou a proposta de proteger e preservar os bens patrimoniais nacionais, por meio de tombamentos de grandes monumentos e da iniciativa de criar uma série de museus pelo país dentro de uma política ampla de preservação. Foi neste contexto que o MVM foi pensado e criado. A iniciativa e os procedimentos para a aquisição da casa natal de Victor Meirelles ocorreu em conjunto entre o então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/SPHAN e do Ministério da Educação e Saúde. A aquisição do edifício pela União foi autorizada em 1946 e previu sua utilização como museu para abrigar obras de Victor Meirelles. A residência foi tombada como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1950 e inaugurada como Museu Victor Meirelles, em 15 de novembro de 1952.



Registro Histórico



Museu Victor Meirelles: **1.** antiga residência da família Victor Meirelles **2.** Anexo

Transformações espaciais

Desde a inauguração do museu, a edificação passou por transformações estruturais e conceituais, visando adequação técnica, arquitetônica e museológica, de forma a abrigar e expor suas coleções e ampliar seus serviços a sociedade. Entre 1969 e 1974, o edifício passou por um processo de restauro. Em 1985, foi implantado um projeto expográfico, e, em 1997, com a cessão do segundo andar do prédio anexo, o museu pôde expandir suas atividades, utilizando também o Largo Victor Meirelles como espaço cultural. Em 2002, recebeu a doação do projeto de revitalização e ampliação desenvolvido pelo arquiteto suíço Peter Widmer, que foi executado entre 2016 e 2019, ocupando integralmente o prédio anexo.



Vista da fachada do Museu Victor Meirelles

CARACTERÍSTICAS DO EDIFÍCIO PRINCIPAL

Estilo Arquitetônico

Arquitetura colonial

Volumetria

Sobrado de dois pavimentos, alinhado à via, com volume de planta retangular e distribuição interna no formato conhecido como "casa fita."

Sistema Construtivo

Piso em madeira. Paredes em alvenaria mista de pedra e tijolos maciços, taipa, pau-a-pique e estuque, revestidas com reboco de cal. Cobertura em estrutura de madeira e telhas cerâmicas tipo capa e canal

MUSEU VICTOR MEIRELLES



1952
Inauguração do Museu Victor Meireles

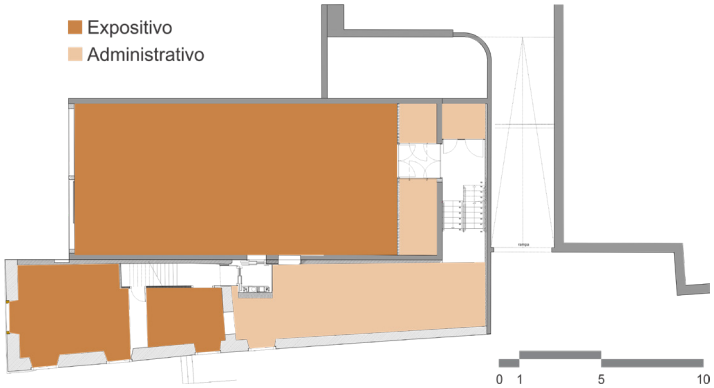
1969-1974
Restauração do Museu com projeto do arquiteto Cyro Illidio

1997
Cessão do prédio anexo para o museu

2019
Término das obras de revitalização e ampliação do museu

Setorização

A área expositiva ocupa toda a casa histórica, com o térreo e o primeiro andar dedicados a exposições de longa duração. No térreo do prédio anexo estão as exposições de curta duração, além dos espaços de depósito e limpeza. A área técnica fica no primeiro pavimento do anexo, onde se situam a sala dos técnicos, a sala educativa, a sala de conservação e a reserva técnica, acessíveis por elevador ou escada. O segundo andar do anexo abriga a biblioteca, o auditório e a copa. As áreas de circulação, acolhimento e os banheiros para visitantes estão localizados no térreo, entre a casa histórica e o anexo.



Planta baixa - pavimento térreo do conjunto



Espaço Expositivo



Fachada do Museu Victor Meirelles em 3D



Espaço Expositivo

Espaços Expositivos

A ampliação do Museu qualificou espacial e tecnicamente as áreas expositivas, garantindo conformidade com os requisitos essenciais de acessibilidade, proteção, segurança, conservação, comunicação e preservação. No térreo da casa histórica, as exposições de longa duração exibem acervos do Museu e de outras instituições, sempre relacionados ao artista Victor Meirelles. No térreo do anexo, estão as exposições de curta duração. Já no primeiro andar, destaca-se o novo espaço que integra a edificação histórica ao prédio adjacente, com acesso facilitado pelo elevador.

Voltar ao menu

IDENTIFICAÇÃO DO CONJUNTO

Localização

Rua Doutor Fernandes Júnior, 160 – Centro, Vassouras, RJ

Conjunto Arquitetônico

Composto pelo edifício principal, a antiga senzala, três anexos e áreas verdes.

Área construída do conjunto

1.200,00 m²

MUSEU CASA DA HERA



1843–1873
Residência da família Teixeira Leite

1874–1930
A casa permanece sem ocupação ou uso

1930
Falecimento da herdeira da família Teixeira Leite. Cláusula de inalienabilidade da casa e da chácara

1930–1952
O conjunto fica sob a guarda das Irmãs do Sagrado Coração de Jesus. Em 1991 a propriedade passa para a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Vassouras

Voltar ao menu

Contexto Histórico

No século XIX, com o aumento significativo na produção de café, o Brasil viveu um período de crescimento econômico e mudanças sociais. Nesse contexto, surge uma aristocracia regional e se intensifica o fluxo de escravizados para a região de produção cafeeira. O patrimônio artístico e arquitetônico das cidades do Vale do Paraíba é o registro de um período em que o "vale do café" se consolida como o centro econômico do país. Integrantes de famílias influentes e abastadas firmam suas residências como espaços centrais de encontros, socialização e negócios, como é o caso da residência de Joaquim José Teixeira Leite e Ana Esméria Corrêa e Castro. O processo de formação do Museu tem início em 1930, com o falecimento de Eufrásia Teixeira Leite, última proprietária do casarão em Vassouras. Em seu testamento, a propriedade é doada, com uma cláusula de integridade e indissolubilidade, que garante a preservação da construção e de seus objetos, incluindo mobiliário e decoração, e a chácara circundante. Com a garantia de preservação, o imóvel é seu acervo são tombados pelo IPHAN em 1952. Em 1968 o conjunto foi inaugurado como Museu.



Fachada principal do Museu Casa da Hera



Museu Casa da Hera: **1.** Edifício principal **2.** Antiga senzala **3.** Anexos

Transformações espaciais

O edifício consta na planta baixa da cidade de Vassouras no ano de 1836. Ainda no século XIX, há intervenções na antiga residência que são realizadas pelo proprietário Joaquim José Teixeira Leite, ampliando o espaço da casa e executando intervenções pontuais de reforma. Em 1930, após o falecimento de Eufrásia Leite, a residência é legada em testamento e inicia-se o processo de formação do Museu, que é inaugurado em 1968. A intervenção mais recente data do período de 2013 a 2015, quando foram realizadas obras de recuperação da cobertura e das instalações prediais do Museu.



Vista lateral do Museu Casa da Hera

CARACTERÍSTICAS DO EDIFÍCIO PRINCIPAL

Estilo Arquitetônico

Arquitetura colonial

Volumetria

Casa térrea de planta retangular com pátio interno, acrescida de dois volumes retangulares destinados à área de serviço e à senzala. A construção se destaca pela simetria e ritmo dos elementos da fachada, que é demarcada em seu centro por uma escadaria.

Sistema Construtivo

Pisos internos em madeira e externos de pedra. Alvenaria das paredes em adobe e taipa, suportadas por baldrame de pedra com porão alto e coberta vegetal de heras na fachada. Telhado de estrutura de madeira e telhas cerâmicas tipo capa e canal e forro de madeira.

MUSEU CASA DA HERA



1952
Tombamento do edifício e acervo como patrimônio nacional

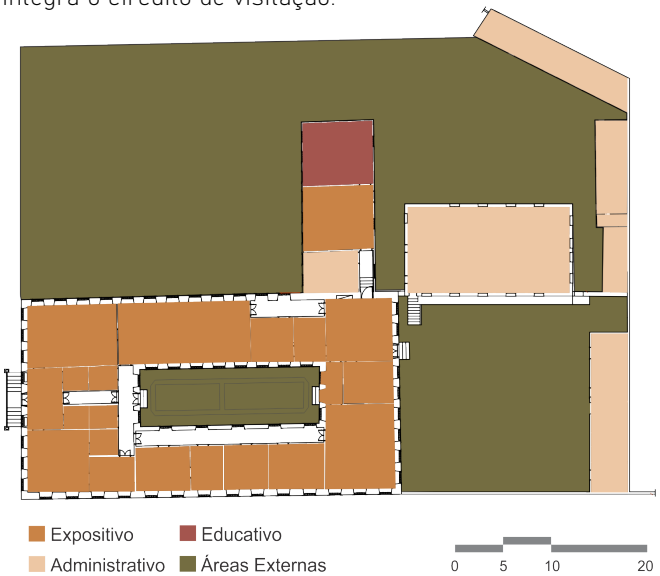
1968
Inauguração como Museu Casa da Hera

2013-2015
Intervenção de recuperação da cobertura e instalações hidráulicas e elétricas

Voltar ao menu

Setorização

No edifício principal localiza-se a área expositiva, composta por 22 cômodos distribuídos pelos seguintes espaços expositivos: comercial, social, íntimo e de serviços. Na antiga senzala está localizada a administração do museu. Nos outros anexos encontram-se depósitos, vestiário e um refeitório. O jardim histórico, de aproximadamente 33 mil metros quadrados, também integra o circuito de visitação.



Planta baixa - pavimento térreo do conjunto



Espaço Expositivo - Biblioteca



Fachada do Museu Casa da Hera



Espaço Expositivo - Salão Comercial

Espaços Expositivos

Na casa, há quatro áreas com funções expositivas distintas: a área social, a área de estar, a área íntima e a área de serviço. Os ambientes sociais são os ricos e decorados, destacando-se o piano francês Henri Herz e um retrato de Eufrásia Teixeira Leite, feito por Carolus Duran em 1887. Nesses ambientes estão localizados o Salão Vermelho, a Sala de Música e a Sala de Jantar. Os quartos da área íntima apresentam decoração simples e na área de serviço, a cozinha possui fogão a lenha e um filtro de pedra vulcânica do século XIX. A residência servia não apenas como moradia, mas também para atividades comerciais do proprietário. Por isso, além do Salão Comercial, há alcovas que recebiam visitantes ocasionais e comerciantes que não encontravam quartos disponíveis na cidade.

IDENTIFICAÇÃO DO CONJUNTO

Localização

Rua Monte Alegre, 255 – Santa Teresa, RJ

Conjunto Arquitetônico

Composto pelo edifício Principal (antiga residência de Benjamin Constant), Casa de Bernardina, um anexo de apoio, banheiros públicos, caramanchão, coreto, guarita e depósito de jardinagem.

Área construída do conjunto

678,15 m²

MUSEU CASA DE BENJAMIN CONSTANT



1860
Construção da casa

1890
Aluguel da propriedade por Benjamin Constant

1891
Após o falecimento de Benjamin Constant, o conjunto arquitetônico é comprado pelo Governo Provisório e passa a pertencer à União

1958
Tombamento do edifício principal como patrimônio nacional

Contexto Histórico

Construída na segunda metade do século XIX, por Antônio Moreira dos Santos Costa, a Casa Histórica de Benjamin Constant localiza-se em uma chácara em Santa Teresa. As casas de chácara, preferidas pelas classes mais abastadas, situavam-se em torno do núcleo urbano e contavam, muitas vezes, com senzala, jardim, horta, pomar, chiqueiro, estrebaria, cocheira e abastecimento próprio de água. Benjamin Constant alugou a propriedade em 1890. No ano seguinte, após seu falecimento, o Governo Provisório a comprou para a União como parte das homenagens prestadas a Benjamin, que recebeu o título de Fundador da República. A família permaneceu morando na chácara e uma parte do terreno foi desmembrada para uso particular de Bernardina, uma das filhas de Benjamin que, em 1905, construiu ali sua residência, conhecida hoje como Casa da Bernardina. Em 1958, o General Pery Constant Beviláqua, neto de Benjamin Constant, solicitou ao SPHAN uma intervenção no imóvel, que resultou em seu tombamento. Em 1961, teve início o processo de organização do Museu, com a reconstituição do ambiente familiar e do contexto sociocultural em que viveu o "Fundador da República". O museu foi aberto ao público em 18 de outubro de 1982.



Registro Histórico



Museu Casa de Benjamin Constant: **1.** Casa Histórica **2.** Casa de Bernardina **3.** Anexo de Apoio

Transformações espaciais

A casa principal foi construída em estilo neoclássico, com jardim, coreto, caramanchão e porão. Nos anos seguintes ao falecimento de Benjamin, a família adicionou um sobrado à parte central do prédio. Como o tombamento contemplou toda a casa tal como se encontrava, em 1958, o sobrado foi restaurado. Porém, poucos anos depois, foi completamente removido. O restauro mais recente, ocorrido de 2017 à 2022, não modificou espacialmente o edifício.



Vista do Museu Casa Benjamin Constant

Voltar ao menu

CARACTERÍSTICAS DO EDIFÍCIO PRINCIPAL

Estilo Arquitetônico

Arquitetura neoclássica

Volumetria

A edificação possui uma planta em formato de "U", criando um pátio interno ao centro. As fachadas externas são bastante decoradas, usando materiais nobres. Já as fachadas voltadas para o pátio são mais simples e menos detalhadas.

Sistema Construtivo

Pisos em madeira, ladrilho hidráulico decorado e cimentado. Paredes de estuque, alvenaria em tijolo e argamassa.
Fachadas revestidas de argamassa a base de cal.
Cobertura de telhas cerâmicas tipo capa e canal.
Esquadrias de madeira e gradis externos de ferro fundido.

MUSEU CASA DE BENJAMIN CONSTANT



1958-1963
Primeiros restauros

1982
Inauguração do Museu Casa de Benjamin Constant

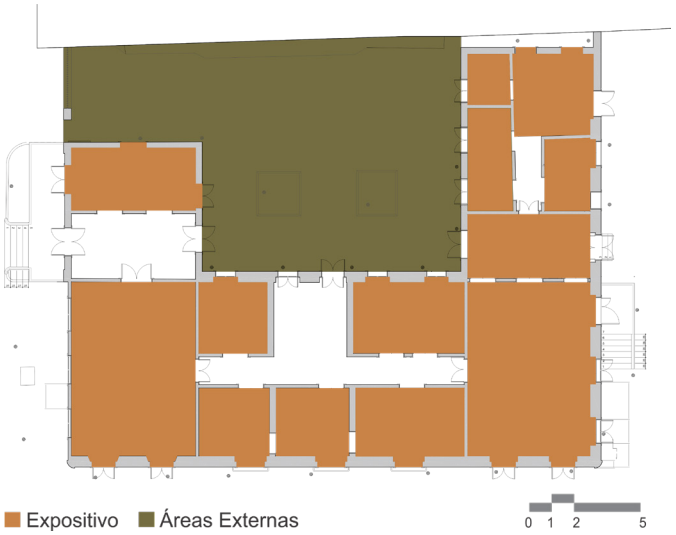
2010
Reintegração da Casa de Bernardina, até então cedida à FUNARTE

2017-2022
Obras de restauração e requalificação dos prédios e seu entorno

Voltar ao menu

Setorização

A casa histórica de Benjamin Constant possui uma exposição de longa duração e sala de exposições de curta duração. Na Casa de Bernardina estão instalados os setores administrativo, técnico e educativo. O prédio abriga, também, a reserva técnica, o arquivo histórico e a biblioteca, com área de pesquisa. O Anexo de Apoio conta com refeitório, banheiros e almoxarifados.



Planta baixa - pavimento térreo do edifício principal



Espaço Expositivo - Cozinha



Fachada em 3d do Museu Casa de Benjamin Constant



Espaço Expositivo – sala de jantar

Espaços Expositivos

Como museu-casa, os ambientes domésticos são divididos entre públicos e privados. Os cômodos de trabalho, escritório e biblioteca, os de socialização, salas de visita e jantar, e os aposentos familiares, quartos de dormir, oferecem uma visão dos modos de vida no século XIX e começo do XX. A exposição de objetos, documentos e imagens, articulada pelas visitas mediadas e com textos explicativos, conduz os visitantes pelos circuitos temáticos do museu: Família, República, Positivismo, Educação e Meio Ambiente. As salas de exposições de curta duração destinam-se ao acervo que está em reserva técnica e ao acolhimento de mostras temporárias externas.

IDENTIFICAÇÃO
DO CONJUNTO

Localização

Estrada do Açude, 764 – Alto da Boa Vista, RJ

Conjunto Arquitetônico

Composto pela Casa Principal, Pavilhão, Galeria Debret, Galeria Rugendas (Cavalariças), Adega e Jardim de Inverno. A área externa possui uma piscina e espelho d'água.

Área construída do conjunto

2.153,00 m²

MUSEU DO AÇUDE



1913
Compra da propriedade

1921
Início da reforma da casa adotando estilo neocolonial

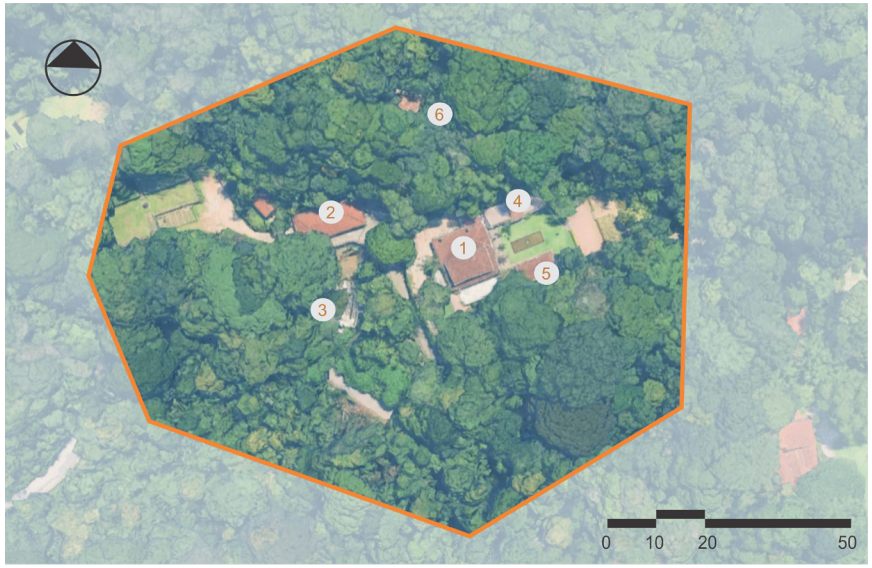
1940
Incorporação de terrenos vizinhos à propriedade

Contexto Histórico

A casa do Açude foi adquirida pela família Castro Maya em 1913 e herdada por Raymundo Ottoni de Castro Maya em 1935. Foi utilizada como casa de veraneio e festas até ser transformada em Museu do Açude, passando a funcionar aberta ao público a partir de 1964. O surgimento do Museu do Açude tem início com a criação da Galeria Debret, construída para expor a coleção de obras de autoria de J. B. Debret. Em 1962, é criada a Fundação Raymundo Ottoni de Castro Maya, com a finalidade de promover e divulgar atividades de caráter artístico e cultural, motivo pelo qual transferiu para a Fundação bens e rendas, inclusive a casa do Açude e as obras de arte lá expostas. A história da Fundação chega ao fim em 1982 e seus edifícios e acervos são incorporados ao governo federal, criando-se, assim, os Museus Castro Maya, formado pelo Museu do Açude e Museu Chácara do Céu. Realiza-se o desejo de Castro Maya de eternizar seu legado, destinando ao público itens de sua coleção particular, locações e os cenários que havia construído para apresentar suas obras.



Registro Histórico



Museu do Açude: **1.** Casa principal **2.** Pavilhão **3.** Piscina **4.** Galeria Debret **5.**Jardim de Inverno **6.** Galeria Rugendas

Transformações espaciais

De origem oitocentista, nos anos 1920, a casa do Açude passou por extensa remodelação, o que lhe conferiu caracterização arquitetônica neocolonial. Alguns exemplos das modificações ocorridas a partir da década de 20 são: a inserção de painéis de azulejos portugueses, telhões, construção de pavilhões e aumento do espelho d'água. O Museu do Açude foi aberto em 1964 e em 1972 foi fechado para a realização de obras de restauração, sendo reaberto ao público em 1974. No mesmo ano, o conjunto foi tombado, incluindo o entorno paisagístico e os acervos históricos e artísticos.



Vista do conjunto do Museu do Açude

Voltar ao menu

CARACTERÍSTICAS DO EDIFÍCIO PRINCIPAL

Estilo Arquitetônico

Arquitetura neocolonial

Volumetria

A implantação do conjunto é em formato de "U", contando com a Casa principal, que é composta por volume de dois pavimentos, a Galeria Debret e o Jardim de Inverno. No centro do conjunto está localizado o espelho d'água.

Sistema Construtivo

Pisos em madeira, pedra e ladrilho hidráulico. Paredes revestidas parcialmente por azulejos decorados. Cobertura em telhas cerâmicas tipo capa e canal, decoradas no beiral.

1964
Abertura do Museu do Açude

1974
Tombamento federal do conjunto arquitetônico, incluindo o entorno paisagístico e os acervos históricos e artísticos

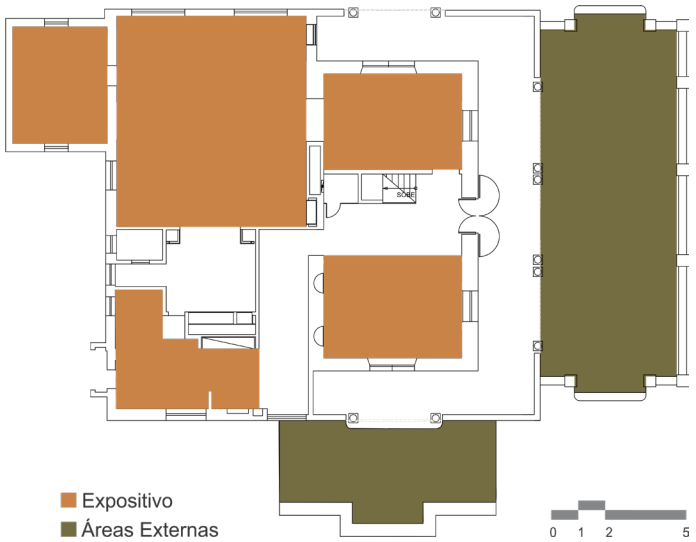
MUSEU DO AÇUDE



Voltar ao menu

Setorização

No térreo da casa principal ocorrem as exposições de longa duração, enquanto no pavimento superior funciona a Reserva técnica visitável de mobiliário. A Galeria Debret e as Cavalariças funcionam como áreas expositivas e o Jardim de Inverno recebe eventos e oficinas. No Pavilhão encontram-se mais áreas expositivas e os setores administrativos do Museu. A área externa também é utilizada como área de exposição.



Planta baixa - pavimento térreo do edifício principal



Espaço Expositivo



Fachada Jardim de inverno



Pavilhão

Espaços Expositivos

A casa principal abriga as exposições de longa duração, sendo no piso térreo, cômodos ambientados como sala de jantar, cozinha e lavabo e no pavimento superior, a reserva técnica de mobiliário aberta à visitação. A Galeria Debret oferece exposição de pedras litográficas e as Cavalariças guardam a exposição sobre a Floresta da Tijuca. No Pavilhão há a exposição "Retratos de Castro Maya", que conta um pouco da história, exibe objetos e fotografias do patrono, assim como uma linha do tempo da sua história.

IDENTIFICAÇÃO
DO CONJUNTO

Localização

Rua Murtinho Nobre, 93 –
Santa Teresa, RJ

Conjunto Arquitetônico

O conjunto é composto pelo edifício principal, a Garagem histórica e a Administração, além de um anexo, em construção e áreas verdes.

Área construída do conjunto

858,42 m²

MUSEU CHÁCARA DO CÉU



Voltar ao menu

1899-1917
Uso como residência da família Castro Maya

1918-1954
Funcionamento como representação diplomática

1954
Demolição da antiga Chácara do Céu

1954-1958
Construção da nova residência

Contexto Histórico

Originalmente, no terreno do Museu, havia uma casa de estilo eclético, onde a família Castro Maya residiu após seu retorno da França em 1899. Na década de 1950, a casa é demolida para construção da nova residência, de projeto do arquiteto Wladimir Alves de Souza. Em 1962, é criada a Fundação Raymundo Ottoni de Castro Maya, com a finalidade de promover e divulgar atividades de caráter artístico e cultural. Em 1968, pouco antes de morrer, Castro Maya doou para a Fundação a casa que habitava em Santa Teresa, incluindo mobiliário, decoração e parte das fotos de família e da prataria, recomendando às sobrinhas que transformassem também a Chácara do Céu em museu após sua morte. O Museu abriu suas portas em 1972. Com a extinção da Fundação Castro Maya, seus prédios e acervos são incorporados ao governo federal, criando-se, assim, os Museus Castro Maya.



Registro Histórico



Museu Chácara do Céu: **1.** Edifício principal **2.** Anexo

Transformações espaciais

O edifício permanece fiel ao projeto edificado entre 1954 e 1958. O conjunto arquitetônico, incluindo o entorno paisagístico e os acervos históricos e artísticos, foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1974. Com o novo uso de museu, as áreas de serviço e a garagem passaram a ser utilizadas como setor administrativo e áreas de guarda de acervo, enquanto a parte social da casa como área expositiva. Em 2011, foi iniciada a construção do Anexo e do novo acesso ao terreno do Museu, ainda em andamento.



Vista do conjunto do Museu Chácara do Céu

CARACTERÍSTICAS DO EDIFÍCIO PRINCIPAL

Estilo Arquitetônico

Arquitetura moderna

Volumetria

Edificação formada por blocos retangulares de diferentes alturas. Um dos volumes é ornado por pilotis no pavimento térreo e grandes panos de vidro no pavimento superior fazendo fechamento dos vãos. O outro volume é mais alto com revestimento em pedra.

Sistema Construtivo

Pisos em pedra, madeira e cerâmica. Paredes em alvenaria de pedra e concreto. Cobertura de laje, com platibanda e telhas metálicas.

MUSEU CHÁCARA DO CÉU



1958-1968
Residência de Castro Maya até seu falecimento

1972
Abertura da Chácara do Céu como Museu

1974
Tombamento federal do conjunto arquitetônico, incluindo o entorno paisagístico e os acervos históricos e artísticos

2011 – hoje
Início de construção do Prédio Anexo e novo acesso no terreno do Museu

Voltar ao menu

Setorização

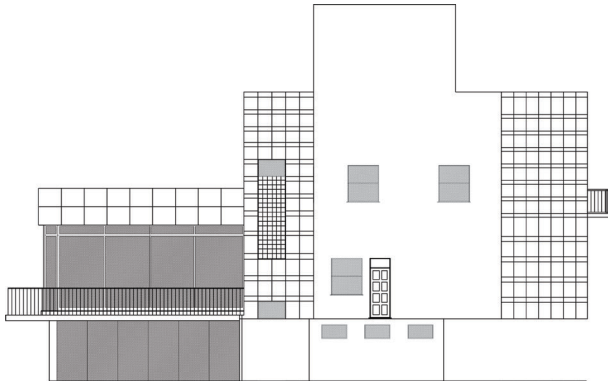
A casa tem três pavimentos e é dividida entre a área social, que abriga a exposição, e a área de serviço, onde se encontram as Reservas Técnicas, Museologia, Biblioteca e Arquivo. Já a setor administrativo está localizada no prédio que anteriormente servia como dormitório para os funcionários da residência de Raymundo Ottoni.



Planta baixa - segundo pavimento do edifício principal



Espaço Expositivo



Fachada do Museu Chácara do Céu



Espaço Expositivo

Espaços Expositivos

O primeiro pavimento abriga a recepção e parte da coleção de arte brasileira. O segundo piso é predominantemente dedicado à arte europeia e possui dois cômodos ambientados: a Sala de Jantar e a Biblioteca. Lá também se encontra a principal sala de exposição de curta duração e o antigo Jardim de Inverno. Já o terceiro pavimento é dedicado à arte brasileira moderna, arte popular brasileira e conta também com duas salas de exposição de curta duração que foram os aposentos privados de Castro Maya. Todos os ambientes possuem fotos com os antigos usos dos cômodos e seus conceitos curatoriais atuais.

IDENTIFICAÇÃO DO CONJUNTO

Localização

Praça Tiradentes, 139 - Ouro Preto, MG

Conjunto Arquitetônico

Composto pelo edifício principal (antiga Casa de Câmara e Cadeia de Ouro Preto), o Anexo 1 e 2 e a Casa do Pilar.

Área construída do conjunto

Museu da Inconfidência: 2.511,00 m²
Anexo 1 e 2: 896,46 m²
Casa do Pilar: 704,80 m²

MUSEU DA INCONFIDÊNCIA



1785-1855
Construção do prédio para ser a sede do poder municipal

1880
Passa a funcionar como prisão

1938
O edifício é desocupado para sediar o Museu da Inconfidência

1944
Inauguração do Museu da Inconfidência

Voltar ao menu

Contexto Histórico

O imponente edifício localizado na Praça Tiradentes foi construído entre 1785 e 1855, destinado à nova sede do poder municipal. De autoria do capitão-general Luís da Cunha Meneses, o projeto foi concebido já durante o declínio da atividade mineradora na região. As sete décadas de construção permitiram a incorporação de diversas influências arquitetônicas, conferindo ao prédio um caráter singular. O edifício funcionou como Casa de Câmara e Cadeia por 25 anos, passando, posteriormente, a abrigar exclusivamente a Cadeia. Em 1938, com a construção da Penitenciária de Neves nas proximidades de Belo Horizonte, o prédio foi desocupado e sua posse transferida à União, para nele instalar o museu. Um dos salões foi destinado à criação do Panteão dos Inconfidentes, inaugurado em 21 de abril de 1942. Pouco depois, por meio de decreto-lei do governo federal, foi oficialmente criado o Museu da Inconfidência, com instalação definitiva em 11 de agosto de 1944, ao término das obras de adaptação do edifício à nova função.



Museu da Inconfidência **1.** Edifício principal **2.** Anexos I **3.** Anexo II **4.** Anexo III - Casa do Pilar

Transformações espaciais

Em 1938, com a doação do prédio ao governo federal, foi realizado um restauro que visava reverter as modificações feitas em 1907 para adaptação do imóvel à Penitenciária Estadual. O projeto original do século XVIII foi retomado, incluindo a restauração integral da cobertura, reinstalação de assoalhos, recuperação de forros e reboco, além da modernização das redes elétrica e sanitária. Em 1974, teve início um extenso trabalho de reformulação da área expositiva. Em 2006, o museu passou a contar com infraestrutura acessível, como rampa lateral, elevador e bebedouros adaptados, além da renovação da exposição, com circuito renovado e abordagem atualizada da história da Inconfidência.



Registro Histórico



Vista do conjunto do Museu da Inconfidência

CARACTERÍSTICAS DO EDIFÍCIO PRINCIPAL

Estilo Arquitetônico

Arquitetura colonial

Volumetria

Edificação de dois pavimentos com planta em formato retangular. A fachada principal destaca-se pelo frontispício encimado por torre sineira, ladeado por escadarias simétricas que conduzem à entrada. Nos cantos da platibanda, encontram-se quatro esculturas em cantaria, que reforçam o caráter monumental da construção.

Sistema Construtivo

Piso em pedra e madeira, paredes em pedra e cal e cobertura em telhas recurvas do tipo antiga de cerâmica e com forro em madeira. Balcões com balaústres em ferro e esquadrias de madeira e grades. Escada externa em pedra.

MUSEU DA INCONFIDÊNCIA



1954
Tombamento do Museu da Inconfidência como patrimônio nacional

1955
Término das reformas para a adaptação do edifício à nova função

1974
Reformulação da área expositiva

2006
Nova reformulação da área expositiva

Setorização

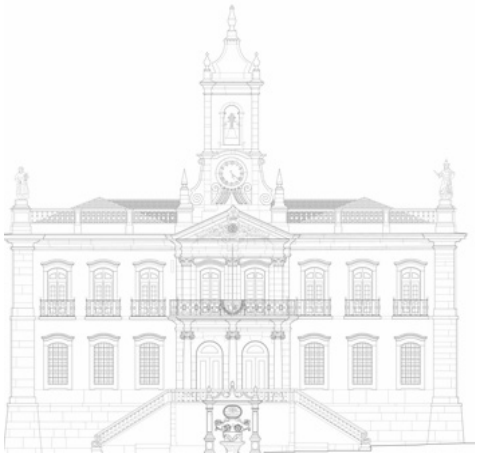
O edifício principal do Museu da Inconfidência abriga a exposição de longa duração. No Anexo 1, encontram-se o auditório, a reserva técnica e a Sala Manoel da Costa Athaíde, destinada a exposições de curta duração. O Anexo 2 reúne os setores administrativos, o laboratório de conservação e restauração, além dos setores técnicos, segurança e serviços gerais. Já a Casa do Pilar concentra o arquivo histórico e de museologia, a biblioteca, o setor educativo e o almoxarifado.



Planta baixa - pavimento térreo do edifício principal



Espaço expositivo



Fachada do Museu da Inconfidência



Espaço expositivo

Espaços Expositivos

A exposição de longa duração do Museu da Inconfidência está distribuída em 17 salas localizadas no edifício principal. O circuito expositivo segue o sentido horário no primeiro pavimento e o sentido anti-horário no segundo. Cada sala apresenta uma temática específica, em consonância com o acervo ali exposto e seu contexto histórico. A Sala Manoel da Costa Athaide, localizada no Anexo 1, é destinada a exposições de curta duração. O espaço conta com paredes brancas e piso de madeira, oferecendo versatilidade para a instalação de diferentes propostas expositivas.

Voltar ao menu

IDENTIFICAÇÃO DO CONJUNTO

Localização

Rua do Catete, 153 –Rio de Janeiro, RJ

Conjunto Arquitetônico

O Palácio do Catete, edifício principal do conjunto, foi projetado pelo arquiteto alemão Carl Friederich Gustav Waehneldt.

O complexo é composto ainda por um anexo e um jardim histórico, este último remodelado em 1897 por Paul Villon, discípulo do paisagista francês Auguste Marie Françoise Glaziou.

Área construída do conjunto

2.779,52 m²

MUSEU DA REPÚBLICA



1858 e 1867
Construção
Do Palácio do Catete

1896
Palácio foi adquirido pelo Governo Federal

1917 e 1942
Palco de intensas declarações sobre as guerras

1938
Tombamento do conjunto arquitetônico como patrimônio nacional

Voltar ao menu

Contexto Histórico

O Palácio Nova Friburgo foi construído entre 1858 e 1867 pelo comerciante e fazendeiro de café Antônio Clemente Pinto, o Barão de Nova Friburgo. Após seu falecimento, o palácio foi adquirido pelo conselheiro Francisco de Paula Mayrink e, em 1889, vendido à Companhia do Grande Hotel Internacional, passando a funcionar como hotel. Em 18 de abril de 1896, o imóvel foi adquirido pelo Governo Federal para sediar a Presidência da República, tornando-se o principal centro do poder republicano até 1960. Com a transferência da capital para Brasília, o palácio foi transformado em Museu da República, conforme estabelecido pelo Decreto Presidencial nº 47.883, de 8 de março de 1960, sendo oficialmente inaugurado em 15 de novembro do mesmo ano. O valor histórico e artístico do complexo foi reconhecido em 1938, quando o edifício e seus jardins foram tombados pelo então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).



Registro Histórico



Museu da República: 1. Palácio do Catete 2. Anexo 3. Jardins 4. Reserva Técnica 5. Casa dos Ex-Funcionários e Casa da Guarda 6. Edifício de apoio

Transformações espaciais

Após o início da construção do Palácio, o Barão de Nova Friburgo adquiriu novas terras, incorporando ao terreno a área localizada nos fundos e a fileira central de árvores do parque, onde ainda permanecem as palmeiras originais. Em 1896, ao se tornar sede da Presidência da República, os jardins receberam canteiros altos, um rio artificial com capacidade para 2.000m³ de água, três pontes rústicas, uma gruta com cascata e bancos sobre rochedos artificiais. Além disso, um antigo pavilhão do parque foi transformado em coreto. Recentemente, em 2017, foram realizados serviços de restauração da clarabóia, lanternim e para-pó em vitral, além de escoramento da varanda do Palácio.



Vista da fachada posterior do Museu da República e jardins

CARACTERÍSTICAS DO EDIFÍCIO PRINCIPAL

Estilo Arquitetônico

Arquitetura Neoclássica

Volumetria

Edifício de três pavimentos marcado pela simetria na composição dos elementos das fachadas, com uma cúpula com esquadria de ferro e vitrais no eixo central.

Sistema Construtivo

Os pisos internos são revestidos em madeira, ladrilho hidráulico e mármore, enquanto os externos utilizam granito. As paredes das fachadas são revestidas em granito e mármore. A cobertura é composta por telhas cerâmicas do tipo francesas e é decorada por esculturas em sua platibanda.

MUSEU DA REPÚBLICA



1954
Suicídio de Getúlio Vargas

1960
Inauguração como Museu da República

2017
Restauração da clarabóia, lanternim e para-pó em vitral e escoramento da varanda do Palácio

Setorização

O Museu é constituído pelo Palácio do Catete, ocupado por salas de exposição de longa e curta duração. No edifício Anexo estão os escritórios e setores internos, cinema e auditórios, a biblioteca e o arquivo. Neste edifício também está localizada a Galeria do Lago. O edifício da Reserva Técnica é ocupado pela reserva técnica, sala de conservação de papel e sala de acervo museológico. O edifício de apoio contém vestiários, copa e sala de manutenção. A Casa dos Ex-Funcionários está desativada e a Casa da Guarda é a central da vigilância.



Planta baixa - pavimento térreo do edifício principal



Espaço expositivo



Fachada do Museu da República



Espaço expositivo

Espaços Expositivos

O Palácio abriga áreas expositivas, incluindo salas ambientadas que retratam o período de uso presidencial, ricamente ornamentadas, além de oito salas destinadas a exposições de curta duração, localizadas no térreo e no terceiro pavimento. Para preservar a arquitetura do edifício, painéis e suportes móveis são utilizados nas exposições, viabilizando a ventilação natural na maior parte dos ambientes. Na Galeria do Lago, são realizadas exposições de arte contemporânea. Os jardins, por sua vez, são frequentemente ocupados pela população local e ocasionalmente utilizados para exposições ao ar livre, com a instalação de plotagens em banners sustentados por estruturas metálicas.

Voltar ao menu

IDENTIFICAÇÃO DO CONJUNTO

Localização

Praça de Itaipu, s/nº – Itaipu, RJ

Conjunto Arquitetônico

Composto por edificação histórica ocupada pela recepção, edifício da antiga Ccapela, anexo da área técnica e administrativa, depósito e por pátios descobertos

Área construída do conjunto

989,43 m²

MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU



1764 – 1833
Funcionamento do recolhimento de mulheres

Séc. XIX – XX
Abandono do prédio e ocupação por famílias de pescadores tradicionais

1955
Tombamento das ruínas

Contexto Histórico

O Museu de Arqueologia está instalado nas ruínas do antigo Recolhimento feminino de Santa Teresa, fundado em 1764. Na segunda metade do século XVIII, o local se estabeleceu como um relevante núcleo religioso e cultural na área do Rio de Janeiro. No século XIX passa por um período de abandono. Depois de ser tombado como patrimônio histórico em 1955, o local é objeto de conflitos entre a Colônia de Pescadores e a Companhia Territorial Itaipu, até ser oficialmente estabelecido como museu em 1977. O Museu de Arqueologia foi pensado de forma a dotar o bem tombado de função didático-científica compromissada com a salvaguarda e a difusão do patrimônio cultural de natureza arqueológica, intensificando o turismo na região.



Registro Histórico



Museu de Arqueologia de Itaipu: **1.** Recepção e exposição **2.** Antiga Capela **3.** Anexo Administrativo **4.** Depósito

Transformações espaciais

O trabalho inicial de proteção das ruínas contra a erosão dos ventos e ações predatórias teve início em 1968 e foi consolidado em 1974, com a restauração da capela e das muralhas de pedra. Em 1995, uma nova intervenção foi necessária para consolidar a estrutura remanescente. Já em 2009, foram realizadas obras significativas, incluindo a reforma da capela para adequação à nova exposição de longa duração, a construção das salas administrativas, a consolidação dos paredões externos e a instalação de banheiros para atendimento ao público.



Vista da fachada do museu

Voltar ao menu

CARACTERÍSTICAS DO EDIFÍCIO PRINCIPAL

Estilo Arquitetônico

Arquitetura colonial

Volumetria

O conjunto é implantado por meio da alternância entre áreas construídas (cheios) e pátios (vazios), separados por ruínas em alvenaria de pedra dispostas ortogonalmente à fachada principal, limite do terreno do Museu. As edificações possuem planta retangular, com predominância de linhas horizontais, pé-direito baixo e vãos amplos.

Sistema Construtivo

Piso em tijoleira cerâmica e lajotas de concreto. Parede em alvenaria de pedra, mistura de conchas dos sambaquis unidas por óleo de baleia e parcialmente revestida em argamassa de cal. Cobertura em telhas cerâmicas tipo capa e canal.

MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU



1968-1974
Obras de consolidação das ruínas

1977
Criação do Museu de Arqueologia de Itaipu

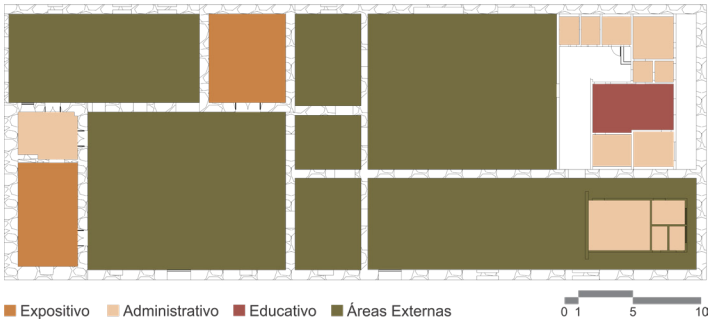
1995
Obra de consolidação das ruínas

2009
Reforma da capela, construção da administração e banheiros públicos

Voltar ao menu

Setorização

A setorização do Museu de Arqueologia de Itaipu inicia-se pela recepção, que dá acesso à sala de exposições de curta duração e à sala de exposição de longa duração, esta última localizada na antiga capela. Esses espaços edificados são cercados por sete pátios internos a céu aberto. Ao fundo do conjunto, há uma edificação que abriga os setores administrativos, a Biblioteca Mestre Caboclo, a reserva técnica, o depósito, a copa e os banheiros.



Planta baixa - pavimento térreo do conjunto



Espaço expositivo



Fachada da Capela do Museu de Arqueologia de Itaipu



Espaço expositivo

Espaços Expositivos

O Museu de Arqueologia dispõe de dois espaços expositivos. O primeiro abriga a recepção e a realização de exposições de curta duração. O segundo, localizado na antiga capela do Recolhimento de Santa Teresa, abriga a exposição de longa duração "Percursos do Tempo – Revelando Itaipu", que dá início a um novo discurso museológico, na tentativa de aproximação do museu com a comunidade.

IDENTIFICAÇÃO DO CONJUNTO

Localização

Largo de Santo Antônio, s/n° – Cabo Frio, RJ

Conjunto Arquitetônico

O conjunto arquitetônico é composto pelo Museu de Arte Religiosa e Tradicional, que está situado nas áreas das ruínas do Convento e Igreja de Nossa Senhora dos Anjos, e pelo antigo Convento de Nossa Senhora dos Anjos, o cemitério e a capela da Ordem Franciscana Secular de São Francisco da Penitência de Cabo Frio.

Área construída do conjunto

620,00 m²

MUSEU DE ARTE RELIGIOSA E TRADICIONAL



1686
Lançamento da pedra fundamental do Convento de Nossa Senhora dos Anjos

1696
Inauguração oficial do convento

1872
Morre Frei Vitorino, o último frade a ocupar o convento, encerrando as atividades conventuais

1957
Tombamento federal do conjunto arquitetônico do Convento e Igreja da Nossa Senhora dos Anjos

Voltar ao menu

Contexto Histórico

A construção do Convento Franciscano foi concluída em 1696. Durante cerca de dois séculos, o convento foi palco de intensa atividade religiosa. Contudo, com o progressivo declínio no número de frades residentes e, posteriormente, com o falecimento do último guardião, a instituição encerrou suas atividades em 1872. Após ser desocupado, o edifício sofreu perdas significativas, incluindo a retirada de grande parte de seus bens móveis e integrados, além da supressão de áreas construídas. Enquanto a estrutura física do convento se degradava, a cidade estabelecia uma nova relação com o monumento e sua paisagem circundante. Em 17 de janeiro de 1957, as ruínas do Convento e a Igreja de Nossa Senhora dos Anjos foram tombadas pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Posteriormente, o tombamento foi ampliado para incluir a Capela da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência de Cabo Frio e seu cemitério, o adro com o cruzeiro, o Morro da Guia e toda a área livre situada à frente do convento. Em 1968 foi criado o Museu de Arte Religiosa e Tradicional.



Registro Histórico



Museu de Arte Religiosa e Tradicional: 1. Igreja de Nossa Senhora dos Anjos
2. Salão do Museu

Transformações espaciais

No período entre 1967 a 1974 foram executadas obras de maior porte, como reforço de estrutura e levantamento das paredes da ala frontal, hoje reconstruída, com o telhado, reconstrução do alpendre da entrada e construção de nova escada para a torre sineira. Outras intervenções ocorreram visando adaptar o espaço para uso museológico, como a construção de dois banheiros junto aos muros dos fundo. Na década de 1990, foram realizadas obras de drenagem, reforma de telhados, imunização e atualização das instalações elétrica, hidráulica e telefonia. Em 1997, o sistema luminotécnico foi modernizado e, em 1999, a sala de exposições recebeu pintura e impermeabilização. Entre 2014 e 2015 foram executadas novos serviços de restauração da cobertura e recuperação das instalações prediais, incluindo elétrica e cabeamento estruturado, além de pintura das alvenarias.



Vista da fachada do museu de Arte Religiosa e Tradicional

CARACTERÍSTICAS DO EDIFÍCIO PRINCIPAL

Estilo Arquitetônico

Arquitetura colonial

Volumetria

O museu é formado por dois volumes principais, um volume em planta retangular em dois pavimentos e a Igreja conventual, formada por nave única e fachada simples, acompanhada por uma torre sineira lateral.

Sistema Construtivo

Pisos em madeira e tijoleira cerâmica. Parede em alvenaria de pedra e cal, revestidas em argamassa de cal e azulejos. Cobertura em telhas cerâmicas tipo capa e canal e forro em madeira.

MUSEU DE ARTE RELIGIOSA E TRADICIONAL



1982
Inauguração do Museu de Arte Religiosa e Tradicional

1967 a 1974
Execução de obras de reforço de estrutura, reconstrução da ala frontal e do alpendre da entrada e construção de nova escada para a torre sineira

Década de 1990
Obras de drenagem, reforma de telhados, imunização e atualização das instalações elétrica, hidráulica e telefonia.

2014-2015
Restauração da cobertura e recuperação das instalações prediais

Voltar ao menu

Setorização

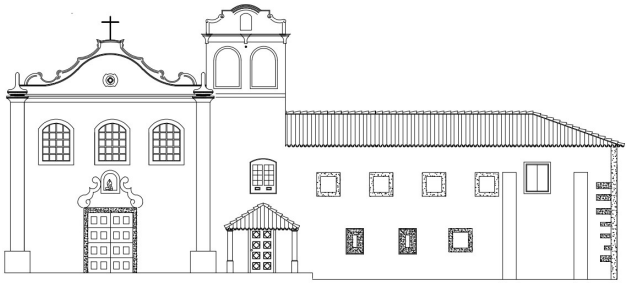
Na parte externa do conjunto, encontram-se o cruzeiro, as ruínas do antigo convento, os muros do cemitério e a capela. No pavimento térreo do conjunto localizam-se as áreas expositivas. No nível superior, distribuem-se: área de guarda de acervo museológico (coro), área de guarda de acervo arquivístico, bibliográfico e área técnica e administrativa (salão do pavimento superior, antessala do coro e antessala da torre) e a área de depósito (sala dos sinos e antiga sacristia).



Planta baixa - pavimento térreo do conjunto



Espaço expositivo



Fachada do Museu de Arte Religiosa e Tradicional



Espaço expositivo

Espaços Expositivos

A antiga Igreja Conventual abriga a exposição de longa duração do museu, reunindo algumas das peças mais significativas do acervo. Próxima a ela, uma saleta é destinada a pequenas exposições de curta duração, com foco na valorização da arte tradicional da região. O jardim interno, correspondente ao antigo claustro, também recebe exposições e apresenta alguns itens do acervo. No salão de exposições localizado no pavimento térreo, é realizado o Programa Anual de Exposições Temporárias do MART, com mostras cujas temáticas exploram a história do território de Cabo Frio e destacam a produção artística local.

IDENTIFICAÇÃO DO CONJUNTO

Localização

Largo de Santa Rita, s/nº- Paraty, RJ

Conjunto Arquitetônico

O conjunto é formado por dois volumes: o primeiro, que abriga a igreja com sua nave, capela-mor e sacristia; e o segundo, que contém a varanda, o consistório e o cemitério com columbário.

Área construída do conjunto

1.150,00 m²

MUSEU DE ARTE SACRA DE PARATY



1722
Inauguração da Igreja de Santa Rita

1945
Paraty é declarada Monumento Histórico pelo Estado do Rio de Janeiro

1962
Tombamento do conjunto arquitetônico como patrimônio nacional

1967-1976
Restauração para funcionar também como museu

Contexto Histórico

O Museu está instalado na igreja de Santa Rita, aberta ao público em 1722, que até meados do século XX abrigou a Irmandade de Nossa Senhora do Carmo. A formação do Museu remonta a um período em que o reconhecimento das cidades coloniais brasileiras dependia da presença de órgãos representativos do poder instituído, como as Casas de Câmara e Cadeia, o Pelourinho e a Igreja Matriz — em Paraty, uma capela dedicada a São Roque, construída em 1630 no Morro da Vila Velha. Em 1952, o conjunto arquitetônico foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e, finalmente, inaugurado como museu em 1977.



Registro Histórico



1. Museu de Arte Sacra de Paraty - Igreja de Santa Rita

Transformações espaciais

O conjunto arquitetônico, composto pela igreja e sacristia, varanda, consistório e cemitério com columbário em estilo neoclássico, foi construído após a chegada do rei Dom João VI ao Brasil, em 1722. Entre 1967 e 1976, passou por um processo de restauração para também funcionar como museu. Sua requalificação mais recente incluiu ações de restauração e uma nova expografia, concluídas e reabertas ao público em 2015.



Vista da fachada do museu de Arte Sacra de Paraty

Voltar ao menu

CARACTERÍSTICAS DO EDIFÍCIO PRINCIPAL

Estilo Arquitetônico

Arquitetura Barroca

Volumetria

A igreja tem planta de nave única, com uma torre sineira ao lado da fachada principal, que é coroada por um frontão curvo. O volume do columbário é mais baixo e apresenta um frontão triangular sem ornamentos.

Sistema Construtivo

Pisos de tijoleira, em madeira, pedra e lajotas de cerâmica. Paredes em pedra com argamassa e cal e cobertura em telhas cerâmicas. Frontão e cimalhas externas, bem como as molduras das portas e janelas em pedra.

MUSEU DE ARTE SACRA DE PARATY



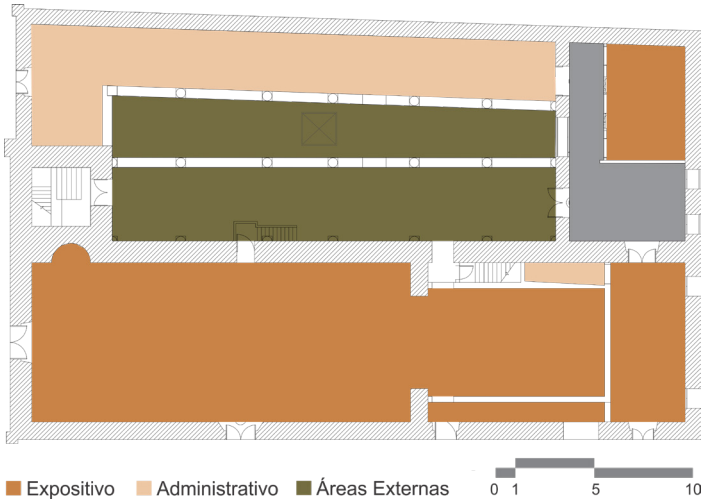
1973
Instituição e instalação do Museu de Arte Sacra de Paraty

1977
Abertura do Museu de Arte Sacra à visitação pública

2014-2015
Restauração do conjunto arquitetônico e nova expografia do Museu

Setorização

O Museu reúne em seu interior tanto a área expositiva quanto os setores técnico-administrativos. A recepção e o guarda-volumes para os visitantes ficam na entrada da igreja. Após o controle de entrada, o visitante acessa a nave, onde estão as exposições de longa e curta duração. A sacristia tem função expositiva e também guarda parte do acervo. O consistório, aberto aos visitantes, abriga outra parte do acervo. De acesso restrito, a varanda e o columbário são destinados ao setor de apoio da equipe do museu. No segundo piso, as tribunas funcionam como reserva técnica, enquanto o coro abriga os setores técnico e administrativo.



Planta baixa - pavimento térreo do conjunto



Espaço expositivo



Fachada do Museu de Arte Sacra de Paraty



Espaço expositivo

Espaços Expositivos

O circuito expositivo é composto por quatro vitrines na nave da igreja, que exibem exposições de longa e curta duração, renovadas mensalmente. Além disso, o próprio edifício e seus elementos integrados fazem parte do acervo, incluindo o altar-mor, os altares colaterais, os retábulos, a sacristia e o consistório. Imagens expostas em peanhas (pequenos pedestais para imagens religiosas) e nichos complementam a exposição. Para garantir maior acessibilidade e interação, algumas imagens estão disponíveis para toque dos visitantes, acompanhadas de legendas em braile, além de equipamentos multimídia interativos e som ambiente. A presença de peças em diferentes estágios de restauração também visa divulgar o conhecimento sobre esse processo ao público.

Voltar ao menu

IDENTIFICAÇÃO DO CONJUNTO

Localização

R. Direita, 14 - Centro, Diamantina, MG

Conjunto Arquitetônico

Composto pelo edifício principal, áreas verdes e minas remanescentes.

Área construída do conjunto

677,88 m²

MUSEU DO DIAMANTE



Século XVIII
Construção da edificação

1809
Transferência de proprietário para Ana Clara Freire

1942
Modificações em paredes internas e externas, substituição da taipa original por alvenaria de tijolos

1944
Desapropriação

1946
Intervenções nas instalações elétricas e hidráulicas

Contexto Histórico

A história do Museu está estreitamente ligada aos processos culturais, sociais e econômicos do antigo Arraial do Tijuco, que deram origem a cidade de Diamantina. Em 1720, o garimpo teve início na região e, devido à relação da extração, do comércio, transporte e do contrabando de diamantes, a Coroa criou regimentos para controle da atividade. Foi então estabelecida a Demarcação Diamantina, cujo núcleo administrativo tornou-se, em 1838, a cidade de Diamantina. O casarão que hoje abriga o Museu do Diamante foi residência do Padre José da Silva e Oliveira Rolim. A casa saiu da sua posse devido ao envolvimento ativo do padre na Inconfidência Mineira. Por isso, todos os seus bens foram confiscados pela Coroa Portuguesa, e a casa foi arrematada por José Soares Pereira da Silva, em 1799. Em 1809, a residência foi transferida para Ana Clara Freire. Em 1944, o edifício foi desapropriado e, posteriormente, passou por reformas que incluíram adequações nas instalações elétricas e hidráulicas para seu novo uso como museu, inaugurado em 1954.



Registro Histórico



1.Museu do Diamante

Transformações espaciais

Ao longo dos anos, o Museu passou por várias intervenções, principalmente voltadas para a conservação da sua estrutura de madeira e alvenaria. Em 1942, os antigos proprietários modificaram as paredes externas e internas, substituindo a taipa original por alvenaria de tijolos. Em 1946, foram executadas intervenções nas instalações elétricas e hidráulicas, antes da sua abertura como Museu em 1954. Já em 1989, o casarão foi restaurado para recuperação da cobertura. Desde 2021, o Museu foi transferido para sede provisória, com retirada da área de trabalho e acervo, além da execução de ação de escoramento da cobertura. Em 2023, foi executada a prospecção arqueológica no terreno.



Vista da fachada do Museu do Diamante

Voltar ao menu

CARACTERÍSTICAS DO EDIFÍCIO PRINCIPAL

Estilo Arquitetônico

Arquitetura colonial

Volumetria

Casarão de dois pavimentos com planta retangular. As fachadas apresentam aberturas regulares e simétricas. Na lateral direita do terreno foi acrescido volume linear, composto por uma sequência de cômodos e uma varanda interna com vista para o pátio.

Sistema Construtivo

Piso de madeira e lajeado de pedra. Paredes em taipa de mão e alvenaria de tijolos. Cobertura com estrutura de madeira e telhas cerâmicas tipo capa e canal.

MUSEU DO DIAMANTE



1950 Tombamento do edifício como patrimônio nacional

1954 Abertura como Museu do Diamante

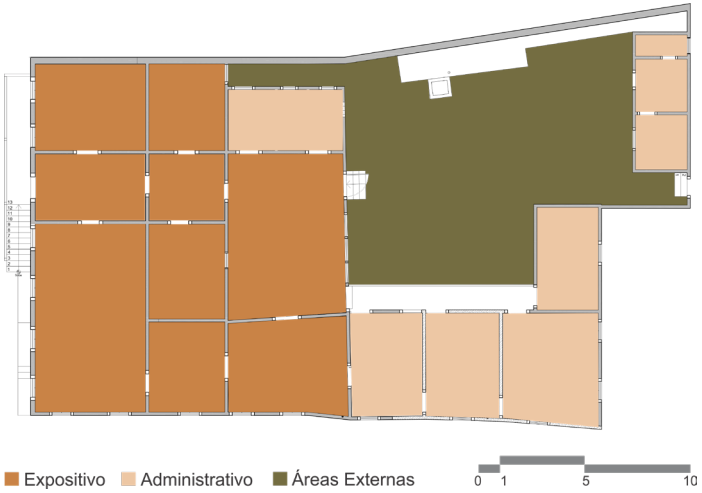
1989 Obras de restauração com objetivo de recuperação da cobertura

1997 Reconhecimento como Patrimônio Mundial pela Unesco

2009 Pintura da fachada e dos guarda-corpos

Setorização

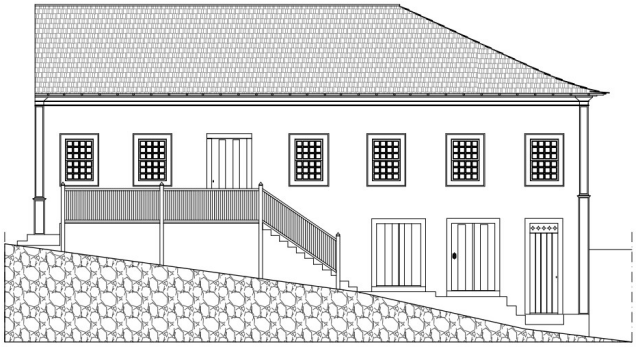
As salas do casarão são destinadas às exposições de longa duração e aos banheiros. A sequência de quatro salas na varanda abriga a área administrativa e técnica do Museu. O pátio externo é utilizado para ações educativas, enquanto o pequeno anexo ao lado contém três salas destinadas à administração e banheiros. Em 2025, está em processo de elaboração o projeto executivo de restauro e ampliação do Museu, o que poderá alterar a setorização dos espaços.



Planta baixa - pavimento térreo do edifício principal



Espaço expositivo



Fachada do Museu do Diamante



Espaço expositivo

Espaços Expositivos

A exposição do museu está distribuída nas salas do casarão e organizada em núcleos expositivos que abrangem desde objetos relacionados à extração de diamantes e áreas com potencial para ouro, até bens que retratam a dinâmica sociocultural da região nos séculos XVIII e XIX. Também incluem artigos religiosos e seu imaginário, além de meios de transporte da época. No ano de 2025 está em elaboração o projeto para a nova museografia e expografia do Museu.

Voltar ao menu

IDENTIFICAÇÃO DO CONJUNTO

Localização

Rua da Intendência, s/n° - Sabará, MG

Conjunto Arquitetônico

Composto pelo edifício principal e a Casa Borba Gato.

Área construída do conjunto

Museu do Ouro: 936 m²
Casa Borba Gato: 480 m²

MUSEU DO OURO



1734-1830
Construção e funcionamento como Casa de Fundição e Intendência

1831-1940
Funcionamento com usos diversos, como escola e residência

1940-1945
Imóvel é adquirido em ruínas e passa por restauração

1945
Criação do Museu do Ouro

Contexto Histórico

A Casa de Fundição de Sabará entrou em funcionamento em 1734. No entanto, já no ano seguinte, a Coroa Portuguesa adotou um novo sistema de arrecadação do Quinto do Ouro, extinguindo as Casas de Fundição e instituindo, nas vilas que se tornaram sedes de comarca, as Intendências do Ouro. Essas, por sua vez, tiveram suas atividades gradualmente paralisadas ao longo do século XIX. Com o encerramento das funções administrativas em 1830, a Casa foi leiloada e passou a ser utilizada, a partir de 1840, como residência e escola. Em 1937, já em ruínas, foi doada ao governo brasileiro e, em 1946, inaugurada como Museu. Posteriormente, em 1950, o edifício foi tombado como patrimônio nacional. A partir da década de 1980, com o objetivo de ampliar seu papel na preservação da memória, o museu passou a reunir um significativo acervo arquivístico e documental. Esse acervo foi transferido para a Casa Borba Gato, que, em 1987, passou a integrar a estrutura do Museu do Ouro.



Registro Histórico



1. Museu do Ouro 2. Casa Borba Gato

Transformações espaciais

Entre 1734 e 1830, o edifício funcionou como Casa de Intendência e Fundição da Coroa Portuguesa. Em 1751, foi reconstruído devido à deterioração, com um sobrado que abrigava funções administrativas no térreo e a residência dos intendentes no andar superior. Nessa fase, foram incorporados elementos decorativos que definem sua arquitetura atual, como os forros de madeira apainelados nos tetos das salas. Na década de 1940, foi restaurado e adaptado para ser o Museu do Ouro. Na década de 1990, passou por grande intervenção de restauro.



Vista da fachada principal

Voltar ao menu

CARACTERÍSTICAS DO EDIFÍCIO PRINCIPAL

Estilo Arquitetônico

Arquitetura colonial

Volumetria

Edificação tipo sobrado, composta por dois pavimentos, com um pátio central e quintal localizado na parte posterior do terreno. Apresenta janelas com balaústres alinhadas horizontalmente e portas almofadadas, acompanhadas por balcões no segundo andar.

Sistema Construtivo

Pisos de madeira, tijoleira cerâmica e seixo rolado. Paredes em taipa de mão ou pau-a-pique e pintura à cal, com acabamento em tinta a óleo nas estruturas em madeira das portas, janelas, sacadas e beirais. Cobertura em estrutura de madeira e telhas cerâmicas tipo capa e canal.

MUSEU DO OURO



1946
Inauguração do Museu do Ouro

1950
Tombamento do Museu do Ouro como patrimônio nacional

1990
Grande intervenção de restauro

Setorização

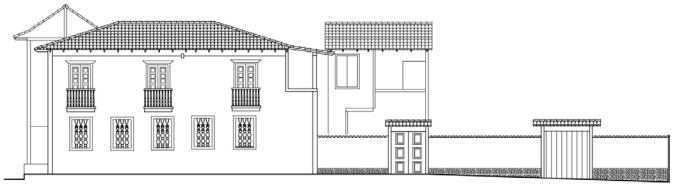
No térreo encontram-se a recepção, pátio interno, salas expositivas, banheiros, depósito e sala de vigilância. No primeiro andar estão localizadas as salas administrativas, copa e cozinha, reserva técnica, depósito, banheiros, pátio externo, salas expositivas e varanda. O acesso ao primeiro pavimento é feito por escadas internas e pelo beco lateral do museu. À direita do edifício há um terreno destinado à construção de um futuro anexo ao museu.



Planta baixa - pavimento térreo do edifício principal



Espaço expositivo



Fachada do Museu do Ouro





Espaços expositivos

Espaços Expositivos

No térreo, encontram-se cinco salas expositivas que ilustram as técnicas e processos de mineração: sala das bateias, sala dos ingleses, sala das maquetes, sala do cofre e sala da prensa. No primeiro pavimento, está ambientada uma casa abastada do período colonial, com o quarto do intendente, sala de jantar, três salas dedicadas à religiosidade, quarto da donzela, escritório do intendente e sala de estar — também chamada sala dos Quatro Continentes, em referência à pintura no forro.

Voltar ao menu

IDENTIFICAÇÃO
DO CONJUNTO

Localização

Avenida Orlando Carpinelli, 440 – Paraty, RJ

Conjunto Arquitetônico

Composto por duas edificações, a edificação principal e a Casa da Pólvora, além da Praça de Armas, localizada na área externa do Museu.

Área construída do conjunto

630,56 m²

MUSEU FORTE DEFENSOR PERPÉTUO



1822
Construção da edificação principal do museu

1957
Tombamento federal do conjunto arquitetônico

1964
Desapropriação do Forte

1970
Restauração das instalações prediais e novo foco na missão do Museu de narrar a história de Paraty aos visitantes

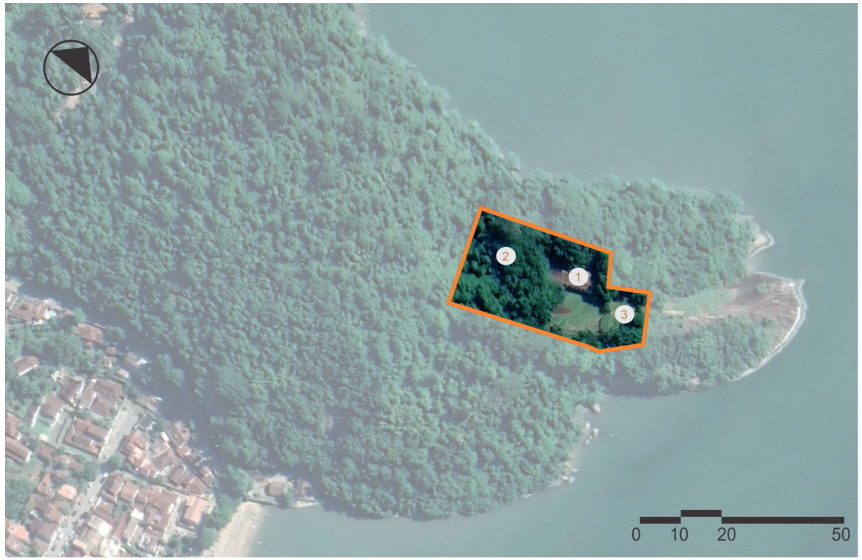
Voltar ao menu

Contexto Histórico

O Forte Defensor Perpétuo é um dos mais antigos locais de memória em Paraty. Atualmente, abriga um museu dedicado à difusão, pesquisa e diálogo sobre a história e memória do município. Situado à beira-mar, o forte preserva vestígios dos primeiros habitantes no potencial sítio arqueológico do sambaqui da praia. Ainda que possivelmente houvesse outra construção defensiva anterior nas proximidades, o Forte Defensor Perpétuo foi erguido em 1822, em meio às tensões que culminaram com a Independência do Brasil, e se tornou então o principal edifício militar da vila. Apesar de ter sido guarnecido por soldados e munição nas décadas seguintes, foi desarmado em 1856. Um século depois, o Forte foi tombado e restaurado pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em 1989, o edifício passou a abrigar o Centro de Artes e Tradições Populares, com exposições sobre a cultura caiçara e suas tradições e, em 2009, passou a integrar a estrutura dos Museus do Ibram.



Registro Histórico



Museu Forte Defensor Perpétuo: 1.Edifício principal 2. Casa da Pólvora 3.Praça de Armas

Transformações espaciais

O prédio principal do Forte Defensor Perpétuo foi construído em 1822, seguido pela Casa da Pólvora entre as décadas de 1830 e 1840. Em 1856, o Forte foi desarmado e, no ano seguinte, cedido à Câmara Municipal para funcionar como enfermaria. Em 1890 abrigou o quartel do Regimento Policial. Na década de 1970 o prédio principal passa por um processo de restauro completo, incluindo às instalações prediais e, em 1989, abriga o Centro de Artes e Tradições Populares de Paraty. Entre 1986 e 1989, o conjunto, incluindo o edifício principal e a Casa da Pólvora, foi submetido a uma nova restauração. A última intervenção no conjunto foi finalizada em 2015 e consistiu na recuperação da sua cobertura.



Vista do conjunto do Museu Forte Defensor Perpétuo

CARACTERÍSTICAS DO EDIFÍCIO PRINCIPAL

Estilo Arquitetônico

Arquitetura colonial

Volumetria

O conjunto apresenta as características típicas da arquitetura militar do litoral brasileiro, com volumes ortogonais em ambos edifícios e cobertos por telhados em quatro águas. Em seu entorno, destaca-se um baluarte equipado com canhões.

Sistema Construtivo

Pisos em madeira e pedra. Paredes em alvenaria autoportante de pedra argamassada. Cobertura em estrutura de madeira e telhas cerâmicas tipo capa e canal.

MUSEU FORTE DEFENSOR PERPÉTUO



1986
Restauração do conjunto, incluindo o edifício principal e a Casa de Pólvora

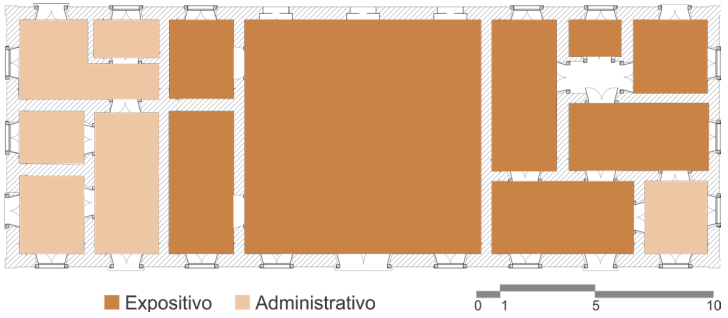
1989
Passa a abrigar o Centro de Artes e Tradições Populares e é inaugurado o Museu

2015
Intervenção de recuperação da cobertura

2018
Reabertura da exposição de longa duração com a exposição Breve História de Paraty.

Setorização

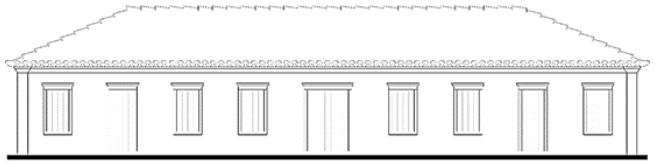
O edifício principal do museu é dividido em três áreas distintas, que se dividem entre o salão central, área expositiva onde funcionava o quartel da tropa e suas enxovias anexas; na ala direita, a antiga casa do comandante, também com uso expositivo; e a área técnico-administrativa, onde no passado, funcionava o quartel dos inferiores. A Casa da Pólvora serve também como área expositiva.



Planta baixa - pavimento térreo do edifício principal



Espaço expositivo



Fachada do Museu Forte Defensor Perpétuo



Espaço expositivo

Espaços Expositivos

No edifício principal, o Salão Central e a Enxovia trazem à tona a história colonial, destacando as grandes tachas usadas nos antigos engenhos de açúcar. Além disso, o acervo representa a cultura popular local e a cultura afro-brasileira, com tambores de candombe mineiro, cestaria do Quilombo do Campinho, artefatos de pesca e instrumentos da musicalidade caiçara. A Casa do Comandante abriga móveis e objetos de ambientação de um típico interior do casario da cidade na época do Império, além de um espaço educativo e uma sala de leitura. Já a Casa da Pólvora abriga as canoas caiçaras, exposições temporárias e uma pequena sala de vídeo. A Praça de Armas reúne a maior parte do acervo militar do museu.

Voltar ao menu

IDENTIFICAÇÃO DO CONJUNTO

Localização

Praça Marechal Âncora, s/nº – Rio de Janeiro, RJ

Conjunto Arquitetônico

Composto por edificações originárias do período colonial brasileiro: Fortaleza de Santiago, Casa do Trem e Arsenal de Guerra, atualmente entremeadas pelos pátios dos Canhões, da Minerva, de Santiago e Gustavo Barroso, além do jardim exterior.

Área construída do conjunto

14.763,00 m²

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL



1603 Construção da fortaleza de Santiago

1693 Criação da prisão do Calabouço

1762 Erguida a Casa do Trem, para a guarda do "trem de artilharia"

1764 Construção do Arsenal de Guerra

1922 Reestruturação em estilo neocolonial para Exposição Internacional e inauguração do Museu

Contexto Histórico

A Fortaleza de Santiago, construída pelos portugueses em 1603 entre as praias de Piaçaba e Santa Luzia, no atual Centro Histórico do Rio de Janeiro, marca a origem do conjunto arquitetônico que hoje abriga o Museu Histórico Nacional. A região foi uma área militar, abrigando a Casa do Trem (1762) e Arsenal de Guerra (1764) até 1908, quando o Arsenal foi transferido para a Ponta do Caju. Em 1922, no contexto das comemorações do centenário da Independência do Brasil, foi criado o Museu Histórico Nacional, por meio do Decreto nº 15.596, de 2 de agosto, assinado pelo então presidente Epitácio Pessoa. O museu foi inaugurado ao público em 12 de outubro do mesmo ano. A instituição fundou e abrigou o primeiro curso de Museologia no país, criado em 1932, hoje integrado à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO – e a Inspetoria de Monumentos Nacionais, criada em 1934, antecessora do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1937.



Registro Histórico



Museu Histórico Nacional: **1.** Sala Jenny Dreyfuss **2.** Casa do Trem **3.** Pátio Santiago **4.** Biblioteca - Antigo pavilhão de exposição

Transformações espaciais

Em 1922, no contexto da inauguração da Exposição Internacional, os três prédios – Fortaleza de Santiago, Casa do Trem e Arsenal de Guerra – passaram a compor um único complexo arquitetônico. O velho conjunto de edificações coloniais fora ampliado, reformado e aberto ao público, abrigando o Palácio das Grandes Indústrias e já servindo como sede do MHN, então com apenas duas galerias de exposição abertas ao público. Ao longo dos séculos XX e XXI, o Museu expandiu progressivamente sua presença em todo o complexo, promovendo a requalificação dos espaços para atender ao uso museal. Entre 2003 e 2005 foram executadas obras de restauração e modernização ampliando espaços e seus usos, além da revisão das instalações do museu. Entre 2006 e 2010 foi priorizada a conservação e adequação das galerias de exposição, viabilizando a circulação e o percurso adequados ao novo discurso museográfico.



Vista do conjunto do Museu Histórico Nacional

Voltar ao menu

CARACTERÍSTICAS DO EDIFÍCIO PRINCIPAL

Estilo Arquitetônico

Arquitetura neocolonial

Volumetria

O conjunto arquitetônico apresenta edificações em formato de "U" ou "O", organizadas em torno de pátios centrais. Parte da fachada destaca-se pelo frontão ornamentado com cimalha, torres cônicas e óculo central, conferindo ao conjunto uma composição imponente e simétrica. Há canhões dispostos ao longo de trechos da edificação murada, reforçando sua origem militar.

Sistema Construtivo

Pisos em pedra e madeira, alvenaria em pedra, com revestimento em massa e pintura. Cobertura em telhas cerâmicas do tipo capa e canal, e em alguns pontos, telhas de louça branca com pintura azul.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL



1967
Intervenção no conjunto arquitetônico priorizando a reorganização interna.

1975
Terceira intervenção para restauração dos aspectos originais da fachada

1998
Intervenção no entorno do museu com gradeamento da Praça João Paulo II e implementação de projeto de iluminação

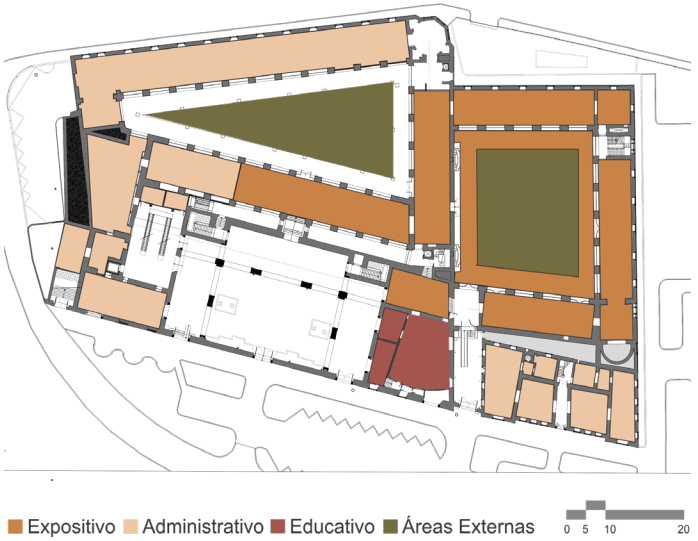
2003-2010
Obras de restauração e modernização do Museu

2009
Tombamento federal do conjunto arquitetônico

Voltar ao menu

Setorização

O conjunto principal se divide em primeiro pavimento setorizado em área expositiva, reserva técnica, recepção, auditório, loja, estacionamento e área de serviços gerais. O segundo pavimento conta com área expositiva, arquivo histórico, biblioteca e o terceiro pavimento é ocupado pelo setor administrativo e laboratório de conservação. O edifício da Casa do Trem conta com áreas destinadas a exposições e ações educativas, além da reserva técnica e biblioteca de numismática no terceiro piso.



Planta baixa - pavimento térreo do edifício principal



Espaço expositivo



Fachada do Museu Histórico Nacional



Espaço expositivo

Espaços Expositivos

O museu conta atualmente com um acervo de mais de 300 mil itens arquivísticos, bibliográficos e museológicos, armazenados em 1.600 m² de áreas técnicas dedicadas à guarda do acervo. Como parte das recentes ações de modernização, o espaço expositivo de longa duração foi ampliado, ocupando 1.681 m² no térreo e aproximadamente 2.465 m² no segundo pavimento. Além disso, o térreo abriga ainda 715 m² destinados a exposições de curta duração. A arquitetura original conserva pés direitos altos e um número vasto de aberturas. A expografia é diversa, havendo salas em que as aberturas foram vedadas por painéis expositores de forma a ampliar a área expositiva e salas onde se percebe a arquitetura original do conjunto.

IDENTIFICAÇÃO DO CONJUNTO

Localização

Rua da Imperatriz, 220 - Petrópolis, RJ

Conjunto Arquitetônico

O conjunto é composto pelo Palácio Imperial, Pavilhão das viaturas, Biblioteca, Cineteatro, Administração, Cafeteria, Oficina, Laboratório de Restauro, Escritório de manutenção e segurança, Vestiários, Atendimento ao Visitante e jardim projetado por Jean Baptiste Binot. O Museu conta ainda com duas subunidades: a Casa Cláudio de Souza, em Petrópolis, e a Casa Geyer, no Rio de Janeiro.

Área construída do conjunto

5.193,36 m²

MUSEU IMPERIAL



1845-1862
Construção da residência de verão da família imperial

1889
Saída da família imperial após a Proclamação da República

1892-1907
Funcionamento do conjunto como colégio

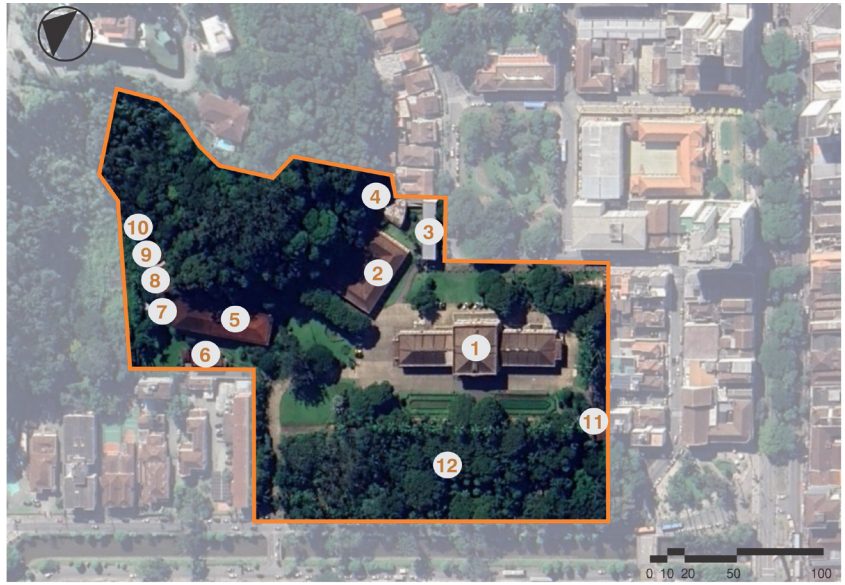
Voltar ao menu

Contexto Histórico

Em 1830, o rei Dom João VI adquiriu a Fazenda do Córrego Seco, onde, posteriormente, o imperador Dom Pedro II construiu a residência de verão da família imperial brasileira. O projeto original, elaborado pelo major Júlio Frederico Koeler, foi executado entre 1845 e 1862. A ala direita do Palácio foi a primeira a ser erguida, apresentando menos ornamentos, o que destaca a diferença em relação à ala esquerda, construída em período posterior — diferença essa só corrigida no século XX. Após a Proclamação da República em 1889 e o exílio da família imperial, o edifício abrigou o Educandário Notre Dame de Sion (1893 – 1908) e, em seguida, o Colégio São Vicente de Paulo (1909 – 1939). Grande parte do mobiliário e dos objetos do Palácio Imperial de Petrópolis foram transferidos até a criação do Museu Imperial, em 1940, inaugurado em 1943, no centenário da fundação da cidade de Petrópolis.



Registro Histórico



Museu Imperial: 1.Palácio Imperial 2. Pavilhão das Viaturas 3. Biblioteca 4. Cineteatro 5. Administração 6.Cafeteria 7.Oficina 8.Restauro 9. Segurança 10.Vestiários 11.Atendimento ao visitante 12.Jardins

Transformações espaciais

A construção do Palácio ocorreu em etapas, entre 1845 e 1862, com o propósito de servir como residência de verão da família imperial brasileira. Após a Proclamação da República, o edifício foi destinado a atividades educacionais, função que exerceu até 1939. Com a criação do Museu Imperial, em 1940, o edifício passou por adaptações para atender à sua nova função pública. Entre as intervenções realizadas, destacam-se a unificação estética e formal das alas esquerda e direita e a inserção de claraboias. Externamente, foi acrescentada à ala direita uma varanda semelhante à da ala esquerda, conferindo maior simetria à fachada do Palácio.



Vista do conjunto do Museu Imperial

CARACTERÍSTICAS DO EDIFÍCIO PRINCIPAL

Estilo Arquitetônico

Arquitetura neoclássica

Volumetria

O edifício principal está situado sobre um platô e organiza-se em um sobrado com corpo central de dois andares e pórtico frontal. As alas laterais, esquerda e direita, apresentam único pavimento. As fachadas apresentam composição simétrica e ornamentada, com destaque para o acesso principal.

Sistema Construtivo

A edificação possui pisos de madeira, estrutura em enxaimel com preenchimento de taipa de barro, cal e pedras. As paredes internas apresentam pintura em escaiola, azulejaria e vitrais. A cobertura é feita com telhas capa e canal, e claraboias com decoração em estuque.

MUSEU IMPERIAL



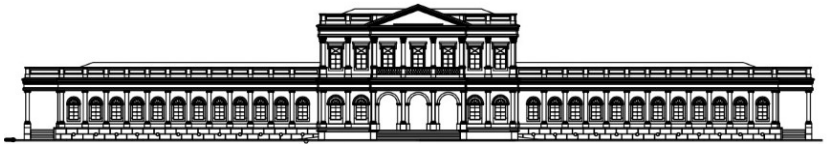
1940
Restruturação do edifício para abrigar o Museu Imperial e criação do Museu

1943
Inauguração do Museu

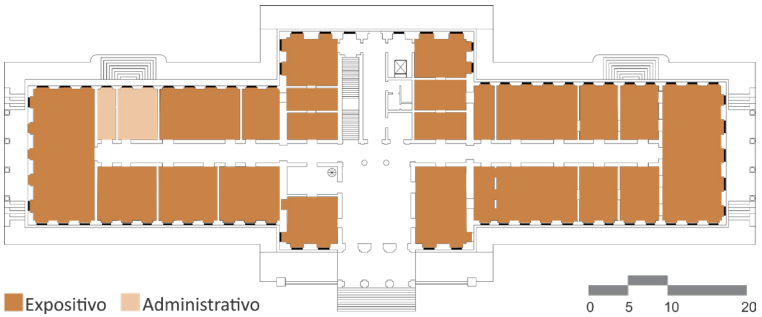
1954
Tombamento do conjunto incluindo o Palácio Imperial de Petrópolis, parque e Quartel dos Semanários

Setorização

A principal área expositiva do museu é o Palácio, onde estão instaladas as exposições de longa duração, distribuídas pela ala esquerda, ala direita e o sobrado. As 44 cômodos abrigam áreas expositivas, salas para guarda de acervo museográfico, banheiros e espaços de apoio aos funcionários. O museu conta ainda com o Pavilhão das Viaturas, utilizado como espaço de exposição de longa duração.



Fachada do Museu Imperial



Planta baixa - pavimento térreo do edifício principal



Espaço expositivo



Espaço expositivo

Espaços Expositivos

As áreas destinadas às exposições de longa duração mantém nos cômodos as características arquitetônicas originais, com adaptações pontuais para garantir a segurança do acervo, como vitrines-cofres, vidros protetores e pontos de iluminação expositiva. As exposições de longa duração ocupam as salas do palácio destinadas a representar e comunicar a vida doméstica da família imperial e vida da corte, além de salas destinadas a períodos históricos relevantes, apresentando itens relacionados aos dois períodos de reinado. As exposições de curta duração são montadas, preferencialmente, na Sala de Exposições Temporárias, espaço preparado no Palácio para tal finalidade.

Voltar ao menu

IDENTIFICAÇÃO DO CONJUNTO

Localização

Rua Berta, 111 - Vila Mariana - São Paulo, SP

Conjunto Arquitetônico

Composto por três blocos de edifícios modernistas, que foram a antiga residência da família Lasar Segall e o ateliê do artista, além das áreas verdes.

Área construída do conjunto

2.434,56m²

MUSEU LASAR SEGALL



1932
Projeto arquitetônico da edificação

1932-1939
Construção da edificação

1940-1957
Residência da família Segall

1957
Falecimento do artista Lasar Segall

Voltar ao menu

Contexto Histórico

O Museu Lasar Segall ocupa três casas originalmente geminadas, projetadas em 1932 pelo arquiteto Gregori Warchavchik — referência do modernismo brasileiro e concunhado de Lasar Segall — as edificações serviram como residência da família Segall e ateliê do artista. Após a morte de Segall, em 1957, sua viúva, Jenny Klabin Segall, iniciou ações para preservar a memória e a obra do marido, incluindo a adaptação de uma ala da casa para funcionar como museu. Por duas vezes, em 1961 e 1965, o Museu é aberto ao público, mas por não contar com condições adequadas para visitação, é fechado até 1972, quando são concluídas parte das obras de adaptação das casas para o uso museal. O conjunto passou por vários acréscimos ao longo da sua existência, com a incorporação definitiva de uma quarta casa, que foi anexada ao museu. No mesmo ano, o alvará de funcionamento é solicitado junto à Prefeitura de São Paulo, consolidando a transição do espaço residencial privado para sua nova função como museu. Em 2016, a sede do Museu Lasar Segall foi oficialmente tombada pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP).



Registro Histórico



1. Museu Lasar Segall

Transformações espaciais

Desde 1972, a edificação do Museu sofreu várias intervenções no sentido de adaptá-lo à função pública e promover melhorias de suas instalações, tais como: instalação de cafeteria, ampliação na cabine de projeção, adição de laboratório fotográfico e biblioteca, construção de um galpão anexo ao ateliê e um galpão para atividades educativas, melhorias na acessibilidade e climatização das salas de exposição de longa duração e criação de sala de exposições de curta duração. Entre 2015 e 2017, houve a recuperação da cobertura e a instalação dos sistemas de segurança contra incêndio. Em 2018 e 2019, foi executada reforma hidráulica e hidrossanitária, e entre 2020 e 2024 ações de modernização do cinema, manutenção das coberturas e atualização do sistema de proteção contra descargas atmosféricas.



Vista da entrada do conjunto do Museu Lasar Segall

Estilo Arquitetônico

Arquitetura moderna

Volumetria

Edificação de dois pavimentos, com partido composto por diferentes volumes das três casas originalmente geminadas, acrescido de volumes posteriormente construídos.

Sistema Construtivo

Pisos de madeira e concreto polido. Paredes em alvenaria de tijolos. Cobertura de lajes e telhas metálicas do tipo sanduíche.

MUSEU LASAR SEGALL



1957
Criação do Museu em memória do artista

1967
Inauguração Museu Lasar Segall

1972
Obras de adaptação das casas para o uso de museu

2015-2017
Recuperação da cobertura e instalação dos sistemas de segurança contra incêndio

2016
Tombamento municipal do conjunto arquitetônico

Voltar ao menu

Setorização

O Museu é organizado em três núcleos principais: o primeiro reúne as salas de exposição de longa duração, reserva técnica, cinema, biblioteca, ateliê de gravuras e áreas técnicas; o segundo, inclui a sala de exposições de curta duração, o galpão para atividades educativas, o café e as áreas administrativas; já o terceiro é composto pela portaria e sala de reuniões. Além disso, o Museu conta com dois jardins, um na entrada principal e outro próximo ao ateliê de gravura, usado por Lasar Segall durante sua vida.



Fachada do Museu Lasar Segall



Planta baixa - pavimento térreo do conjunto



Espaço expositivo



Espaço expositivo

Espaços Expositivos

O Museu Lasar Segall conta com duas principais áreas expositivas: a Sala Mauricio Segall, destinada a exposições de longa duração, geralmente com o acervo do Museu, e a Sala Oscar Klabin Segall, dedicada a mostras de curta duração de outros artistas. Além dessas, o Museu utiliza a área do jardim e uma área interna próxima ao cinema para exposições e instalações.

IDENTIFICAÇÃO DO CONJUNTO

Localização

Av. Rio Branco, 199 - Rio de Janeiro, RJ

Conjunto Arquitetônico

Composto pelo edifício, a antiga sede da Escola Nacional de Bellas Artes e áreas verdes.

Área construída do conjunto

17.292,33 m²

MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES



1826
Instalação da Academia Imperial de Belas Artes no prédio de Grandjean de Montigny

1890
Reforma da academia, troca de denominação para Escola Nacional de Belas Artes

1902
Início da construção da Avenida Central

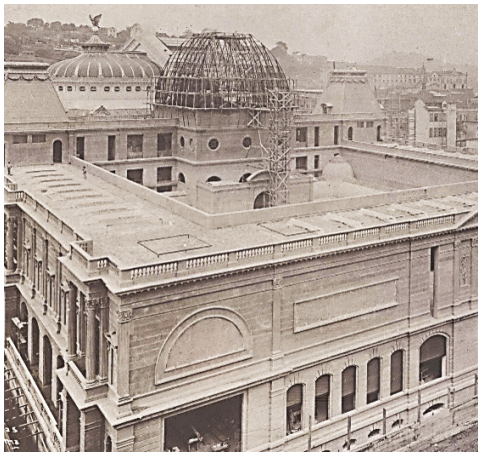
1908
Inauguração da nova sede da ENBA

Década de 1920
Grandes obras de reforma no atual salão nobre, sala Bernardelli e atual galeria de arte brasileira moderna

Voltar ao menu

Contexto Histórico

O edifício que hoje abriga o Museu Nacional de Belas Artes foi construído entre 1906 e 1908 para sediar a Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), criada em 1889 após a Proclamação da República. Essa nova escola veio substituir a antiga Academia Imperial das Belas Artes, que funcionou de 1826 a 1889 próxima à Praça Tiradentes. A construção do edifício ocorreu durante a Primeira República, período marcado por profundas transformações urbanísticas no Rio de Janeiro, então capital do Brasil. Sob a administração do prefeito Pereira Passos, a cidade passou por um grande projeto de modernização que incluiu a abertura da Avenida Central — hoje Avenida Rio Branco — que se tornou a principal artéria do centro da cidade. Foi nesse contexto que um terreno foi doado para a construção da nova sede da ENBA, próxima a outros edifícios emblemáticos da época, como a Biblioteca Nacional e o Theatro Municipal. O projeto do edifício foi escolhido por meio de concurso público e desenvolvido pelo arquiteto espanhol Adolfo Morales de los Rios, que trouxe influências do academicismo europeu para a arquitetura da escola.



Registro Histórico da construção do Edifício



1. Museu Nacional de Belas Artes

Transformações espaciais

Originalmente construído para abrigar uma escola, o edifício passou por várias modificações ao longo do tempo para se adequar às suas diferentes funções. Na década de 1920, a área de galerias foi ampliada com a criação de um novo anel central, e em 1940, uma segunda galeria foi construída. O Museu, criado oficialmente em 1937, compartilhou o prédio com a Escola até a década de 1970, quando esta, já parte da Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi transferida para o campus. Foi então que a recém-criada Fundação Nacional de Artes passou a ocupar parte do edifício. Somente a partir da década de 1990 o MNBA ocupou a integralidade do edifício.



Vista do conjunto do Museu Nacional de Belas Artes

CARACTERÍSTICAS DO EDIFÍCIO PRINCIPAL

Estilo Arquitetônico

Arquitetura eclética

Volumetria

Edifício em planta quadrada, distribuído em quatro pavimentos e formado por quatro alas que cercam um pátio central. Seu volume é encimado por duas cúpulas laterais, em menor dimensão, dois terraços, e uma cúpula central, de maior destaque. As fachadas são simétricas, com hierarquia entre os acessos e ornamentadas, com desenhos específicos para cada pavimento.

Sistema Construtivo

Estrutura composta por alvenaria autoportante em pedra e perfis metálicos, paredes internas de alvenaria de tijolo revestido com argamassa a base de cal e cimento e decoração interna em mármore, mosaicos, estuques, cristais, cerâmica francesa e estatuária.

MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES



1937
Criação do Museu Nacional de Belas Artes

1939
Inauguração do Museu Nacional de Belas Artes

Década de 1940
Grandes obras de construção da reserva técnica, reforma da atual galeria de arte brasileira moderna, construção da atual galeria de arte brasileira contemporânea

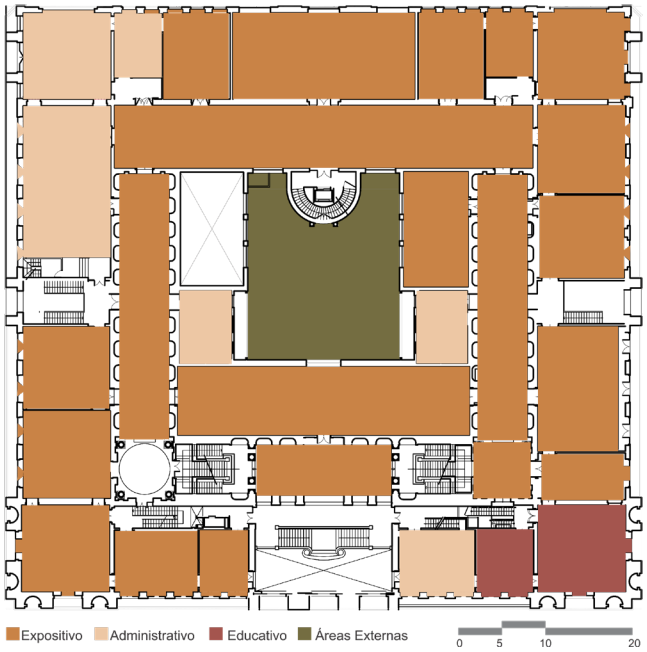
1973
Tombamento do conjunto como patrimônio nacional

1976
Transferência da ENBA para o campus da Ilha do Fundão

Voltar ao menu

Setorização

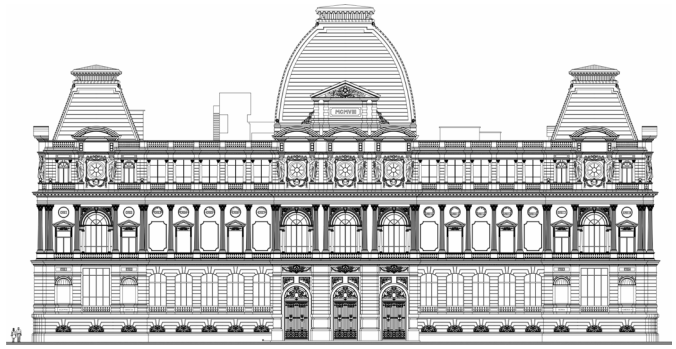
No primeiro e no quarto pavimento, concentram-se as atividades técnicas, administrativas e de manutenção. O segundo pavimento abriga as galerias de exposições temporárias, as Galerias de Moldagens, além dos espaços de acolhimento ao visitante e o auditório. No terceiro pavimento estão o Salão Nobre e as Grandes Galerias. Divididos no terceiro e quarto pavimento, estão os espaços dedicados às exposições de longa duração de arte brasileira moderna e contemporânea.



Planta baixa - pavimento térreo do edifício principal



Espaço expositivo: Grandes Galerias



Fachada do Museu Nacional de Belas Artes



Espaço expositivo: Grandes Galerias

Espaços Expositivos

Aproximadamente um terço do edifício é destinado a espaços expositivos. As Grandes Galerias, iluminadas por luz natural zenital, exibem obras-primas do patrimônio artístico brasileiro, como a Batalha do Avaí, de Pedro Américo, a Batalha dos Guararapes e a Primeira Missa, de Victor Meirelles, além da obra Redenção de Cam, de Modesto Brocos. As Galerias de Moldagens, cuja configuração espacial conta com nichos laterais e claraboia central, tem como inspiração a ala Braccio Nuovo dos Museus do Vaticano, e abrigam uma coleção de obras em gesso moldadas em esculturas originais dos principais museus europeus, como a obra Vitória de Samotrácia do Museu do Louvre.

IDENTIFICAÇÃO DO CONJUNTO

Localização

Praça Cristiano Ottoni, 72 - Serro, MG

Conjunto Arquitetônico

O conjunto é formado pelo edifício principal, que foi a antiga residência da família Ottoni, e pelas áreas verdes ao seu redor.

Área construída do conjunto

423,31 m²

MUSEU REGIONAL CASA DOS OTTONI



Século XVIII
Construção da casa pela família Ottoni

1946
Execução de restauros pontuais no edifício, liderado pelo então diretor do DPHAN

1950
Tombamento do edifício como patrimônio nacional, primeira construção civil tombada pelo então SPHAN

1952
Funcionamento como sede do DPHAN no Serro e pequeno museu informal

Voltar ao menu

Contexto Histórico

Situada no município do Serro, na região onde surgiram os primeiros assentamentos que deram origem ao arraial, a edificação foi construída no final do século XVIII e foi residência natal dos irmãos Teófilo Ottoni e Cristiano Benedito Ottoni. Teófilo foi uma importante figura política do Império, liderando a Revolução Liberal de 1842, enquanto Cristiano foi um dos primeiros diretores da Estrada de Ferro Pedro II. Em 1918, a casa foi doada por Júlio Benedito Ottoni para abrigar um patronato agrícola, que funcionou entre 1921 e 1930. A transformação da residência em museu foi idealizada por Rodrigo Melo Franco de Andrade na década de 1940. Em 1952 foi a primeira construção civil tombada como patrimônio nacional. O início da visitação pública regular só ocorreu em 1991, quando o espaço passou a funcionar efetivamente como museu, aberto para que a população e pesquisadores pudessem conhecer a história da família Ottoni e do desenvolvimento regional.



Registro Histórico



1. Museu Regional Casa dos Ottoni

Transformações espaciais

O edifício sofreu alterações arquitetônicas importantes, como a remoção da varanda lateral entre os séculos XIX e XX, seguida de sua reinstalação posterior. Em 1946, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) realizou pequenos reparos e adaptações. Nas décadas de 1980 e 1990, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) promoveu reformas significativas, substituindo as paredes internas de pau-a-pique por concreto celular e as paredes de adobe por tijolos cerâmicos. A intervenção mais recente ocorreu em 2014, com a recuperação da cobertura do museu.



Vista das fachadas do Museu Regional Casa dos Ottoni

CARACTERÍSTICAS DO EDIFÍCIO PRINCIPAL

Estilo Arquitetônico

Arquitetura colonial

Volumetria

Sobrado de dois pavimentos com planta retangular, implantado em terreno em aclive. O corpo principal do sobrado mantém proporções equilibradas, com linhas simples com destaque para a estrutura de madeira aparente e varanda no segundo pavimento da fachada lateral.

Sistema Construtivo

Pisos em tijolo maciço, madeira, pedra de cantaria e cerâmico. Alvenaria em tijolos maciços, revestidos com pintura a base d'água na cor branca. Cobertura em telhas cerâmicas tipo capa e canal.

MUSEU REGIONAL CASA DOS OTTONI



1980
Obra de restauração feita pelo IEPHA/MG. Substituição das paredes de adobe por tijolos cerâmicos

1990
Nova obra executada pelo IEPHA/MG. Substituição das paredes de pau-a-pique por paredes de concreto celular

1991
Primeiros registros de visitação do Museu Regional Casa dos Ottoni

2014
Intervenção para recuperação da cobertura do Museu

Voltar ao menu

Setorização

A edificação é composta por dois pavimentos: o térreo e o primeiro andar. No térreo, encontram-se o hall de entrada, a recepção, um espaço multiuso, três salas de exposição, banheiros e uma varanda. No primeiro pavimento estão a copa, as áreas administrativas, a reserva técnica, o depósito, cinco salas de exposição, um banheiro e outra varanda.



Planta baixa - pavimento térreo do edifício principal



Espaço expositivo



Fachada do Museu Regional Casa dos Ottoni em 3D



Espaço expositivo

Espaços Expositivos

No térreo, a Sala Imagens de Roca apresenta um acervo de imagens processionais articuláveis com cabeças de encaixe. Em seguida, a Sala da Igreja Nossa Senhora da Purificação exibe fragmentos de retábulos da mesma igreja, que foram os primeiros objetos a integrar a coleção do Museu. A Sala dos Oratórios é dedicada à exposição de oratórios e de um confessionário do século XIX. Já a Sala dos Painéis narra a origem da cidade do Serro. No pavimento superior, as salas expositivas apresentam principalmente mobiliários e objetos de uso cotidiano do século XIX, distribuídos nas seguintes dependências: Sala de Jantar, Cozinha, Quarto de Viúva, Quarto de Solteiro e Sala da Família Ottoni. O jardim da área externa também compõe o circuito de visitação do Museu.

IDENTIFICAÇÃO DO CONJUNTO

Localização

Rua Doutor Israel Pinheiro, 176 – Caeté, MG

Conjunto Arquitetônico

O conjunto é formado pelo edifício principal, conhecido como Casa Setecentista, um anexo administrativo, uma edícula e um anexo destinado a cursos, além de áreas verdes.

Área construída do conjunto

500,18 m²

MUSEU REGIONAL DE CAETÉ



Século XVIII
Construção do sobrado

1950
Aquisição e tombamento federal pelo IPHAN

1979
Inauguração como Museu Regional de Caeté

Voltar ao menu

Contexto Histórico

A edificação que abriga o Museu, também conhecida como Casa Setecentista, foi construída, em fins do século XVIII, para servir como residência. Teve como seus primeiros moradores o Capitão Eugênio Lopes Varela e também João Batista Ferreira Coutinho, o Barão de Catas Altas, proprietário de minas de ouro, cujo título de barão foi outorgado pelo próprio D. Pedro I, em 1839. Posteriormente, o imóvel foi ocupado pelas famílias Rosa e Varela da Fonseca, tradicionais da região. Trata-se de um exemplar significativo da arquitetura civil do período colonial, tombado, em 1950, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O Museu Regional de Caeté foi inaugurado em 17 de fevereiro de 1979, e possui um importante acervo museológico datado, sobretudo, do século XVIII e XIX.



Registros Histórico



1. Museu Regional de Caeté

Transformações espaciais

Em 1979 o Museu foi inaugurado. Quase duas décadas depois, em 1998, suas atividades foram interrompidas, devido às precárias condições do edifício. Teve início um processo de restauro e adequação das instalações, concluído em 2002. Entre 2016 e 2019, o conjunto arquitetônico passou por uma nova e ampla intervenção, com reforços estruturais, adaptações de acessibilidade, com a instalação de rampas, corrimãos e elevador, implantação de sistemas de segurança e combate a incêndio, além da ampliação do anexo administrativo e incorporação de um edifício contêiner para realização de cursos.



Vista da fachada do Museu Regional de Caeté

CARACTERÍSTICAS DO EDIFÍCIO PRINCIPAL

Estilo Arquitetônico

Arquitetura colonial

Volumetria

Sobrado de dois pavimentos com implantação alinhada com a via, fachada principal ornada por cunhais de madeira e cimalha trabalhada. Os planos das demais fachadas são marcados pela estrutura de madeira aparente.

Sistema Construtivo

Pisos em madeira e pedra. Paredes com estrutura mista em alvenaria autoportante de pedra no subsolo e estrutura autônoma de madeira, com vedações em pau-a-pique, adobe e tijolos. Revestimentos em argamassa de areia e tinta mineral. Cobertura de telhas cerâmicas tipo capa e canal.

MUSEU REGIONAL DE CAETÉ



1998-2002
Execução de obras de restauro

2016-2019
Restauração integral do edifício, ampliação do anexo administrativo, instalação do anexo de cursos e execução de nova expografia

Voltar ao menu

Setorização

No pavimento térreo do edifício principal estão localizadas a recepção e parte do circuito expositivo da mostra de longa duração. No pavimento superior, encontram-se salas dedicadas à mesma exposição, além de uma sala para exposições de curta duração, uma reserva técnica e almoxarifado. O subsolo abriga dois banheiros e uma copa. Ao fundo do edifício, estão o pátio interno e a edícula, utilizada para eventos e exposições de curta duração. Logo abaixo, há um jardim e o caminho até o anexo administrativo. No limite posterior da edificação, com acesso por outra rua, há uma área ajardinada, onde foi instalado um container destinado à realização de aulas, oficinas e pequenas reuniões.



Planta baixa - pavimento térreo do edifício principal



Espaço expositivo



Fachada do Museu Regional de Caeté



Espaço expositivo

Espaços Expositivos

No pavimento térreo, os visitantes são convidados a conhecer um pouco sobre a história da formação da região de Caeté, além de outras duas salas dedicadas a devoções religiosas, com acervo sacro de cunho popular e erudito e, uma "cozinha" dedicada aos "fazeres", tais como culinária, carpintaria e costura. No pavimento superior há um grande salão nobre onde estão expostos diferentes tipos de oratórios, duas salas ambientadas como sala de visitas e uma sala que conta com reprodução completa de uma capela proveniente da vila de São Manoel do Peti, em Barão de Cocais, inundada por uma barragem nos anos 1940. Uma das salas no segundo pavimento e a edícula são utilizadas para exposições de curta duração.

IDENTIFICAÇÃO DO CONJUNTO

Localização

Rua Marechal Deodoro, 12 - São João del-Rei, MG

Conjunto Arquitetônico

Composto pelo edifício principal, a antiga casa do comendador João Mourão e um pátio central.

Área construída do conjunto

1.433,89m²

MUSEU REGIONAL DE SÃO JOÃO DEL– REI



1859
Construção da Casa do Comendador João Antônio da Silva Mourão

1946
Tombamento como patrimônio nacional

1946-1947
Demolição parcial do edifício

1952
Fim das obras de reconstrução do sobrado para ser adaptado para Museu

1963
Inauguração do Museu

Voltar ao menu

Contexto Histórico

O Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar, elevado à vila de São João del-Rei em 1713, surgiu em decorrência da exploração aurífera na região. Com o declínio da atividade mineradora, a vila passou a desempenhar importante papel como centro comercial da região, e, no século XIX, surgiram comerciantes como João Antônio da Silva Mourão, proprietário do casarão. Concluída em 1859, a edificação tinha uso comercial no pavimento térreo e residencial nos demais. Em 1946, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) iniciou o processo de tombamento da casa, enfrentando a resistência dos proprietários, que chegaram a demolir parte do edifício. Impedida a continuidade da demolição, o sobrado foi tombado e desapropriado naquele mesmo ano. Em 1952, as obras de restauro foram concluídas e, em 1963, o museu foi aberto ao público.



Registro Histórico



1. Museu Regional de São João Del-Rei

Transformações espaciais

Após o sobrado ser parcialmente demolido, suas obras de reconstrução foram concluídas em 1952. Em 2002, algumas obras foram realizadas para a instalação de banheiro acessível e construção da área administrativa, reestruturada espacialmente em 2010. Obras de recuperação das coberturas e limpezas de calhas foram realizadas ao longo de 2019. Entre 2020 e 2023 foram executados serviços de adequação das instalações elétricas, incluindo cabeamento estruturado, segurança, sonorização e luminotécnica. E entre 2023 e 2024 foi executado sistema de prevenção e combate a incêndio e pânico.



Vista das fachadas do Museu Regional de São João del-Rei

CARACTERÍSTICAS DO EDIFÍCIO PRINCIPAL

Estilo Arquitetônico

Arquitetura colonial

Volumetria

O sobrado, de planta retangular, possui três pavimentos e apresenta variações de gabarito em sua volumetria. Destacam-se os elementos decorativos nas esquadrias das fachadas superiores, especialmente na fachada voltada para a praça pública, onde os vãos superiores são ornamentados com gradis de ferro.

Sistema Construtivo

Pisos em madeira, ladrilho hidráulico, cimento queimado e pedra. Paredes de alvenaria de pedra, taipa de mão, adobe e tijolos, revestidas em argamassa de cal. Cobertura em telhas cerâmicas tipo capa e canal.

MUSEU REGIONAL DE SÃO JOÃO DEL– REI



2002
Construção do anexo administrativo, banheiros internos e reforma dos banheiros públicos

2019
Recuperação da cobertura

2020–2023
Execução de novas instalações elétricas, de segurança, sonorização e luminotécnica

2023–2024
Execução de sistema de combate a Incêndio e pânico

Setorização

O Museu possui três pavimentos com áreas expositivas de longa e de curta duração, incluindo a Biblioteca e o Arquivo Histórico. Compreende também reserva técnica, áreas administrativas, banheiros, depósito, sala da vigilância, sala da direção e reunião, área dos funcionários e copa. O jardim, localizado no pátio central também é aberto à visitação pública contendo peças do acervo museológico.



Planta baixa - pavimento térreo da edificação



Espaço expositivo – Pavimento térreo



Fachada do Museu Regional de São João del-Rei



Espaço expositivo – Primeiro pavimento

Espaços Expositivos

A partir de 1951, tem início o processo de aquisição do acervo museológico. Em 1956 começou a ser formado o acervo arquivístico e bibliográfico com a transferência dos documentos cartoriais dos séculos XVIII e XIX, pertencentes à antiga Comarca do Rio das Mortes. Dava-se início a um setor de pesquisa, colocando à disposição dos estudiosos documentos fundamentais para o conhecimento da história mineira. Aos poucos, o museu vai constituindo o seu acervo com objetos da região. Aberto à visitação pública a partir de 1963, o Museu Regional apresenta espaços expositivos por meio de salões nos três andares, com pé direito alto, com exposição que contém testemunhos significativos de aspectos da vida mineira nos séculos XVIII, XIX e XX.

Voltar ao menu

IDENTIFICAÇÃO DO CONJUNTO

Localização

Rua Professor Carlos Mattos, 33 - Vitória, ES

Conjunto Arquitetônico

Composto pelo edifício principal, um anexo, um anfiteatro ao ar livre e áreas verdes.

Área construída do conjunto:

657,00 m²

MUSEU SOLAR MONJARDIM



1780-1805
Construção do edifício

1940
Tombamento do edifício como patrimônio nacional

1966
Unificação dos acervos do Museu Capixaba e de Arte Sacra resultando no Museu de Arte e História

1980
Inauguração do Museu

Voltar ao menu

Contexto Histórico

O casarão teve sua construção iniciada no final do século XVIII e é um exemplar da arquitetura rural colonial brasileira do século XIX. Foi a sede da Fazenda Jucutuquara, uma das mais importantes produtoras de açúcar do Espírito Santo, trabalhando ainda com algodão, gado e gêneros de subsistência. Passou a ser residência da família Monjardim até o ano de 1940, quando foi tombado a nível federal. Em 1952, passou a abrigar o acervo do antigo Museu Capixaba. Em 1966, foi formado o Museu de Arte e História e teve início o processo de desapropriação da edificação, concluído apenas doze anos depois. O museu foi reaberto em 1980 e, em 1981, o edifício foi doado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com a gestão transferida em 2001. Entre os anos de 2005 e 2006, foi realizada a restauração do Solar, a construção de um anfiteatro e o tratamento paisagístico das áreas verdes. A partir de 2009, passou a ser administrado pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) sendo o único museu federal em Vitória.



Registro Histórico



1. Museu Solar Monjardim

Transformações espaciais

Ao longo de sua história, a edificação passou por alterações como adição de esquadrias no pavimento térreo e a ampliação com a construção do volume da "camarinha", no pavimento superior, que se presume que tenha ocorrido no início do século XX. O Museu teve uma grande obra de requalificação, entre os anos de 2005 e 2006, que contemplou, além da recuperação da edificação, a instalação de calçamento no terreno, anexo com banheiro público e paisagismo. Em 2020, foram executadas obras de recuperação do telhado, alvenarias, piso e drenagem do terreno, além da execução de calçada cidadã, com instalação de elementos acessíveis, em frente ao Museu.



Vista das fachadas do Museu Solar Monjardim

CARACTERÍSTICAS DO EDIFÍCIO PRINCIPAL

Estilo Arquitetônico

Arquitetura colonial

Volumetria

Edificação do tipo sobrado, com três pavimentos e planta retangular, coberta por telhado em quatro águas e encimada, no centro do andar superior, por volume retangular coberto por telhado em quatro águas, denominado Camarinha.

Sistema Construtivo

Piso externo em pedras e interno de madeira. Paredes em alvenaria e pau-a-pique. Cobertura em telhas cerâmicas tipo capa e canal.

MUSEU SOLAR MONJARDIM



1980
Reabertura do Museu para visitação

1981
Doação do Museu ao IPHAN

2005-2006
Restauro do edifício com inserção de anfiteatro, toldo e paisagismo

2020
Recuperação da cobertura, dos pisos e execução de calçada acessível

Voltar ao menu

Setorização

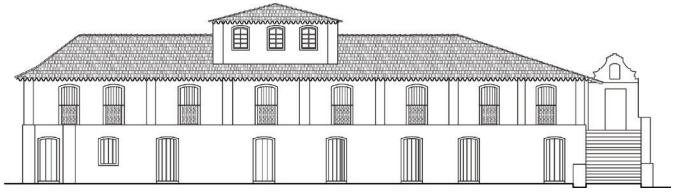
No pavimento inferior está localizada a área administrativa, que conta com dois banheiros e uma copa. No pavimento térreo, localiza-se a área expositiva, onde são apresentadas exposições de longa e curta duração, além da recepção e duas reservas técnicas. e a camarinha, atualmente utilizada para o armazenamento do acervo não exposto e outros materiais.



Planta baixa - pavimento térreo do edifício principal



Espaço expositivo



Fachada do Museu Solar Monjardim



Espaço expositivo

Espaços Expositivos

O acervo do MSM é bastante diversificado, resultado da fusão de duas instituições de naturezas distintas. Ele inclui mobiliário, arte sacra, armaria, objetos litúrgicos, numismática, objetos de decoração, condecorações, utensílios domésticos, uma pequena pinacoteca, fotografias e documentos históricos, além de um acervo bibliográfico com publicações recentes. Todo o acervo museológico está distribuído em onze salas de exposição localizadas no pavimento térreo, onde também ficam duas reservas técnicas. O Museu apresenta ambientes que reproduzem uma residência de família abastada do século XIX, com salas como sala de estar, quartos, capela e cozinha. Em 2025, como exposição de curta duração, está retratada a temática sacra.

IDENTIFICAÇÃO
DO CONJUNTO

Localização

Rua Sorocaba, 200 – Rio de Janeiro, RJ

Conjunto Arquitetônico

O conjunto é composto pelo edifício principal, dois anexos e por um jardim projetado por Burle Marx.

Área construída do conjunto

518,00m²

MUSEU VILLA-LOBOS



Voltar ao menu

Contexto Histórico

No século XVIII, Botafogo fazia parte da antiga Freguesia Rural de São João Batista da Lagoa. Já no século XIX, o bairro começou a integrar a malha urbana da cidade do Rio de Janeiro, com a definição de seus contornos a partir do parcelamento e desmembramento das chácaras, que foram transformadas em lotes urbanos. A construção do edifício, exemplar da arquitetura do final do século XIX, ocorreu em 1868. Quase um século depois, em 1967, junto com outros três exemplares da arquitetura residencial urbana desse período, foi tombado pelo então DPHAN, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Em 1982, iniciaram-se as obras de restauração e adaptação do imóvel para abrigar o Museu Villa-Lobos, que passou a funcionar em 1986.

1868
Construção do edifício

1892
Reforma com transformação em sobrado

1967
Tombamento do edifício como patrimônio nacional



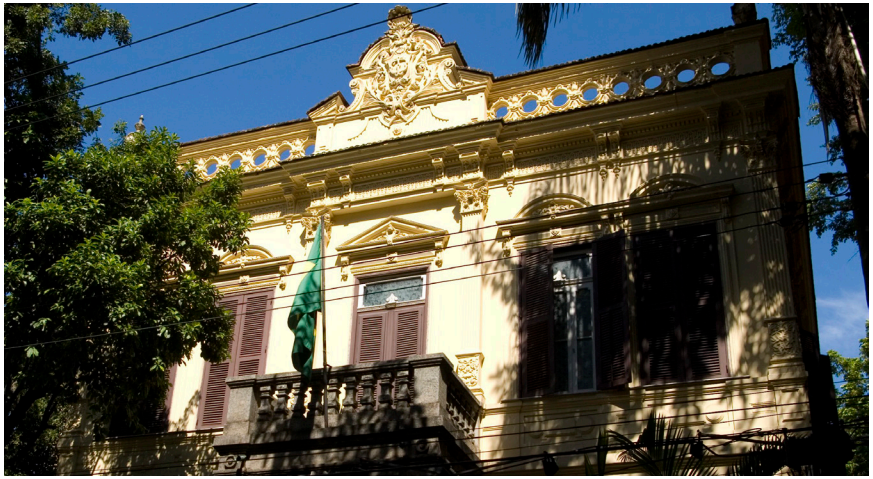
Registro Histórico



1. Museu Villa-Lobos

Transformações espaciais

A primeira grande alteração no edifício ocorreu em 1892, com sua ampliação e transformação em um sobrado de dois pavimentos. Em 1982, iniciou-se o processo de restauração e ampliação, com projeto do arquiteto Glauco Campello e paisagismo de Burle Marx. A restauração foi concluída em 1984 e incluiu a construção de um anexo para as áreas administrativas, concha acústica e uma loja do museu. Em 2016, o Museu passou por intervenções nas instalações hidráulicas, elétricas e nos sistemas de segurança do edifício.



Vista da fachada do Museu Villa-Lobos

CARACTERÍSTICAS DO EDIFÍCIO PRINCIPAL

Estilo Arquitetônico

Arquitetura neoclássica

Volumetria

Casarão de dois pavimentos, com um imponente pórtico de cantaria, cujo topo funciona como varanda. A fachada principal é simétrica, destacando o eixo central onde se situa o acesso principal. Apresenta esquadrias em arco pleno no pavimento inferior, esquadrias retangulares no pavimento superior, ambas com sobrevergas ornamentadas e volume encimado por platibanda decorada.

Sistema Construtivo

Piso de ladrilho hidráulico e madeira. Paredes internas em estuque. Cobertura com platibanda e telhas de cerâmica.

MUSEU VILLA-LOBOS



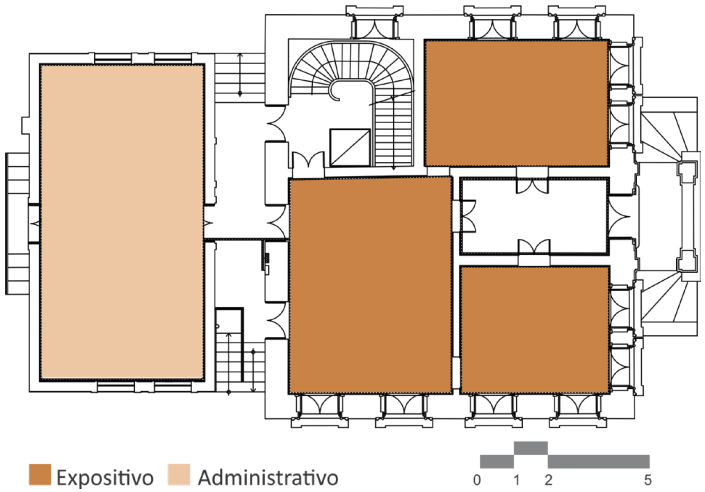
1982
Obras de restauração para adaptação do uso e construção de anexo

1986
Inauguração do Museu

2016
Intervenção para adequação das instalações hidráulicas, elétricas e de segurança do edifício

Setorização

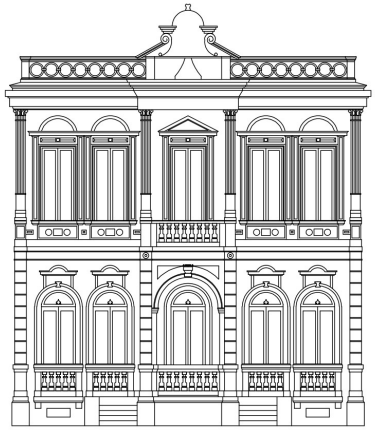
No térreo, encontram-se três salas expositivas abertas ao público, além do jardim, que abriga uma concha acústica construída sobre uma estrutura de ferro remanescente da antiga cavalariça. Esse espaço multifuncional é utilizado para ações educacionais, recitais, exposições de curta duração e outros projetos da instituição. Também no térreo estão localizadas a Biblioteca José Vieira Brandão, situada no anexo, a área administrativa e uma sala de múltiplo uso construída na década de 2000, que atualmente recebe exposições de curta e média duração.



Planta baixa - pavimento térreo do edifício principal



Espaço expositivo



Fachada do Museu Villa-Lobos

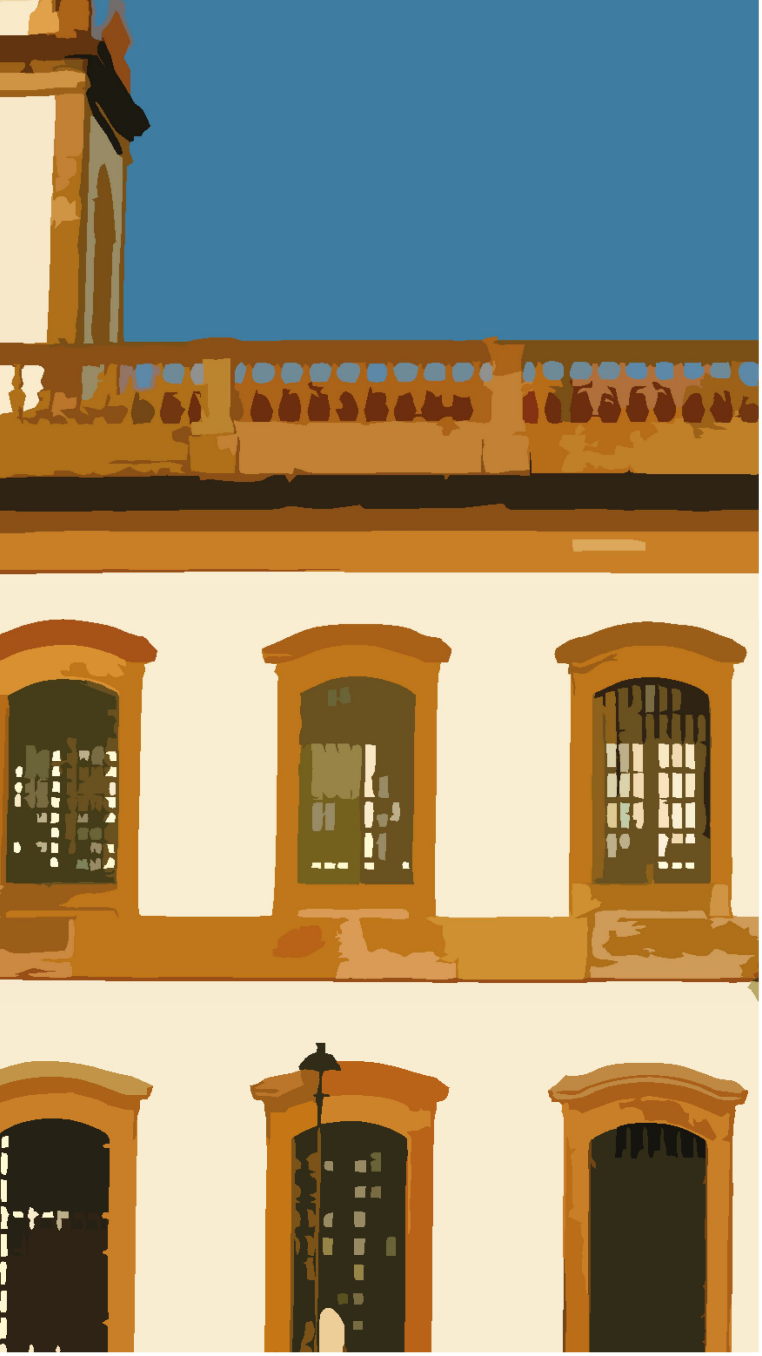


Espaço expositivo

Espaços Expositivos

O Museu conta com uma exposição de longa duração e dois modelos de exposições itinerantes, disponibilizadas para empréstimo a outras instituições. Seu ambiente expositivo é composto por três salas multifuncionais: uma destinada à exposição de longa duração, outra para exposições de curta duração, e uma concha acústica no pátio externo, onde são realizados concertos didáticos e pequenos recitais. O acervo do Museu reúne fotografias, pinturas, esculturas e instrumentos musicais que representam a trajetória do compositor Villa-Lobos.

Voltar ao menu



ISBN: 978-65-88734-32-2

sistema brasileiro de museus

ibram instituto brasileiro de museus

MINISTÉRIO DA CULTURA

GOVERNO DO BRASIL

DO LADO DO POVO BRASILEIRO